

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	19
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	123
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.087.050.297
Preferenciais	265.583.803
Total	1.352.634.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	100.160.283	101.977.395
1.01	Ativo Circulante	15.733.191	16.846.695
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.593.003	4.444.950
1.01.01.01	Caixa	984.818	935.627
1.01.01.02	Caixa Restrito	2.608.185	3.509.323
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.192.679	4.378.184
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	4.192.679	4.378.184
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	4.192.679	4.378.184
1.01.03	Contas a Receber	312.290	477.104
1.01.03.01	Clientes	312.290	477.104
1.01.04	Estoques	982	936
1.01.04.01	Almoxarifado	982	936
1.01.06	Tributos a Recuperar	348.859	886.553
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	348.859	886.553
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.285.378	6.658.968
1.01.08.03	Outros	7.285.378	6.658.968
1.01.08.03.01	Financiamentos e empréstimos	4.443.809	4.044.496
1.01.08.03.02	Conta de consumo de combustível	1.028.032	1.240.811
1.01.08.03.03	Remuneração de participações acionárias	196.751	195.304
1.01.08.03.04	Impostos e Contribuições sociais	1.485.011	1.088.491
1.01.08.03.07	Diversos	131.775	89.866
1.02	Ativo Não Circulante	84.427.092	85.130.700
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	33.983.173	34.746.497
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	404.771	395.701
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	404.771	395.701
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.841.562	1.754.333
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.841.562	1.754.333
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	31.736.840	32.596.463
1.02.01.09.03	Ativo financeiro-Concessões de serviço público	2.772.583	2.815.520
1.02.01.09.04	Financiamentos e empréstimos	23.935.353	25.166.460
1.02.01.09.05	Cauções e Depósitos vinculados	873.194	803.130
1.02.01.09.06	Conta de consumo de combustível	502.578	521.097
1.02.01.09.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	2.821.235	2.730.178
1.02.01.09.08	Diversos	831.897	560.078
1.02.02	Investimentos	50.328.158	50.266.910
1.02.02.01	Participações Societárias	50.328.158	50.266.910
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	4.149.242	4.215.175
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	45.003.605	44.768.631
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.175.311	1.283.104
1.02.03	Imobilizado	115.761	117.293
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	111.923	113.455
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.838	3.838

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	100.160.283	101.977.395
2.01	Passivo Circulante	7.836.342	8.854.893
2.01.02	Fornecedores	478.515	467.804
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	478.515	467.804
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.927	17.666
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.927	17.666
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13.927	17.666
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	648.227	625.877
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	648.227	625.877
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	648.227	625.877
2.01.05	Outras Obrigações	6.695.673	7.743.546
2.01.05.02	Outros	6.695.673	7.743.546
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.014.377	3.951.333
2.01.05.02.04	Empréstimo compulsório	11.724	12.298
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	430.025	424.309
2.01.05.02.06	Conta de consumo de combustível	481.142	1.369.201
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	688.560	650.185
2.01.05.02.08	Benefício Pós- emprego	9.879	9.957
2.01.05.02.09	Passivo financeiro - Concessão de serviços públicos	643.729	787.115
2.01.05.02.10	Crédito do Tesouro Nacional	135.864	131.047
2.01.05.02.11	Imposto de renda e contribuição social	0	213.384
2.01.05.02.12	Obrigações estimadas	14.202	9.772
2.01.05.02.13	Diversos	266.171	184.945
2.02	Passivo Não Circulante	25.531.725	26.038.557
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	17.531.037	18.012.551
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	17.531.037	18.012.551
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	8.678.340	8.870.838
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.852.697	9.141.713
2.02.02	Outras Obrigações	3.723.394	3.988.080
2.02.02.02	Outros	3.723.394	3.988.080
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	161.308	161.308
2.02.02.02.03	Empréstimo compulsório	343.225	321.894
2.02.02.02.05	Conta de consumo de combustíve I- CCC	2.130.454	2.401.069
2.02.02.02.06	Benefício Pós-Emprego	642.685	644.512
2.02.02.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	58.334	68.153
2.02.02.02.08	Créditos do Tesouro Nacional	3.969	37.072
2.02.02.02.10	Diversos	383.419	354.072
2.02.03	Tributos Diferidos	298.776	335.427
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	298.776	335.427
2.02.04	Provisões	3.978.518	3.702.499
2.02.04.02	Outras Provisões	3.978.518	3.702.499
2.02.04.02.04	Provisões para contingências	1.408.985	1.194.704
2.02.04.02.05	Provisões para passivo a descoberto em controladas	1.555.153	1.501.887
2.02.04.02.06	Provisões Operacionais	1.014.380	1.005.908
2.03	Patrimônio Líquido	66.792.216	67.083.945

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.01	Capital Social Realizado	31.305.331	31.305.331
2.03.02	Reservas de Capital	26.048.342	26.048.342
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.310
2.03.02.07	Doações e subvenções	19.258.527	19.258.527
2.03.02.08	Outras reservas de capital	3.405.505	3.405.505
2.03.04	Reservas de Lucros	11.277.671	11.270.376
2.03.04.01	Reserva Legal	2.233.017	2.233.017
2.03.04.02	Reserva Estatutária	8.603.397	8.603.397
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	441.257	433.962
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-35.800	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	208.672	208.672
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.012.000	-1.748.776

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	561.885	1.273.970
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.763	-67.431
3.02.01	PASEP/COFINS	-21.763	-67.431
3.03	Resultado Bruto	540.122	1.206.539
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-987.785	-110.868
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.286.627	-1.193.523
3.04.02.01	Pessoal, material e serviço	-120.643	-107.675
3.04.02.02	Energia comprada para revenda	-647.772	-584.838
3.04.02.03	Depreciação e amortização - Imobilizado e Intangível	-1.617	-1.513
3.04.02.04	Provisões operacionais	-388.138	-242.213
3.04.02.05	Doações e contribuições	-60.905	-89.130
3.04.02.06	Outras	-67.552	-168.154
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	298.842	1.082.655
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-447.663	1.095.671
3.06	Resultado Financeiro	291.498	393.607
3.06.01	Receitas Financeiras	746.311	1.123.909
3.06.02	Despesas Financeiras	-454.813	-730.302
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-156.165	1.489.278
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	120.365	-221.313
3.08.01	Corrente	120.365	-221.313
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-35.800	1.267.965
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-35.800	1.267.965

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-35.800	1.267.964
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-263.223	62.492
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão	43.038	-10.167
4.02.02	IR/ CSLL diferidos	-14.633	3.457
4.02.05	Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	-107.796	115.561
4.02.06	IR / CSSL diferidos	36.651	-39.291
4.02.07	PArticipação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compart.	-334.065	-10.709
4.02.08	IR/ CSLL diferidos	113.582	3.641
4.03	Resultado Abrangente do Período	-299.023	1.330.456

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	186.268	-12.697
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-251.957	521.380
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSSL	-156.165	1.489.277
6.01.01.02	Depreciação e amortização	1.617	1.513
6.01.01.03	Variação monetária/cambial	-42.905	-94.392
6.01.01.04	Encargos financeiros	-354.043	-354.971
6.01.01.05	Resultado de equivalência patrimonial	-298.842	-1.082.655
6.01.01.06	Provisão para Contingências	214.281	24.690
6.01.01.07	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	21.643	23.901
6.01.01.08	Ajuste a valor presente	-8.560	-2.906
6.01.01.09	Encargos de reserva global de reversão	88.670	92.876
6.01.01.10	Encargos sobre recursos de acionistas	70.964	197.924
6.01.01.11	Provisão para perda com Investimentos	19.527	-28.990
6.01.01.12	Provisão para passivo a descoberto	126.035	112.388
6.01.01.13	Outras	65.821	142.725
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	241.813	-898.521
6.01.02.02	Títulos e valores mobiliários	176.435	-220.485
6.01.02.04	Almoxarifado	-46	6
6.01.02.05	Ativo financeiro - Concessões de Serviço Público	200.404	-556.147
6.01.02.07	Fornecedores	10.711	-80.221
6.01.02.09	Obrigações estimadas	4.430	3.145
6.01.02.10	Outros ativos e passivos operacionais	-150.121	-44.819
6.01.03	Outros	196.412	364.444
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-97.214	-87.850
6.01.03.02	Pagamento de encargos da Reserva Global de Reversão	-60.827	-56.419
6.01.03.04	Recebimento de encargos financeiros	457.505	433.885
6.01.03.05	Pagamento de IR e CSLL	-54.130	-42.443
6.01.03.06	Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	9.320	120.312
6.01.03.07	Depósitos Judiciais	-58.242	-3.041
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	247.867	-64.486
6.02.01	Concessão de empréstimos e financiamentos	-290.445	-355.963
6.02.02	Recebimento de empréstimos e financiamentos concedidos	793.929	588.700
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-69	-1.433
6.02.07	Aquisição/aporte de capital em participação societária	-90.235	-679
6.02.08	Concessão de Adiantamento para futuro aumento de capital	-165.313	-295.111
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-384.944	-27.112
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	12.203	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	-466.898	-236.559
6.03.03	Pagamento e remuneração aos acionistas	-624	-427
6.03.06	Empréstimo Compulsório e Reserva Global de Reversão	70.375	209.874
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	49.191	-104.295
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	935.627	1.396.729
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	984.818	1.292.434

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	11.479.048	0	-1.748.776	67.083.945
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	11.479.048	0	-1.748.776	67.083.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	7.295	-35.800	-263.224	-291.729
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-35.800	0	-35.800
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	7.295	0	-263.224	-255.929
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	7.295	0	0	7.295
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	43.038	43.038
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	135.599	135.599
5.05.02.06	Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-107.796	-107.796
5.05.02.07	Ajuste de Controladas/ Coligadas	0	0	0	0	-334.065	-334.065
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	11.486.343	-35.800	-2.012.000	66.792.216

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	19.497.947	0	-8.111	76.843.509
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	19.497.947	0	-8.111	76.843.509
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	17.517	1.267.964	62.492	1.347.973
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.267.964	0	1.267.964
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	17.517	0	62.492	80.009
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	115.561	115.561
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	17.517	0	0	17.517
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-10.709	-10.709
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-10.167	-10.167
5.05.02.06	IR/CS diferido s/ Outros resut. Abrangentes	0	0	0	0	-32.193	-32.193
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	19.515.464	1.267.964	54.381	78.191.482

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 31/03/2013	Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	561.885	1.273.970
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	561.885	1.273.970
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.129.036	-1.019.775
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-93.126	-192.724
7.02.04	Outros	-1.035.910	-827.051
7.02.04.01	Energia comprada para revenda	-647.772	-584.838
7.02.04.02	Provisões operacionais	-388.138	-242.213
7.03	Valor Adicionado Bruto	-567.151	254.195
7.04	Retenções	-1.617	-1.513
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.617	-1.513
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-568.768	252.682
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.026.164	2.172.100
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	298.842	1.082.655
7.06.02	Receitas Financeiras	727.322	1.089.445
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	457.396	2.424.782
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	457.396	2.424.782
7.08.01	Pessoal	95.069	83.105
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.818	77.777
7.08.01.04	Outros	62.251	5.328
7.08.01.04.01	Plano de aposentadoria e pensão	62.251	5.328
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-98.602	288.744
7.08.02.01	Federais	0	288.744
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	496.729	784.970
7.08.03.01	Juros	435.824	695.839
7.08.03.03	Outras	60.905	89.131
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	60.905	89.131
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-35.800	1.267.963
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-35.800	1.267.963

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	141.376.150	142.434.213
1.01	Ativo Circulante	40.305.296	41.869.836
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.161.214	6.010.838
1.01.01.01	Caixa	4.553.029	2.501.515
1.01.01.02	Caixa restrito	2.608.185	3.509.323
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.218.258	6.352.791
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	9.218.258	6.352.791
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	9.218.258	6.352.791
1.01.03	Contas a Receber	3.741.540	4.082.695
1.01.03.01	Clientes	3.741.540	4.082.695
1.01.04	Estoques	889.331	806.908
1.01.04.01	Almoxarifado	467.187	446.157
1.01.04.02	Estoque	422.144	360.751
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.001.108	1.498.726
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.001.108	1.498.726
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	18.293.845	23.117.878
1.01.08.03	Outros	18.293.845	23.117.878
1.01.08.03.01	Financiamentos e empréstimos	2.543.431	2.611.830
1.01.08.03.02	Conta de consumo de combustível - CCC	1.028.032	1.240.811
1.01.08.03.03	Remuneração de participações acionárias	217.521	167.197
1.01.08.03.04	Direito de Ressarcimento	7.869.705	7.302.160
1.01.08.03.05	Impostos e Contribuições Sociais	1.657.748	1.227.005
1.01.08.03.06	Indenizações - Lei 12.783/2013	3.144.905	8.882.836
1.01.08.03.07	Ativo financeiro - Concessão de Serviços Públicos	239.969	318.293
1.01.08.03.08	Instrumentos financeiros	163.024	249.265
1.01.08.03.09	Diversos	1.429.510	1.118.481
1.02	Ativo Não Circulante	101.070.854	100.564.377
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	55.270.818	55.187.831
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	408.833	400.370
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	408.833	400.370
1.02.01.03	Contas a Receber	1.133.206	1.256.685
1.02.01.03.01	Clientes	1.133.206	1.256.685
1.02.01.04	Estoques	393.908	481.495
1.02.01.04.02	Estoque de Combustível Nuclear	393.908	481.495
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.705.558	6.591.743
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.773.577	1.737.406
1.02.01.06.02	Imposto de renda e contribuição social	4.931.981	4.854.337
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	46.629.313	46.457.538
1.02.01.09.03	Ativo financeiro - Concessão de Serviço Público	23.661.661	22.915.696
1.02.01.09.04	Financiamentos e empréstimos	12.320.308	12.932.963
1.02.01.09.05	Cauções e depósitos vinculados	2.615.120	2.691.114
1.02.01.09.06	Conta de consumo de combustível	502.578	521.097
1.02.01.09.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	4.000	4.000
1.02.01.09.08	Instrumentos financeiros derivativos	127.915	223.099
1.02.01.09.09	Direito de Ressarcimento	1.039.311	901.029

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1.02.01.09.10	Indenizações - Lei 12.783/2013	4.935.122	5.554.435
1.02.01.09.11	Diversos	1.423.298	714.105
1.02.02	Investimentos	15.114.042	14.677.150
1.02.02.01	Participações Societárias	15.114.042	14.677.150
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	13.714.824	13.161.598
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.399.218	1.515.552
1.02.03	Imobilizado	29.538.499	29.494.833
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	20.527.835	19.978.683
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	9.010.664	9.516.150
1.02.04	Intangível	1.147.495	1.204.563
1.02.04.01	Intangíveis	1.147.495	1.204.563
1.02.04.01.02	Outros	1.147.495	1.204.563

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	141.376.150	142.434.213
2.01	Passivo Circulante	23.929.666	25.334.472
2.01.02	Fornecedores	5.390.687	6.423.074
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.390.687	6.423.074
2.01.03	Obrigações Fiscais	881.881	1.128.310
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	881.881	1.128.310
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	726.509	814.422
2.01.03.01.02	Imposto de renda e contribuição social	155.372	313.888
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.363.083	1.501.513
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.193.001	1.337.279
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	540.905	705.372
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	652.096	631.907
2.01.04.02	Debêntures	3.545	1.305
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	166.537	162.929
2.01.05	Outras Obrigações	16.265.222	16.252.880
2.01.05.02	Outros	16.265.222	16.252.880
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.015.614	3.952.268
2.01.05.02.04	Empréstimo compulsório	11.724	12.298
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	475.608	469.892
2.01.05.02.06	Conta de consumo de combustível	481.142	1.369.201
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	6.842.172	5.988.698
2.01.05.02.08	Previdência complementar	128.746	127.993
2.01.05.02.09	Encargos Setoriais	676.825	654.230
2.01.05.02.10	Concessões a pagar UPB	1.905	1.870
2.01.05.02.11	Instrumentos financeiros derivativos	185.031	185.031
2.01.05.02.12	Passivo financeiro - Concessões de Serviços Públicos	643.729	787.115
2.01.05.02.13	Créditos do Tesouro Nacional	135.864	131.047
2.01.05.02.14	Obrigações estimadas	1.145.187	1.173.678
2.01.05.02.15	Diversos	1.521.675	1.399.559
2.01.06	Provisões	28.793	28.695
2.01.06.02	Outras Provisões	28.793	28.695
2.01.06.02.04	Provisões para contingências	28.793	28.695
2.02	Passivo Não Circulante	50.438.484	49.819.148
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	27.013.128	27.220.990
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	25.086.485	25.292.871
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	16.092.310	15.994.529
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.994.175	9.298.342
2.02.01.02	Debêntures	66.979	68.015
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.859.664	1.860.104
2.02.02	Outras Obrigações	16.067.513	15.272.715
2.02.02.02	Outros	16.067.513	15.272.715
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	161.308	161.308
2.02.02.02.03	Empréstimo compulsório	343.225	321.894
2.02.02.02.05	Conta de consumo de combustível - CCC	2.130.454	2.401.069
2.02.02.02.06	Benefício Pós Emprego	2.761.058	2.774.791

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.02.02.02.07	Adiantamento de clientes	818.034	830.234
2.02.02.02.08	Concessões a pagar - Uso do Bem Público	355.669	350.572
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos	186.249	291.252
2.02.02.02.11	Fornecedores	849.636	0
2.02.02.02.12	Obrigações de ressarcimento	1.851.157	1.801.059
2.02.02.02.13	Encargos Setoriais	434.214	428.383
2.02.02.02.14	Contratos onerosos	4.835.628	4.876.132
2.02.02.02.15	Obrigação para desmobilização de ativos	1.000.574	988.490
2.02.02.02.16	Créditos do Tesouro Nacional	3.969	37.072
2.02.02.02.17	Outros	336.338	10.459
2.02.03	Tributos Diferidos	1.141.913	1.219.147
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.141.913	1.219.147
2.02.03.01.01	Tributos a recolher	584.827	620.397
2.02.03.01.02	Imposto de renda e contribuição social	557.086	598.750
2.02.04	Provisões	6.215.930	6.106.296
2.02.04.02	Outras Provisões	6.215.930	6.106.296
2.02.04.02.04	Provisões contingências	5.201.550	5.100.389
2.02.04.02.05	Provisões operacionais	1.014.380	1.005.907
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	67.008.000	67.280.593
2.03.01	Capital Social Realizado	31.305.331	31.305.331
2.03.02	Reservas de Capital	26.048.342	26.048.342
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.310
2.03.02.07	Doações e subvenções	19.258.527	19.258.527
2.03.02.08	Outras reservas	3.405.505	3.405.505
2.03.04	Reservas de Lucros	11.277.671	11.270.376
2.03.04.01	Reserva Legal	2.233.017	2.233.017
2.03.04.02	Reserva Estatutária	8.603.397	8.603.397
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	441.257	433.962
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-35.800	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	208.672	208.672
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.012.000	-1.748.776
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	215.784	196.648

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.799.380	8.057.151
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-992.061	-1.262.310
3.02.01	Encargos Setoriais	-216.837	-431.345
3.02.02	ICMS	-313.838	-285.217
3.02.03	PASEP/COFINS	-446.079	-516.811
3.02.04	Outras deduções	-15.307	-28.937
3.03	Resultado Bruto	5.807.319	6.794.841
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.010.052	-5.013.415
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.133.603	-5.200.444
3.04.02.01	Pessoal, Material e Serviço	-1.799.028	-1.666.720
3.04.02.02	Energia comprada para revenda	-1.487.679	-990.037
3.04.02.03	Combustível para produção de energia elétrica	-557.042	-89.477
3.04.02.04	Uso da rede elétrica	-439.345	-425.371
3.04.02.05	Remuneração de ressarcimento	-112.181	-199.982
3.04.02.06	Depreciação ativos vinculados a Construção-Transmissão	-609.711	-548.803
3.04.02.07	Depreciação e amortização-Imobilizado e Intangível	-344.063	-419.226
3.04.02.08	Provisões operacionais	-405.542	-357.320
3.04.02.10	Doações e contribuições	-75.673	-106.366
3.04.02.11	Outras	-303.339	-397.142
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	123.551	187.029
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-202.733	1.781.426
3.06	Resultado Financeiro	188.915	65.257
3.06.01	Receitas Financeiras	1.006.016	1.079.639
3.06.02	Despesas Financeiras	-817.101	-1.014.382
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-13.818	1.846.683
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.068	-574.214
3.08.01	Corrente	-20.068	-574.214
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-33.886	1.272.469
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-33.886	1.272.469
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-35.800	1.267.960
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.914	4.509

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-33.886	1.272.468
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-263.223	62.496
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão	42.912	-10.147
4.02.02	IR/ CSLL diferidos	-14.590	3.450
4.02.03	Ajuste ganhos e perdas atuariais	-5.471	-41.805
4.02.04	IR/ CSLL diferidos	1.860	14.214
4.02.05	Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	-435.969	166.406
4.02.06	IR / CSSL diferidos	148.229	-56.578
4.02.07	Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compart.	-295	-17.128
4.02.08	IR/ CSLL diferidos	101	4.084
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-297.109	1.334.964
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-299.023	1.330.456
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.914	4.508

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 31/03/2013	Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.687.230	894.745
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	263.690	1.771.339
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSSL	-13.818	1.846.682
6.01.01.02	Depreciação e amortização	344.063	419.226
6.01.01.03	Variação monetária/cambial	-204.758	-83.718
6.01.01.04	Encargos financeiros	12.898	60.549
6.01.01.05	Receita de ativo financeiro	-209.101	-670.287
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-123.551	-187.029
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	113.515	261.079
6.01.01.09	Provisão para contingências	275.072	103.359
6.01.01.10	Provisão para perda com Investimentos	19.527	-28.990
6.01.01.11	Encargos de reserva global de reversão	99.187	92.876
6.01.01.12	Ajuste a valor presente	2.465	-634
6.01.01.13	Participação Minoritária no Resultado	-2.900	-6.830
6.01.01.14	Encargos sobre recursos de acionistas	71.227	205.958
6.01.01.16	Instrumentos financeiros - derivativos	86.241	-30.930
6.01.01.17	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos/ contrato oneroso	-30.371	-4.261
6.01.01.18	Provisão para benefício pós emprego	11.707	-1.410
6.01.01.19	Outras	-187.713	-204.301
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.613.333	-1.585.831
6.01.02.01	Contas a receber	207.948	48.959
6.01.02.02	Títulos e valores mobiliários	-2.873.930	-414
6.01.02.03	Direito de ressarcimento	-705.827	635.659
6.01.02.04	Almoxarifado	-21.030	-107.183
6.01.02.05	Estoque de Combustível Nuclear	26.194	-28.310
6.01.02.07	Ativo financeiro - Concessões de serviço público	200.404	-556.147
6.01.02.08	Fornecedores	-182.751	-544.726
6.01.02.09	Adiantamento de clientes	-12.200	-11.592
6.01.02.10	Arrendamento mercantil	3.168	1.532
6.01.02.11	Obrigações estimadas	-28.491	4.577
6.01.02.12	Obrigações de ressarcimento	865.197	-379.283
6.01.02.13	Encargos setoriais	28.426	-81.030
6.01.02.14	Outros Ativos e Passivos Operacionais	-1.120.441	-567.873
6.01.03	Outros	7.036.873	709.237
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-236.237	-231.176
6.01.03.02	Pagamento encargos da Reserva Global de Reversão	-60.827	-56.419
6.01.03.03	Recebimento de Receita Anual Permitida	370.545	1.009.336
6.01.03.04	Recebimento de encargos financeiros	293.494	250.767
6.01.03.05	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-142.514	-317.642
6.01.03.06	Recebimento de remuneração de investimentos em part. societárias	22.672	124.555
6.01.03.07	Depósitos judiciais	268.021	-70.184
6.01.03.08	Recebimento de indenizações do ativo financeiro	6.691.011	0
6.01.03.09	Pagamento de contingências judiciais	-169.292	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 31/03/2013	Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.298.025	-1.219.553
6.02.01	Concessão de empréstimos e financiamentos	-11.242	-120.879
6.02.02	Recebimento de empréstimo e financiamento concedidos	497.988	389.856
6.02.03	Crédito de energia renegociada recebido	72.885	66.898
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-466.492	-384.492
6.02.05	Aquisição de ativo intangível	-5.065	-29.034
6.02.06	Aquisição de ativos de concessão	-633.922	-560.574
6.02.07	Aquisição/aporte de capital em participação societária	-779.276	-581.227
6.02.09	Outros	27.099	-101
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-337.691	139.265
6.03.01	Empréstimo e financiamento obtidos a Longo Prazo	379.963	482.487
6.03.02	Pagamento de empréstimo e financiamento principal	-758.780	-526.462
6.03.03	Pagamento e remuneração aos acionistas	-624	-427
6.03.04	Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições principal	-25.856	-22.860
6.03.05	Empréstimo compulsório e Reserva global de reversão	70.375	209.874
6.03.06	Outros	-2.769	-3.347
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.051.514	-185.543
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.501.515	3.195.728
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.553.029	3.010.185

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	11.479.048	0	-1.748.776	67.083.945	196.648	67.280.593
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	11.479.048	0	-1.748.776	67.083.945	196.648	67.280.593
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	7.295	-35.800	-263.224	-291.729	19.136	-272.593
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-35.800	0	-35.800	1.914	-33.886
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	7.295	0	-263.224	-255.929	17.222	-238.707
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	7.295	0	0	7.295	0	7.295
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	43.038	43.038	0	43.038
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	135.599	135.599	0	135.599
5.05.02.06	Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-107.796	-107.796	0	-107.796
5.05.02.07	Ajuste de Controladas/ Coligadas	0	0	0	0	-334.065	-334.065	17.222	-316.843
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	11.486.343	-35.800	-2.012.000	66.792.216	215.784	67.008.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	19.497.947	0	-8.111	76.843.509	358.812	77.202.321
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	19.497.947	0	-8.111	76.843.509	358.812	77.202.321
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-99.337	-99.337
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	-99.337	-99.337
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	17.517	1.267.964	62.492	1.347.973	4.504	1.352.477
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.267.964	0	1.267.964	4.504	1.272.468
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	17.517	0	62.492	80.009	0	80.009
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	115.561	115.561	0	115.561
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	17.517	0	0	17.517	0	17.517
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-10.709	-10.709	0	-10.709
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-10.167	-10.167	0	-10.167
5.05.02.06	IR/CS diferido s/ Outros resut. Abrangentes	0	0	0	0	-32.193	-32.193	0	-32.193
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	19.515.464	1.267.964	54.381	78.191.482	263.979	78.455.461

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 31/03/2013	Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	6.799.380	8.057.151
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.633.978	7.866.010
7.01.02	Outras Receitas	165.402	191.141
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.678.939	-3.946.111
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.011.839	-2.077.932
7.02.04	Outros	-2.667.100	-1.868.179
7.02.04.01	Encargos setoriais	-216.837	-431.345
7.02.04.02	Energia comprada para revenda	-1.487.679	-990.037
7.02.04.03	Combustível para produção de energia elétrica	-557.042	-89.477
7.02.04.04	Provisões operacionais	-405.542	-357.320
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.120.441	4.111.040
7.04	Retenções	-344.063	-419.224
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-344.063	-419.224
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.776.378	3.691.816
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	938.965	1.207.082
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	123.551	187.029
7.06.02	Receitas Financeiras	815.414	1.020.053
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.715.343	4.898.898
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.715.343	4.898.898
7.08.01	Pessoal	1.251.765	1.160.086
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.189.514	1.090.554
7.08.01.04	Outros	62.251	69.532
7.08.01.04.01	Plano de aposentadoria e pensão	62.251	69.532
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	795.292	1.405.179
7.08.02.01	Federais	795.292	1.405.179
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	702.172	1.061.164
7.08.03.01	Juros	626.499	954.797
7.08.03.03	Outras	75.673	106.367
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	75.673	106.367
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-33.886	1.272.469
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-35.800	1.267.963
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.914	4.506

SUMÁRIO EXECUTIVO**Eletrobras registra prejuízo de R\$ 35,8 milhões no 1º Trimestre de 2013**

Eletrobras alcançou um prejuízo de R\$ 35,8 milhões no 1º trimestre de 2013, equivalente a R\$ 0,03 por ação. No mesmo período do exercício de 2012 a empresa lucrou R\$ 1.267,9 milhões, equivalente a R\$ 1,12 por ação, o que representa um decréscimo de aproximadamente 110% no seu resultado.

A receita financeira líquida fundamentalmente decorrente dos financiamentos e empréstimos concedidos gerou um ganho de R\$ 727 milhões, havendo um decréscimo de 33%, em relação ao exercício anterior (R\$ 1.089 milhões) decorrente da redução do caixa (R\$ 280 milhões).

No 1º trimestre de 2013 a ELETROBRAS registrou uma perda cambial de R\$ 115 milhões, contra R\$ 216 milhões do mesmo período de 2012. No tocante às variações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, nos primeiros três meses de 2012 a Companhia verificou um ganho de R\$ 947 milhões, enquanto que em 2011, foi apurado um ganho de R\$ 1.016 milhão.

CONTINGÊNCIAS

A ELETROBRÁS têm diversas ações no âmbito do judiciário, em vários estágios de julgamento, onde figura como ré.

Nesse sentido, para fazer face às eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, das seguintes naturezas:

I – Ações judiciais cíveis

A provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R\$ 1.295.528 (31 de Março de 2012 - R\$ 1.085.127), corresponde a ações judiciais que têm por objeto a aplicação, aos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituído a partir de 1978, de critérios de atualização monetária diversos daqueles estabelecidos na legislação específica.

Comentário do Desempenho

**Demonstrações Contábeis – 1 TRIM 2013**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	2.750	2.652
Cíveis	-	-	26.043	26.043
	-	-	28.793	28.695
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	113.457	109.577	1.092.244	1.026.545
Tributárias	-	-	516.590	465.100
Cíveis	1.295.528	1.085.127	3.592.716	3.608.743
	1.408.985	1.194.704	5.201.550	5.100.388
	1.408.985	1.194.704	5.230.343	5.129.083

Todas as ações judiciais estão em fase de defesa e foram oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, que representam 6,95% do total da carteira de ações da ELETROBRAS, conforme abaixo descrito:

CONTROLADORA			
31/03/2013			
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	761.060	90,59%	689.444
EMAE	252.316	100,00%	252.316
CESP	133.863	95,88%	128.348
AES TIETE	592.744	88,94%	527.187
COELCE	249.682	86,56%	216.125
CGEEP	30.188	62,35%	18.822
CEMAT	420.787	86,66%	364.654
CELPA	94.673	5,31%	5.027
CELPE	29.162	70,41%	20.533
CEEE - GT	743.088	100,00%	743.088
CEEE - D	306.254	99,13%	303.590
CEMAR	417.635	57,62%	240.641
SUBTOTAL	4.031.452		3.509.775
Outros Investimentos	46.470.122		-
TOTAL	50.501.575	6,95%	3.509.775



Notas Explicativas**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.****Eletrobras**

(COMPANHIA ABERTA)
CNPJ 00.001.180/0001-26

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DO PERÍODO FINDO EM
31 de março de 2013
(CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
(Em milhares de Reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras ou Companhia) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e na Securities and Exchange Commission - SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) - Brasil, Madri (LATIBEX) - Espanha e Nova York (NYSE) - Estados Unidos da América. A Companhia é uma sociedade de economia mista controlada pela União Federal. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

A Companhia exerce a função de holding, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em seis empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, abaixo relacionadas:

- Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS;
- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE;
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF;
- ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.;
- Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; e
- Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE.

Notas Explicativas

Além do controle de empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, acima listadas, a Companhia detém o controle acionário direto de cinco empresas distribuidoras de energia elétrica:

- Boa Vista Energia;
- Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre;
- Centrais Elétricas de Rondônia – Ceron;
- Companhia Energética de Alagoas – Ceal; e
- Companhia Energética do Piauí – Cepisa

A Companhia ainda detém o controle acionário da Amazonas Energia – AmE, não desverticalizada, atuando em Geração e Distribuição e da Eletrobras Participações S.A – Eletropar. Detém participação acionária da Itaipu Binacional – Itaipu (em regime de controle conjunto nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai), da Inambari Geração de Energia S.A. e da Centrales Hydroelectricas de Centroamerica S.A.- CHC.

A Companhia é controladora ou participa de forma minoritária em diversas outras sociedades nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de forma direta ou por meio de suas controladas. (Nota 15)

A Companhia é autorizada, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Utilização de Bem Público - UBP e Conta de Consumo de Combustível – CCC. Estes fundos financiam programas do Governo Federal de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica, cujas movimentações financeiras não afetam o resultado da Companhia (exceto pela taxa de administração em determinados Fundos).

A Companhia atua, também, como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Proinfa.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica nos segmentos de geração, transmissão e distribuição, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento não se alteraram em relação à posição divulgada nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2012.

Os prazos de vencimento das concessões irão ocorrer em diversas datas, havendo concentração nos anos de 2037 a 2042, após as prorrogações de grande parte das

Notas Explicativas

concessões da Companhia, nos termos da Lei 12.783/2013, divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2012.

Com relação às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2012, permanecem sem homologação pelo Poder Concedente as concessões relacionadas a ativos nos seguintes montantes:

Geração

Modernizações e melhorias	1.483.540
Geração térmica	1.684.047
	<u>3.167.587</u>

Transmissão

Modernizações e melhorias (RBNI)	841.814
Rede básica - serviços existentes (RBSE)	7.490.046
Efeito na investida CTEEP - RBSE	525.247
	<u>8.857.107</u>

Total	<u>12.024.694</u>
-------	-------------------

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Base de preparação

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, exceto pelos impactos decorrentes da não consolidação de certos investimentos em conjunto, conforme descrito na nota 3, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. Essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

A preparação de informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 4.

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

(a) informações trimestrais consolidadas

Estas informações trimestrais consolidadas foram preparadas conforme os requerimentos de mensuração e apresentação dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (CPCs) e equivalentes nas normas internacionais de relatório financeiro (*Internacional Financial*



Notas Explicativas

Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e os requerimentos de divulgação das informações intermediárias constantes no Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, equivalente ao IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

(b) informações trimestrais individuais

As informações trimestrais individuais da controladora foram preparadas conforme os requerimentos de mensuração e apresentação dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e os requerimentos de divulgação das informações intermediárias constantes no Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

Nas informações trimestrais individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações trimestrais individuais quanto nas informações trimestrais consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso das informações trimestrais individuais, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das informações trimestrais consolidadas.

(a) Controladas

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da Companhia e de suas controladas, incluindo também as entidades de propósito específico controladas pela Companhia. O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. Nas informações trimestrais individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Nas informações trimestrais individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência

Notas Explicativas

Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às informações trimestrais consolidadas descritos anteriormente.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas informações trimestrais consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, as informações trimestrais das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas informações trimestrais consolidadas.

As informações trimestrais consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2013 comparadas com os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012, e das operações dos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012 da controladora e de suas controladas diretas e indiretas.

A Companhia adota as seguintes principais práticas de consolidação:

- Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;
- Eliminação de saldos a receber e a pagar intercompanhias;
- Eliminação das receitas e despesas intercompanhias;
- Destaque da participação dos demais acionistas minoritários no Patrimônio Líquido e na Demonstração do Resultado das empresas investidas consolidadas.

A Companhia utiliza o critério de consolidação integral, conforme descrito no quadro abaixo. A participação é dada sobre o capital total da controlada. Com relação as demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2012, a Companhia teve alterações na forma de consolidação pela adoção do IFRS 11, conforme descrito no item (d) abaixo.

Controladas	31/03/2013		31/12/2012	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Amazonas Energia	100%	-	100%	-
Ceal	100%	-	100%	-
Cepisa	100%	-	100%	-
Ceron	100%	-	100%	-
CGTEE	100%	-	100%	-
Chesf	100%	-	100%	-



Notas Explicativas

Eletroacre	94%	-	94%	-
Eletronorte	99%	-	99%	-
Eletronuclear	100%	-	100%	-
Eletropar	84%	-	84%	-
Eletrosul	100%	-	100%	-
Furnas	100%	-	100%	-
Boa Vista Energia	100%	-	100%	-
RS Energia	-	100%	-	100%
Porto Velho Transmissora	-	100%	-	100%
Estação Transmissora	-	100%	-	100%
Artemis	-	100%	-	100%
Rio Branco Transmissora	-	100%	-	100%
Cerro Chato I	-	100%	-	90%
Cerro Chato II	-	100%	-	90%
Cerro Chato III	-	100%	-	90%
Sul Brasileira	-	80%	-	80%
Uirapuru	-	75%	-	75%

As informações trimestrais consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos exclusivos cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco baixo e alta liquidez dos papéis.

Os fundos exclusivos, cujas demonstrações financeiras são regularmente revisadas/auditadas, estão sujeitos às obrigações restritas aos pagamentos de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuídas às operações dos investimentos, inexistindo obrigações financeiras relevantes.

(b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

(c) Participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*)

Uma *joint venture* é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da *joint venture* requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Quando uma controlada da Companhia exerce diretamente suas atividades por meio de uma *joint venture*, a participação da Companhia nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas informações trimestrais da respectiva controlada e classificada de acordo com sua natureza. Os passivos e gastos incorridos diretamente relacionados a participações nos ativos controlados em conjunto são contabilizados pelo regime de competência. Qualquer ganho proveniente da venda ou do uso da participação da Companhia nos rendimentos dos ativos controlados em conjunto e sua participação em quaisquer despesas incorridas pela *joint venture* são reconhecidos quando for provável que os benefícios econômicos associados às transações serão transferidos para a/d a Companhia e seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas informações trimestrais consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial.

(d) mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 serão as primeiras demonstrações financeiras anuais a serem apresentadas de acordo com um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações, sendo elas: IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011). As referidas normas foram adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2013 nestas informações trimestrais, com os respectivos efeitos nos períodos comparativos, quando requerido pela norma.

As principais exigências dessas cinco normas estão descritas a seguir:

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 Consolidação – Sociedades de Propósito Específico será retirada com a aplicação da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a

Notas Explicativas

retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos.

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, existem apenas dois tipos de acordos de participação: operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Entende-se por operação conjunta, quando um investidor possui controle em conjunto e têm direitos contratuais sobre ativos ou passivos de obrigações contratuais, individualmente; já uma joint venture existe quando os investidores têm direito e obrigações em relação aos ativos líquidos do acordo em conjunto. Os investimentos em operações conjuntas devem ser contabilizados de forma que o investidor reconheça e mensure os seus próprios ativos e passivos financeiros, incluindo as receitas e despesas relacionadas. Os investimentos em joint venture devem ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Anteriormente, de acordo com a IAS 31, existiam três tipos de acordos de participação: entidades controladas em conjunto, ativos controlados em conjunto e operações controladas em conjunto. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures deveriam ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com a IAS 31, poderiam ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional. Pela norma vigente, não há mais a faculdade pelo método de contabilização proporcional.

A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

Quando requerido pela norma, a Companhia mensurou retrospectivamente os efeitos contábeis da adoção destas normas desde o balanço de abertura do exercício anterior, ou seja, em 1º de janeiro de 2012.

Conciliações para as práticas contábeis anteriores

Demonstramos abaixo os impactos da adoção destas novas normas sobre o balanço patrimonial, demonstração de resultados e fluxos de caixa da Companhia para cada período apresentado.

Notas Explicativas

a) Efeitos da adoção das novas IFRSs no balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2012

ATIVO	CONSOLIDADO		
	31/12/2012 anteriormente publicado	Efeito dos novos pronunciamentos	31/12/2012 reapresentado
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa	4.429.375	(1.927.860)	2.501.515
Caixa restrito	3.509.323	-	3.509.323
Títulos e valores mobiliários	6.622.611	(269.820)	6.352.791
Clientes	4.496.963	(414.268)	4.082.695
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	579.295	(261.002)	318.293
Financiamentos e empréstimos	1.976.191	635.640	2.611.830
Conta de Consumo de Combustível - CCC	1.240.811	-	1.240.811
Remuneração de participações societárias	118.790	48.407	167.197
Tributos a recuperar	1.391.882	106.844	1.498.726
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.418.252	(191.247)	1.227.005
Direito de ressarcimento	7.115.200	186.960	7.302.160
Almoxarifado	454.635	(8.478)	446.157
Estoque de combustível nuclear	360.751	-	360.751
Indenizações - Lei 12.783/2013	8.882.836	-	8.882.836
Instrumentos financeiros derivativos	252.620	(3.355)	249.265
Outros	1.493.009	(374.527)	1.118.482
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	44.342.544	(2.472.707)	41.869.837
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Direito de ressarcimento	901.029	-	901.029
Financiamentos e empréstimos	7.747.286	5.185.677	12.932.963
Clientes	1.482.946	(226.261)	1.256.685
Títulos e valores mobiliários	404.337	(3.967)	400.370
Estoque de combustível nuclear	481.495	-	481.495
Tributos a recuperar	1.934.820	(197.414)	1.737.406
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.996.806	(142.469)	4.854.337
Cauções e depósitos vinculados	2.829.912	(138.798)	2.691.114
Conta de Consumo de Combustível - CCC	521.097	-	521.097
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	44.834.877	(21.919.181)	22.915.696
Instrumentos financeiros derivativos	223.099	-	223.099
Adiantamentos para futuro aumento de Capital	4.000	-	4.000
Indenizações - Lei 12.783/2013	5.554.436	(1)	5.554.435
Outros	830.754	(116.649)	714.105
	72.746.894	(17.559.063)	55.187.831
INVESTIMENTOS	5.398.299	9.278.851	14.677.150
IMOBILIZADO	47.407.102	(17.912.269)	29.494.833
INTANGÍVEL	2.300.740	(1.096.177)	1.204.563
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	127.853.035	(27.288.658)	100.564.377
TOTAL DO ATIVO	172.195.579	(29.761.365)	142.434.214

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO		
	31/12/2012 anteriormente publicado	Efeito dos novos pronunciamentos	31/12/2012 reapresentado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Financiamentos e empréstimos	4.447.175	(3.109.896)	1.337.279
Debêntures	316.899	(315.594)	1.305
Passivo financeiro	52.862	734.252	787.115
Empréstimo compulsório	12.298	-	12.298
Fornecedores	7.490.802	(1.067.728)	6.423.074
Adiantamento de clientes	469.892	-	469.892
Tributos a recolher	886.312	(71.890)	814.422
Imposto de Renda e Contribuição Social	370.704	(56.816)	313.888
Conta de Consumo de Combustível - CCC	1.369.201	-	1.369.201
Remuneração aos acionistas	3.977.667	(25.399)	3.952.268
Créditos do Tesouro Nacional	131.047	-	131.047
Obrigações estimadas	1.444.992	(271.314)	1.173.678
Obrigações de Ressarcimento	5.988.698	-	5.988.698
Benefício pós-emprego	118.553	9.440	127.993
Provisões para contingências	267.940	(239.245)	28.695
Encargos Setoriais	1.308.152	(653.922)	654.230
Arrendamento mercantil	162.929	-	162.929
Concessões a pagar - Uso do bem Público	40.131	(38.261)	1.870
Instrumentos financeiros derivativos	185.031	-	185.031
Outros	1.808.362	(408.802)	1.399.560
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	30.849.647	(5.515.174)	25.334.473
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos e empréstimos	45.204.025	(19.911.154)	25.292.871
Créditos do Tesouro Nacional	37.072	-	37.072
Debêntures	409.228	(341.213)	68.015
Adiantamento de clientes	830.234	-	830.234
Empréstimo compulsório	321.894	-	321.894
Obrigações para desmobilização de ativos	988.490	-	988.490
Provisões operacionais	1.005.908	-	1.005.908
Conta de Consumo de Combustível - CCC	2.401.069	-	2.401.069
Provisões para contingências	5.288.394	(188.005)	5.100.389
Benefício pós-emprego	4.628.570	(1.853.779)	2.774.791
Contratos onerosos	4.905.524	(29.392)	4.876.132
Obrigações de ressarcimento	1.801.059	-	1.801.059
Arrendamento mercantil	1.860.104	-	1.860.104
Remuneração aos acionistas	-	-	-
Concessões a pagar - Uso do bem Público	1.577.908	(1.227.336)	350.572
Adiantamentos para futuro aumento de capital	161.308	-	161.308
Instrumentos financeiros derivativos	291.252	-	291.252
Encargos Setoriais	428.501	(118)	428.383
Tributos a recolher	635.269	(14.872)	620.397
Imposto de Renda e Contribuição Social	779.615	(180.865)	598.750
Outros	509.914	(499.456)	10.458
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	74.065.339	(24.246.191)	49.819.148
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	31.305.331	-	31.305.331
Reservas de capital	26.048.342	-	26.048.342
Reservas de lucros	10.836.414	-	10.836.414
Dividendo Adicional Proposto	433.962	-	433.962
Outros resultados abrangentes acumulados	(1.540.104)	-	(1.540.104)
Participação de acionistas não controladores	196.648	-	196.648
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67.280.593	-	67.280.593

TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	172.195.578	(29.761.365)	142.434.214
			
	ELET3, ELET6		

Notas Explicativas

b) Efeitos da adoção das novas IFRSs na demonstração de resultados consolidados para o período de três meses findo em 31 de março de 2012:

	CONSOLIDADO		
	31/03/2012 anteriormente publicado	Efeito dos novos pronunciamentos	31/03/2012 reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.277.687	(1.482.846)	6.794.841
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal, Material e Serviços	1.831.373	(164.653)	1.666.720
Energia comprada para revenda	994.231	(4.194)	990.037
Combustível para produção de energia elétrica	89.477	-	89.477
Uso da rede elétrica	388.255	37.116	425.371
Remuneração e ressarcimento	420.449	(220.467)	199.982
Depreciação e amortização	443.522	(24.298)	419.224
Construção - distribuição	134.994	-	134.994
Construção - Transmissão	749.232	(335.423)	413.809
Provisões operacionais	338.836	18.484	357.320
Resultado a compensar de Itaipu	192.313	(192.313)	-
Doações e contribuições	109.038	(2.672)	106.366
Outras	487.609	(90.467)	397.142
	6.179.329	(978.887)	5.200.442
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	2.098.358	(503.959)	1.594.399
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras			
Receitas de juros, comissões e taxas	187.355	109.037	296.392
Receita de aplicações financeiras	487.553	(31.208)	456.345
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	66.829	(42)	66.787
Atualizações monetárias	160.258	40.271	200.529
Outras receitas financeiras	12.614	(32)	12.582
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas	(502.050)	198.428	(303.622)
Encargos de arrendamento mercantil	(77.637)	-	(77.637)
Encargos sobre recursos de acionistas	(205.958)	-	(205.958)
Variações cambiais passivas	(201.359)	705	(200.654)
Outras despesas financeiras	(265.893)	86.383	(179.510)
	(338.288)	403.542	65.254
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1.760.070	(100.417)	1.659.653
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	209.519	(22.490)	187.029
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.969.589	(122.907)	1.846.682
Imposto de renda	(507.282)	118.135	(389.147)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(189.839)	4.772	(185.067)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.272.468	-	1.272.468
PARCELA ATRIBUÍDA AOS CONTROLADORES	1.267.964	-	1.267.964
PARCELA ATRIBUÍDA AOS NÃO CONTROLADORES	4.504	-	4.504

Notas Explicativas

c) Efeitos da adoção das novas IFRSs na demonstração de fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2012:

	CONSOLIDADO		
	31/03/2012 anteriormente publicado	Efeito dos novos pronunciamentos	31/03/2012 reapresentado
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.088.786	(194.042)	894.744
Caixa líquido das atividades de investimento	(2.253.662)	1.034.109	(1.219.553)
Caixa líquido das atividades de financiamento	658.081	(518.815)	139.266
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(506.795)</u>	321.252	<u>(185.543)</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	4.959.787	(1.764.059)	3.195.728
No final do período	4.452.992	(1.442.807)	3.010.185

3.3. Empresas do grupo com moeda funcional diferente

a) Conversão de moeda estrangeira

(a.1) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas que operam com moeda funcional distinta da controladora são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens de patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica de cada transação.

As variações cambiais sobre os investimentos com moeda funcional distinta da controladora são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado do período quando da realização dos investimentos.

As informações trimestrais da Controladora e Consolidada são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora.

(a.2) Transações e saldos

Na elaboração das informações trimestrais de cada empresa, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Notas Explicativas

Os ganhos e perdas cambiais sobre itens monetários são reconhecidos no resultado no período em que ocorrem, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos.

Para fins de apresentação das informações trimestrais consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do período. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, sendo atribuídas as participações não controladoras conforme apropriado.

NOTA 4 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas, na data base das informações trimestrais, para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos é inerentemente incerta, por decorrer do uso de julgamento.

As principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de suas controladas, são as seguintes: ativo e passivo fiscal diferidos (vide nota 11); provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração (vide nota 19); vida útil dos bens do imobilizado (vide nota 16); provisão para desmobilização de ativos (vide nota 32); obrigações atuariais (vide nota 30); base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público (vide notas 2 e 8); provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (vide nota 31); provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota 7); avaliação de instrumentos financeiros (vide nota 44); e contratos onerosos (vide nota 35), conforme apresentado nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas**NOTA 5 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
I - Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Caixa e Bancos	45.079	10.825	251.245	278.594
Aplicações Financeiras	939.738	924.801	4.301.783	2.222.920
	984.817	935.626	4.553.028	2.501.514
II - Caixa Restrito:				
Recursos da CCC	1.170.532	2.099.394	1.170.532	2.099.394
Comercialização - Itaipu	437.686	619.206	437.686	619.206
Comercialização - PROINFA	999.967	790.723	999.967	790.723
	2.608.185	3.509.323	2.608.185	3.509.323
	3.593.002	4.444.949	7.161.213	6.010.837

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa referencial média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

No período, ocorreu o aumento do saldo de caixa em virtude do recebimento pelas controladas de valores decorrentes das indenizações relacionadas a Lei 12.783/2013. Por outro lado, em virtude destas alterações regulatórias, o caixa restrito relacionado a CCC teve redução nos seus montantes.

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia e suas controladas aplicam em títulos e valores mobiliários com vencimentos de longo prazo e, apesar destas datas de vencimento, a Companhia possui programa de investimento de curto prazo para a utilização desses recursos antes do vencimento. Sua classificação em circulante e não circulante considera o fato dos títulos classificados no curto prazo serem mantidos para negociação ativa e frequente, possuindo liquidez imediata e intenção de aplicação no plano de investimentos da Companhia.

Em relação às partes beneficiárias, é feito o ajuste a valor presente. Os títulos e os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR e do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização e, portanto, apresentados líquidos:

Notas Explicativas

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários se dá como se segue:

CONTROLADORA					
CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/03/2013	31/12/2012
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	2.944.172	2.953.652
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	IPCA	77	77
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	1.248.430	1.424.455
TOTAL CIRCULANTE				4.192.679	4.378.184

NÃO CIRCULANTE		
Titulos	31/03/2013	31/12/2012
FINOR/FINAM	1.373	1.602
RENDIMENTOS DE PARCERIAS	152.953	146.728
PARTES BENEFICIÁRIAS	249.961	246.888
OUTROS	483	483
TOTAL NÃO CIRCULANTE	404.771	395.701

CONSOLIDADO					
CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/03/2013	31/12/2012
LFT	Banco do Brasil	Até 90 dias	SELIC	1.658.577	1.231.179
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	4.660.299	3.066.198
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	IPCA	979.325	51.869
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	1.509.330	1.486.130
OUTROS				410.727	517.415
TOTAL CIRCULANTE				9.218.258	6.352.791

NÃO CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/03/2013	31/12/2012
NTN- B	Banco do Brasil		IPCA	339	338
NTN- P	Banco do Brasil	28/12/15	TR	348	345
NTN- P	Banco do Brasil	09/07/14	TR	186	185
FINOR/FINAM				1.373	1.602
RENDIMENTOS DE PARCERIAS				152.953	146.728
PARTES BENEFICIÁRIAS				249.961	246.888
OUTROS				3.672	4.284
TOTAL NÃO CIRCULANTE				408.833	400.370

a) RENDIMENTOS DE PARCERIAS - Referem-se aos rendimentos decorrentes de investimento em regime de parceria (Tangará Energia), correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% ao ano sobre o capital aportado, no valor de R\$ 152.953 (R\$ 146.728 em 31 de dezembro de 2012).



Notas Explicativas

b) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A.. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lajeado Energia	451.375	451.375
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Ceb Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor presente	(402.614)	(405.687)
Valor presente	249.961	246.888

c) FINOR/FINAM - Referem-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais destinados à projetos nas áreas de atuação das controladas Chesf e Eletronorte. A Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R\$ 247.153 em 31 de março de 2013 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 246.924), sendo apresentada como redutora do respectivo ativo.

Notas Explicativas

NOTA 7 – CLIENTES

	CONSOLIDADO					
	31/03/2013					31/12/2012
	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	Total
CIRCULANTE						
AES ELETROPAULO	33.977	7.320	1.038	-	42.335	102.690
AES SUL	17.084	2.239	253	-	19.576	28.179
AMPLA	18.657	3.295	843	-	22.795	43.146
CEA	268.614	370.910	-	-	639.524	440.473
CEB	5.955	2.624	755	-	9.334	13.020
CEEE	23.991	2.151	15	-	26.157	38.585
CELESC	32.783	7.638	780	-	41.201	50.445
CELG	30.507	494	-	73.379	104.380	33.773
CELPA	42.731	3.119	969	11.760	58.579	82.816
CELPE	20.104	4.107	56	-	24.267	44.941
CEMAR	14.323	2.195	627	-	17.145	35.932
CEMAT	1.626	-	-	-	1.626	-
CEMIG	34.786	6.623	1.222	-	42.631	81.550
CESP	-	-	31	-	31	3.666
CLSFC	-	-	-	-	-	1.053
COELBA	25.724	2.353	1.227	-	29.304	73.712
COELCE	18.176	2.484	556	-	21.216	42.513
COPEL	52.985	6.836	1.605	-	61.426	111.758
CPFL	23.483	2.586	958	-	27.027	32.036
EBE	5.391	1.905	637	-	7.933	15.957
ELEKTRO	27.378	3.308	-	-	30.686	55.733
ENERGISA	14.336	1.835	36.436	-	52.607	69.292
ENERSUL	10.714	148	214	-	11.076	16.333
ESCELSA	11.467	2.507	452	-	14.426	22.211
LIGHT	40.822	2.811	1.110	-	44.743	85.494
PIRATININGA	5.704	1.046	314	-	7.064	6.163
RGE	11.094	2.196	659	-	13.949	6.816
Rolagem da Dívida dos Estados	-	-	-	112.305	112.305	112.427
Comercialização CCEE	728.074	43.067	2.141	-	773.282	39.611
Uso da Rede Elétrica	172.138	2.486	61.587	-	236.211	565.237
PROINFA	215.798	28.796	66.430	1.266	312.290	477.104
Fornecimento não faturado	-	-	-	25.838	25.838	30.141
Permissionárias	2.943	39	-	23.914	26.896	102.017
Consumidores	528.337	288.244	498.698	215.615	1.530.894	1.628.734
Poder público	98.294	55.230	315.837	261.041	730.402	716.714
Outros	600.461	19.396	19.227	163.852	802.936	735.994
(-) PCLD	(705.972)	(482.594)	(512.155)	(479.831)	(2.180.552)	(1.863.570)
	<u>2.432.485</u>	<u>397.394</u>	<u>502.522</u>	<u>409.139</u>	<u>3.741.540</u>	<u>4.082.695</u>
NÃO CIRCULANTE						
CELG	-	-	-	134.525	134.525	161.313
CEB	-	-	-	-	-	14.111
CELPA	27.561	-	-	46.194	73.755	70.669
CEA	153.249	-	-	-	153.249	399.302
Comercialização na CCEE	293.560	-	-	-	293.560	293.560
Uso da Rede Elétrica	-	-	6.277	-	6.277	-
Rolagem da Dívida dos Estados	-	-	-	1.034.258	1.034.258	1.029.718
Consumidores	-	-	-	184.846	184.846	259.321
Outros	4.702	-	24.830	63.072	92.604	102.178
(-) PCLD	(446.810)	-	(32.881)	(360.177)	(839.868)	(1.073.487)
	<u>32.262</u>	<u>-</u>	<u>(1.774)</u>	<u>1.102.718</u>	<u>1.133.206</u>	<u>1.256.685</u>
	<u>2.464.747</u>	<u>397.394</u>	<u>500.748</u>	<u>1.511.857</u>	<u>4.874.746</u>	<u>5.339.380</u>

I - Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA geraram um resultado líquido negativo neste trimestre de 2013 de R\$ 38.375 (31 de dezembro de 2012 – negativo em R\$ 60.122), não produzindo efeito no resultado líquido do período da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento. No

Notas Explicativas

saldo de consumidores revendedores está registrado neste trimestre o valor de R\$ 312.290 do Proinfra referente à Controladora (31 de dezembro de 2012 – R\$ 477.104).

II - Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE são registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

A controlada Furnas mantém registrados créditos no montante de R\$ 293.560, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto Mercado Atacadista de Energia - MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE. Dada à incerteza de sua realização, a controlada Furnas mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito, constituída em 2007.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova apuração, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a interveniência da CCEE. Nesse sentido, é intenção da Administração manter negociações, com a participação da ANEEL e CCEE, visando o equacionamento dos créditos, de forma a viabilizar uma solução negociada para a sua liquidação.

III - Rolagem da dívida dos Estados – Lei 8.727/1993

O montante a receber da rolagem da dívida com os estados é de R\$ 1.146.563 (R\$ 1.142.145 em 31 de dezembro de 2012).

A controlada Eletrosul detém 50% do total de créditos junto à União, que atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68 % ao ano, montam à R\$ 564.491, em 31 de março de 2013 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 578.654), sendo R\$ 401.854 no ativo não circulante (31 de dezembro de 2012 - R\$ 438.586) decorrentes da assunção dos haveres que a Companhia possuía nas concessionárias estaduais de energia elétrica. A União assumiu, refinanciou e reescalou a dívida em 240 parcelas, vencíveis a partir de abril de 1994. Vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a pagar, uma vez que a União repassa somente os recursos recebidos dos estados que, por sua vez, estão limitados por lei em níveis de comprometimento de receitas, o parcelamento será estendido por mais 120 meses.

IV - Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

As Controladas constituem e mantêm provisões, a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo é composto como segue:

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
Consumidores	754.464	868.525
Revendedores	1.179.449	1.031.219
CEA	792.947	743.753
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560
	<u>3.020.420</u>	<u>2.937.057</u>

As movimentações na PCLD de contas de clientes de energia elétrica no consolidado são as seguintes:

CONSOLIDADO	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>2.937.057</u>
(+) Constituição	192.217
(-) Reversão	(100.345)
(-) Baixa	(8.509)
Saldo em 31 de março de 2013	<u>3.020.420</u>

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do período como Provisões Operacionais (Nota 43). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos. A reversão ocorrida em 2011 refere-se basicamente ao programa de parcelamento junto às prefeituras e órgãos públicos pelas empresas de distribuição.

Para fins fiscais, o eventual excesso de provisão constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado à apuração do Lucro Real, para efeito de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

NOTA 8 – INDENIZAÇÕES LEI 12.783/2013

Valor referente às indenizações a receber do poder concedente em função das alterações da Lei 12.783/2013:

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
Saldo Anterior	14.437.272	-
Constituição	108.475	14.091.068
Valores Recebidos	(6.691.011)	-
Atualização	333.766	346.204
TOTAL	8.080.027	14.437.272
TOTAL CIRCULANTE	3.144.905	8.882.836
TOTAL NÃO CIRCULANTE	4.935.122	5.554.436
	8.080.027	14.437.272

O valor das indenizações será reajustado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 580/2012) até a data do seu efetivo pagamento.

NOTA 9 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	Tx. Média	31/03/2013					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		ENCARGOS CIRCULANTE	PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE	PRINCIPAL	
		Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Controladas e Controlada em conjunto							
FURNAS	6,78	22.421	258.129	3.100.738	-	-	-
CHESF	6,95	743	28.595	71.166	-	-	-
ELETROSUL	6,84	5.517	108.211	1.101.496	-	-	-
ELETRONORTE	7,34	38.902	685.783	3.414.891	-	-	-
ELETRONUCLEAR	6,60	5.581	43.988	1.040.173	-	-	-
CGTEE	11,55	4.574	74.658	1.033.623	-	-	-
CEAL	8,70	2.741	87.116	323.862	-	-	-
BOA VISTA	8,30	211	3.871	15.730	-	-	-
CERON	6,65	1.852	73.088	202.239	-	-	-
CEPISA	8,05	33.651	116.180	459.338	-	-	-
ELETROACRE	11,97	(2)	32.070	116.487	-	-	-
AMAZONAS	7,82	5.944	273.333	753.520	-	-	-
ITAIPU	7,45	-	1.276.631	9.893.860	-	1.276.631	9.893.860
		122.135	3.061.653	21.527.123	-	1.276.631	9.893.860
CEMIG	7,12	2.023	82.827	298.235	2.023	82.827	298.235
COPEL	8,39	1.322	51.608	168.286	1.322	51.608	168.286
CEEE	6,57	401	5.910	44.740	401	5.910	44.740
AES ELETROPAULO	10,39	327.160	108.978	1.101	327.160	108.978	1.101
CELPE	6,13	201	9.199	29.318	201	9.199	29.318
CEMAT	6,27	25.724	336.372	-	25.724	336.372	-
CELTINS	6,26	12.937	112.213	-	12.937	112.213	-
ENERSUL	6,17	1.189	14.779	61.269	1.189	14.779	61.269
CELPA	6,68	64.288	76.871	390.325	64.288	76.871	390.325
CEMAR	5,89	2.247	37.590	375.269	2.247	37.590	375.269
CESP	9,36	208	49.313	98.613	208	49.313	98.613
COELCE	6,08	431	12.922	72.895	431	12.922	72.895
COSERN	6,00	-	2.612	8.312	-	2.612	8.312
COELBA	6,00	888	24.241	149.623	888	24.241	149.623
CELG	5,71	541	7.004	92.148	541	7.004	92.148
ESCELSA	6,01	379	13.176	62.538	379	13.176	62.538
GLOBAL	6,00	64.050	44.100	-	64.050	44.100	-
CELESC DIST.	7,41	1.200	39.963	139.217	1.200	39.963	139.217
OUTRAS	6,36	21.230	113.678	416.341	21.231	120.459	434.559
(-) PCLD		(153.492)	(256.264)	-	(153.492)	(256.264)	-
		372.928	887.091	2.408.230	372.929	893.871	2.426.448
		495.063	3.948.744	23.935.353	372.929	2.170.502	12.320.308

Notas Explicativas

31/12/2012							
CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO	
Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	
Controladas e Controlada em conjunto							
FURNAS	6,78	19.307	248.775	3.257.300	-	-	-
CHESF	6,95	740	34.545	93.370	-	-	-
ELETROSUL	6,84	5.366	70.951	1.065.900	-	-	-
ELETRONORTE	7,34	30.510	311.219	3.890.859	-	-	-
ELETRONUCLEAR	6,60	5.514	43.547	1.050.250	-	-	-
CGTEE	11,55	8.024	111.632	958.363	-	-	-
CEAL	8,70	2.806	77.491	341.521	-	-	-
BOA VISTA	8,30	237	3.520	16.833	-	-	-
CERON	6,65	1.836	67.099	212.307	-	-	-
CEPISA	8,05	3.597	104.278	471.217	-	-	-
ELETROACRE	11,97	994	28.610	125.350	-	-	-
AMAZONAS	7,82	4.914	253.925	770.150	-	-	-
ITAIPU	7,45	-	1.271.281	10.371.354	-	1.271.281	10.371.354
		83.845	2.626.873	22.624.774	-	1.271.281	10.371.354
CEMIG	7,12	2.134	85.068	315.893	2.134	85.068	315.893
COPEL	8,39	1.399	51.431	180.383	1.399	51.431	180.383
CEEE	6,57	341	5.821	42.745	341	5.821	42.745
AES ELETROPAULO	10,39	324.055	108.978	1.321	324.055	108.978	1.321
CELPE	6,13	211	9.911	31.048	211	9.911	31.048
CEMAT	6,27	21.953	344.384	-	21.953	344.384	-
CELTINS	6,26	9.885	112.212	-	9.885	112.212	-
ENERSUL	6,17	508	12.786	64.421	508	12.786	64.421
CELPA	6,68	52.374	51.288	411.820	52.374	51.288	411.820
CEMAR	5,89	2.247	77.605	396.921	2.247	77.605	396.921
CESP	9,36	12	47.008	110.681	12	47.008	110.681
COELCE	6,08	460	13.939	75.577	460	13.939	75.577
COSERN	6,00	60	3.080	8.852	60	3.080	8.852
COELBA	6,00	920	24.241	155.929	920	24.241	155.929
CER	8,76	3.848	13.873	10.491	3.848	13.873	10.491
CELG	5,71	542	7.178	93.657	542	7.178	93.657
ESCELSA	6,01	395	13.202	65.668	395	13.202	65.668
GLOBAL	6,00	61.330	44.100	-	61.330	44.100	-
CELESC DIST.	7,41	1.242	41.201	146.806	1.242	41.201	146.806
OUTRAS	6,36	50.675	119.994	429.472	50.679	126.763	449.396
(-) PCLD		(140.086)	(248.027)	-	(140.086)	(248.027)	-
		394.505	939.273	2.541.686	394.509	946.042	2.561.609
		478.350	3.566.146	25.166.460	394.509	2.217.323	12.932.963

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia, recursos setoriais e recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 6,15% ao ano.

Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 44% do total da carteira (43% em 31 de dezembro de 2012). Já os que preveem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 56% do saldo da carteira (57% em 31 de dezembro de 2012).

Os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis, visto serem operações específicas do setor e formadas em parte através de recursos de

Notas Explicativas

Fundos Setoriais e que não encontram condições semelhantes como parâmetro de avaliação.

As parcelas de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, baseados nos fluxos de caixa previstos contratualmente, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Controladora	3.269.488	2.696.905	2.589.992	2.439.192	2.329.426	10.610.350	23.935.353
Consolidado	1.682.912	1.388.185	1.333.154	1.255.532	1.199.032	5.461.494	12.320.309

I – AES Eletropaulo/CTEEP – Ação Judicial

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo junto a Eletrobras.

No decorrer da execução do contrato surgiram questionamentos por parte do devedor acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado, tendo a Eletropaulo proposto Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobras, em dezembro de 1988.

Em dezembro de 2010, a Eletrobras solicitou a iniciação do processo de liquidação na modalidade por artigos e, que por tal motivo, o processo foi submetido à análise da 5ª Vara Cível. Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a AES Eletropaulo e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido da liquidação por artigos, o que foi respondido por ambas as empresas.

Em dezembro de 2012, a 5ª Vara Cível julgou a liquidação por artigos com base nos elementos trazidos aos autos e, ato contínuo, reconheceu a ELETROPAULO como a devedora da totalidade do débito.

Contra essa decisão foi manejado recurso de agravo por parte da Eletropaulo distribuído à Nona Câmara Cível em janeiro de 2013, tendo como principal pedido à necessidade de realização da prova pericial.

Em fevereiro de 2013 foi proferida decisão entendendo pela necessidade de realização de prova pericial, cassando, consequentemente a decisão do Juízo da 5ª Vara Cível.

Desta forma, pelo atual fase do processo e pelos motivos expostos, estima-se que os trabalhos periciais, caso a Companhia não recorra da decisão, se iniciem durante o segundo trimestre de 2013.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença sendo apontada a devedora e sendo apurados valores a serem pagos pela AES Eletropaulo e CTEEP, a Eletrobras irá reiniciar o processo de execução contra as referidas empresas.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável à AES Eletropaulo e/ou à CTEEP, a Companhia passa a ter um crédito de R\$ 1.696.592, (R\$ 1.735.861 em 31 de dezembro de 2012), sendo R\$ 437.239 (R\$ 434.354 em 31 de dezembro de 2012) já reconhecidos em seu ativo, na rubrica empréstimos e financiamentos, correspondente à parte considerada como incontroversa pela Companhia.

Notas Explicativas

Em 18 de março de 2013 a Companhia recebeu R\$ 97.463 referente a parte do montante incontroverso decorrente da ação consignatória movida pela Eletropaulo questionando, a época, o valor que entendia como devido por conta da dívida pactuada com a Eletrobras.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 388.113 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 403.113) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de devedores em inadimplência.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

A Companhia reconhece provisão sobre os créditos junto à Celpa, controlada pela Equatorial Energia, no montante de R\$ 46.207 (R\$ 37.704 em 31 de dezembro de 2012). Tal provisão foi considerada necessária considerando o processo de recuperação judicial da Celpa.

Adicionalmente, a Companhia possui provisão sobre os créditos junto à Cemat e Celtins, controladas pelo Grupo Rede e sob intervenção federal, no montante de R\$ 70.085 e R\$ 19.353 (R\$ 74.626 e R\$ 20.527 em 31 de dezembro de 2012). Tais provisões foram consideradas necessárias considerando o cenário atual de ambas que vêm apresentando dificuldades significativas econômico-financeiras para a liquidação de suas dívidas (vide nota 15).

As movimentações na PCLD dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	525.608
(+) Complemento	181.048
(-) Reversões / baixas	(303.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	403.113
(+) Complemento	23.038
(-) Reversões / baixas	(16.395)
Saldo em 31 de março de 2013	409.756

A constituição e a baixa da PCLD foram registradas no resultado do período como Provisões Operacionais (vide nota 43). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perdas definitivas (baixados) quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

Notas Explicativas**NOTA 10 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Eletrosul	15.871	15.613	-	-
Eletropar	3.099	3.049	-	-
CGTEE	54.611	53.723	-	-
Itaipu	24.995	24.744	24.995	24.744
CEMAR	25.491	25.491	25.491	25.491
CELPA	27.513	27.513	27.513	27.513
Lajeado Energia	28.597	28.597	28.597	46.381
Enerpeixe	-	-	54.834	29.640
Baguari	-	-	11.567	9.729
Outros	16.574	16.574	44.524	3.699
	<u>196.751</u>	<u>195.304</u>	<u>217.521</u>	<u>167.197</u>

NOTA 11 – TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ATIVO**I. Tributos a recuperar**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Ativo circulante:				
Imposto de renda - fonte	336.125	872.775	494.932	1.050.394
PIS/PASEP/COFINS	12.734	13.777	101.067	79.054
ICMS a recuperar	-	-	26.310	19.986
Outros	-	-	378.799	349.291
	<u>348.859</u>	<u>886.552</u>	<u>1.001.108</u>	<u>1.498.725</u>
Ativo não circulante:				
ICMS a recuperar	-	-	1.106.566	1.083.661
PIS/COFINS a recuperar	-	-	653.472	641.236
Outros	-	-	13.539	12.509
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.773.577</u>	<u>1.737.406</u>

II. Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Ativo circulante:				
Antecipações de IRPJ e CSLL	<u>1.485.011</u>	<u>1.088.491</u>	<u>1.657.748</u>	<u>1.227.005</u>
Ativo não circulante:				
IRPJ/CSLL Diferidos	<u>1.841.562</u>	<u>1.754.333</u>	<u>4.931.981</u>	<u>4.854.337</u>

Notas Explicativas**III. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Variação Cambial Passiva	424.771	386.223	425.944	386.223
Provisão de Juros sobre o capital próprio	147.545	147.547	147.817	147.547
Provisão para Contingências	670.314	595.265	1.444.694	1.358.647
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	148.169	174.359	528.351	560.151
Provisão p/ ajuste ao valor de mercado	152.091	148.253	154.630	148.290
Provisões Operacionais	-	-	732.151	721.350
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	298.672	302.686	1.382.456	1.416.595
Outros	-	-	115.938	115.535
	<u>1.841.562</u>	<u>1.754.333</u>	<u>4.931.981</u>	<u>4.854.338</u>

Os Ativos Fiscais Diferidos têm seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem. Considerando o histórico de rentabilidade da Companhia, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos está fundamentado na capacidade de realização do ativo, identificada a partir de análises de tendências futuras, fundamentada em estudo técnico elaborado com base em premissas e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, que podem sofrer alterações no futuro.

A expectativa de realização dos saldos de imposto de renda diferido ativo é como segue:

	CONTROLADORA 31/03/2013
Período de realização:	
2014	107.761
2015	139.220
2016	255.166
2017	398.241
2018	451.879
2019	489.294
Total reconhecido no balanço patrimonial	<u>1.841.562</u>

IV. – ICMS, PIS/PASEP E COFINS a Recuperar Sobre Aquisição de Combustível

Esses valores estão registrados no ativo não circulante nas rubricas de PIS e COFINS a recuperar e ICMS a recuperar.

A Companhia mantém expectativa de realizar esses créditos, sendo que de acordo com o § 8º da Lei 12.111/2009, os referidos impostos e contribuições deverão ser ressarcidos à CCC quando realizados, deste modo é mantido um passivo de igual valor na rubrica Obrigações de Ressarcimento.

Notas Explicativas**NOTA 12 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO**

	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
<u>Direitos de ressarcimento</u>		
a. CCC de Sistemas Isolados	8.327.585	7.622.094
b. Energia nuclear	581.431	581.095
	<u>8.909.016</u>	<u>8.203.189</u>
 Ativo circulante	 7.869.705	 7.302.160
Ativo não circulante	1.039.311	901.029
	<u>8.909.016</u>	<u>8.203.189</u>
 <u>Obrigações de ressarcimento</u>		
a. CCC de Sistemas Isolados	8.693.329	7.789.757
	<u>8.693.329</u>	<u>7.789.757</u>
 Passivo circulante	 6.842.172	 5.988.698
Passivo não circulante	1.851.157	1.801.059
	<u>8.693.329</u>	<u>7.789.757</u>

a) Conta de consumo de combustível (CCC) de sistemas isolados

Com o advento da Lei 12.111/2009 e do Decreto 7.246/2010 foi alterada a sistemática de subvenção de geração de energia nos sistemas isolados. A subvenção pela CCC que até então subsidiava somente os custos com combustíveis, passa a reembolsar a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional – SIN.

No custo total de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, são incluídos os custos relativos a:

- i. contratação de energia e de potência associada;
- ii. geração própria para atendimento da distribuição de energia elétrica;
- iii. encargos e impostos; e
- iv. investimentos realizados.

Incluem, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala.

Referem-se a valores recebidos da CCC (parte a título de adiantamentos) nos respectivos períodos. A regulamentação da ANEEL referente à Lei nº 12.111/2009 encontra-se estabelecida, mas os valores de reembolso ainda não foram aprovados pelo órgão regulador, os valores efetivamente recebidos não estão sendo baixados do Ativo e em contrapartida foi criada uma rubrica no Passivo Circulante denominada de Obrigações de Ressarcimento. Com isto, Companhia apresenta um valor a receber de R\$ 8.327.585 (R\$ 7.622.094 em 31 de dezembro de 2012) e um passivo de R\$

Notas Explicativas

8.693.329 (R\$ 7.789.757 em 31 de dezembro de 2012) de obrigações de ressarcimento.

b) Energia nuclear

Conforme previsto no parágrafo 4º do art. 12 da Lei 12.111/2009, e no art. 2º da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa faturada pela ELETRONUCLEAR e da tarifa de referência (definida no parágrafo 1º da citada Lei) a ser repassado para FURNAS, será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, em 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. Dessa forma, a Companhia possui um direito de ressarcimento de R\$ 581.431 (R\$ 581.095 em dezembro de 2012).

De acordo com o disposto no parágrafo 1º da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.406/2012, esse montante será pago em duodécimos pelas concessionárias à ELETRONUCLEAR, nos anos de 2013 a 2015.

NOTA 13 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra I e UTN Angra II:

	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
CIRCULANTE		
Elementos prontos	422.144	360.751
	422.144	360.751
NÃO CIRCULANTE		
Elementos prontos	113.275	109.153
Concentrado de urânio	118.554	143.116
Em curso - combustível nuclear	162.079	229.226
	393.908	481.495
	816.052	842.246

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, sendo apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica;
- Almoxarifado, classificado no ativo circulante e está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

Notas Explicativas**NOTA 14 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL**

A Companhia apresenta, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Controladas				
Furnas	530.814	525.450	-	-
Eletrosul	554.877	554.768	-	-
Eletronorte	221.638	220.240	-	-
CGTEE	222.230	160.949	-	-
Ceal	200.270	176.514	-	-
Ceron	112.935	162.798	-	-
Cepisa	475.241	430.282	-	-
Eletroacre	220.407	217.497	-	-
Amazonas	278.823	277.680	-	-
	<u>2.817.235</u>	<u>2.726.178</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros investimentos	4.000	4.000	4.000	4.000
	<u>2.821.235</u>	<u>2.730.178</u>	<u>4.000</u>	<u>4.000</u>

NOTA 15 - INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Avaliados por Equivalência Patrimonial				
a) Controladas				
Furnas	11.288.546	11.252.674	-	-
Chesf	11.771.074	11.622.439	-	-
Eletrosul	4.718.178	4.653.342	-	-
Eletronorte	10.702.839	10.543.614	-	-
Eletronuclear	6.333.041	6.345.704	-	-
Eletropar	128.883	136.549	-	-
CGTEE	22.006	210.190	-	-
Distribuidora Rondônia	21.989	-	-	-
Distribuidora Alagoas	-	4.119	-	-
Distribuidora Roraima	17.049	-	-	-
	<u>45.003.605</u>	<u>44.768.631</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

b) Coligadas e Empreendimentos controlados em conjunto

Itaipu	103.450	102.175	103.450	102.175
Mangue Seco II	16.295	17.006	16.295	17.006
CHC	28.584	28.584	28.584	28.584
Norte Energia	498.450	409.386	1.660.836	1.365.096
Inambari	9.139	9.250	23.100	23.121
Celpe	94.673	94.673	94.673	94.673
Cemat	420.787	420.787	420.787	420.787
Emae	252.316	252.316	261.498	263.331
CTEEP	761.060	739.735	775.238	753.358
Cemar	417.635	411.463	417.635	411.463
Lajeado Energia	561.357	540.819	561.357	540.819
Ceb Lajeado	81.188	79.672	81.188	79.672
Paulista Lajeado	28.383	27.425	28.383	27.425
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	-	-	111.361	109.609
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	-	-	112.031	96.150
Cia. Transleste de Transmissão S.A.	-	-	98.587	-
Construtora Integração	-	-	90.449	60.024
Energética Águas da Pedra S.A.	-	-	288.875	278.657
ESBR Participações S.A.	-	-	1.062.202	975.470
Integração Transmissora de Energia S.A.	-	-	1.141.099	1.052.081
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	-	-	199.455	188.689
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	-	-	283.524	274.366
Manaus Transmissora de Energia S.A.	-	-	344.623	334.044
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	-	-	393.767	388.108
Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	-	-	118.318	97.060
Teles Pires Participações	-	-	102.295	89.818
Baguari Energia S.A.	-	-	1.729.796	1.669.041
Cia. Hidrelétrica Teles Pires	-	-	320.033	303.627
Cia. Transudeste de Transmissão S.A.	-	-	538.332	514.735
Energia dos Ventos I S.A.	-	-	112.117	101.646
Energia dos Ventos III S.A.	-	-	241.512	239.746
Energia dos Ventos IV S.A.	-	-	85.143	63.431
Energia dos Ventos V S.A.	-	-	110.410	110.078
Energia dos Ventos VI S.A.	-	-	79.312	104.098
Energia dos Ventos VIII S.A.	-	-	117.333	107.865
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN	-	-	86.691	86.707
Outros	875.925	1.081.884	1.474.535	1.789.038
	<u>4.149.242</u>	<u>4.215.175</u>	<u>13.714.824</u>	<u>13.161.598</u>
SUBTOTAL	<u>49.152.847</u>	<u>48.983.806</u>	<u>13.714.824</u>	<u>13.161.598</u>

Notas Explicativas

Mantidos a Valor Justo

Celesc	99.169	112.012	99.169	112.012
Cesp	133.863	124.380	133.863	124.380
Coelce	249.682	232.140	249.682	232.140
AES Tietê	592.744	713.398	592.744	713.398
Energisa	74.788	82.070	74.788	82.070
CELPE	29.162	24.159	29.162	24.159
CGEEP	30.188	30.201	30.188	30.201
COPEL	38.254	38.575	38.254	38.575
CEB	7.495	6.206	7.495	6.206
AES Eletropaulo	-	-	20.723	35.207
Energias do Brasil	-	-	18.749	18.556
Tangara	21.738	21.738	21.738	21.738
CPFL Energia	-	-	35.946	36.457
CEA	20	20	20	20
CER	102	102	102	102
Outros	20.289	20.288	168.779	162.515
	<u>1.297.495</u>	<u>1.405.289</u>	<u>1.521.403</u>	<u>1.637.737</u>
SUBTOTAL	<u>50.450.343</u>	<u>50.389.095</u>	<u>15.236.227</u>	<u>14.799.335</u>
Provisão para perdas em investimentos	(122.185)	(122.185)	(122.185)	(122.185)
TOTAL	<u>50.328.158</u>	<u>50.266.910</u>	<u>15.114.042</u>	<u>14.677.150</u>

Tendo em vista o processo de recuperação judicial da investida Celpa e consequente incerteza de continuidade de suas operações, a Companhia reconheceu como provisão para perdas a totalidade do investimento na Celpa no montante de R\$ 94.673 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 94.673) e perda dos montantes de dividendos declarados e não pagos até 31 de março de 2013 no montante de R\$ 27.513 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 27.513), ambas as provisões limitadas à participação da Companhia no capital social da Celpa de 34,24%.

15.1 – Provisões para perdas em investimentos

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
CELPA	122.185	122.185
	<u>122.185</u>	<u>122.185</u>

15.2 – Ajustes de políticas contábeis em coligadas

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
CEMAT	86.464	86.464
CTEEP	1.058.703	956.630
Outros	-	12.500
	<u>1.145.167</u>	<u>1.055.594</u>

Notas Explicativas

A Companhia quando da preparação de suas informações trimestrais consolidadas efetuou ajustes nos resultados das empresas investidas, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as da Companhia. Os ajustes realizados referem-se principalmente a política contábil para reconhecimento para provisão para créditos de liquidação duvidosa e reconhecimento das obrigações relacionadas a benefícios pós-emprego.

15.3 - Mutação dos investimentos – Controladora

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2012	Integralização de capital	Outros Resultados Abrangentes	Ajuste de Práticas Contábeis	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/03/2013
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA						
FURNAS	11.252.674	-	(23.092)	-	58.964	11.288.546
CHESF	11.622.439	-	8.572	-	140.063	11.771.074
ELETROSUL	4.653.342	-	(155)	-	64.991	4.718.178
ELETRONORTE	10.543.614	-	-	-	159.224	10.702.839
ELETRONUCLEAR	6.345.704	-	3.346	-	(16.009)	6.333.041
ELETOPAR	136.549	-	(8.062)	-	396	128.883
ITAIPU BINACIONAL	102.175	-	1.275	-	-	103.450
CGTEE	210.190	-	-	-	(188.184)	22.006
CEAL	4.119	-	-	-	(4.119)	-
CERON	-	21.528	-	-	461	21.989
BOA VISTA	-	-	-	-	17.049	17.049
CELPA	94.673	-	-	-	-	94.673
CEMAT	420.787	-	-	-	-	420.787
EMAE	252.316	-	-	-	-	252.316
CTEEP	739.735	-	7.358	(11.055)	25.021	761.060
CEMAR	411.463	-	-	-	6.172	417.635
REDE LAJEADO	540.819	-	-	-	20.539	561.358
CEB LAJEADO	79.672	-	-	-	1.516	81.188
PAULISTA LAJEADO	27.425	-	-	-	958	28.383
INAMBARI	9.250	235	(32)	-	(314)	9.139
CHC	28.584	-	-	-	-	28.584
EÓLICA MANGUE SECO	17.006	-	-	-	(711)	16.295
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	409.386	90.000	-	-	(935)	498.450
OUTROS	1.081.883	-	(208.418)	-	2.461	875.927
INVESTIMENTOS	48.983.803	111.764	(219.208)	(11.055)	287.544	49.152.849
MUTAÇÃO DO PASSIVO A DESCOBERTO - CONTROLADORA						
CEAL	-	-	-	-	(55.334)	(55.334)
CEPISA	(223.505)	-	-	-	(36.291)	(259.796)
CERON	(72.768)	72.768	-	-	-	-
BOA VISTA	(23.562)	-	-	-	23.562	-
AMAZONAS	(1.128.018)	-	-	-	(58.310)	(1.186.328)
ELETROACRE	(54.035)	-	-	-	340	(53.694)
PASSIVO A DESCOBERTO	(1.501.888)	72.768	-	-	(126.033)	(1.555.152)
LÍQUIDO	47.481.916	184.532	(219.208)	(11.055)	161.511	47.597.696

Notas Explicativas

15.4 Informações do valor de mercado e de receita das investidas

Empresas de capital aberto	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado (*)	
			31/03/2013	31/12/2012
CELPA	Equivalência Patrimonial	34,24%	15.898	23.613
CEMAR	Equivalência Patrimonial	33,55%	607.692	534.769
CEMAT	Equivalência Patrimonial	40,92%	197.830	206.254
CTEEP	Equivalência Patrimonial	35,23%	1.905.568	1.846.752
EMAE	Equivalência Patrimonial	39,02%	108.843	106.681
CELESC	Valor de mercado	10,75%	99.169	141.779
CESP	Valor de mercado	2,05%	133.864	153.571
COELCE	Valor de mercado	7,06%	249.681	226.711
AES Tiete	Valor de mercado	7,94%	592.745	713.399
CGEEP - DUKE	Valor de mercado	0,47%	30.188	30.162
ENERGISA S.A	Valor de mercado	2,90%	74.788	77.740
CELGPAR	Valor de mercado	0,07%	390	391
CELPE	Valor de mercado	1,56%	29.162	35.212
COPEL	Valor de mercado	0,56%	38.254	37.856
CEB	Valor de mercado	3,29%	7.495	6.000
AES Eletropaulo	Valor de mercado	1,25%	20.723	35.206
CPFL Energia	Valor de mercado	0,18%	35.946	36.456
Energias do Brasil	Valor de mercado	0,31%	18.749	18.556

(*) Baseado na cotação das ações na data-base.

Empresas de capital fechado	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado	
			31/03/2013	31/12/2012
TANGARÁ	Valor de mercado	25,47%	19.932	19.932
CDSA	Valor de mercado	0,13%	368	367
CEA	Valor de mercado	0,03%	26	26
CERR	Valor de mercado	0,01%	18	18
Ceb Lajeado	Equivalência Patrimonial	40,07%	58.364	58.364
Lajeado Energia	Equivalência Patrimonial	40,07%	303.276	303.276
Paulista Lajeado	Equivalência Patrimonial	40,07%	22.532	22.532
Águas da Pedra	Equivalência Patrimonial	49,00%	89.796	89.796
Amapari	Equivalência Patrimonial	49,00%	39.190	39.190

Notas Explicativas

I - Ativo e Passivo

Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Participação	31/03/2013				
		Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
AES Eletropaulo	1,25%	6.934.683	4.411.724	2.806.464	6.831.688	1.708.255
AES Tietê S.A	7,94%	3.158.532	1.247.776	1.431.303	983.611	1.991.394
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,00%	279.970	13.636	35.819	42.087	215.700
Chapecoense Geração S.A.	40,00%	3.271.640	220.489	1.903.595	788.452	800.082
Cia Hidrelétrica Teles Pires	49,00%	1.722.490	207.455	776.479	789.100	364.366
CPFL Energia	0,18%	18.985.957	11.029.766	16.132.858	5.593.619	8.289.246
CTEEP	35,23%	52.222	7.794.182	2.062.151	616.634	5.167.619
CESP	2,05%	15.000.650	2.258.650	2.416.270	4.624.082	10.218.948
Energética Aguas da Pedra S.A	49,00%	776.773	115.741	467.771	70.904	353.839
Enerpeixe S.A.	40,00%	1.733.679	261.965	333.470	316.343	1.345.831
ESBR Participações S.A.	40,00%	14.303.115	1.288.260	9.515.850	947.795	5.127.730
Inambari Geração de Energia	49,00%	26.195	5.382	-	153	30.424
Integração Transmissora de Energia S.A	49,00%	637.894	19.850	242.192	110.084	305.468
Interligação Elétrica do Madeira S.A	49,00%	3.712.006	136.201	2.193.812	497.154	1.157.241
Itaipu	50,00%	35.245.669	1.504.118	29.545.112	7.003.295	201.380
Madeira Energia S.A	39,00%	15.467.166	1.114.728	9.200.941	2.949.735	4.435.218
Manaus Transmissora de Energia S.A.	49,50%	1.986.131	143.779	867.949	310.352	951.609
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00%	2.120.027	356.663	924.896	747.137	804.657
Norte Energia S.A	50,00%	7.912.243	668.972	5.292.303	565.910	2.723.002
Serra do Facão Energia S.A	49,47%	1.995.365	113.597	549.306	1.399.294	160.362
Sistema de Transmissão Nordeste S.A	49,00%	663.978	48.098	213.427	91.985	406.664
Outros		17.830.421	12.817.887	7.774.734	9.078.103	13.795.501

II - Resultado

Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	31/03/2013					
	Receita operacional líquida	Receita financeira	Despesa financeira	Impostos sobre o lucro	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização
AES Eletropaulo	2.290.393	40.964	(47.972)	(8.652)	(818)	(113.286)
AES Tietê S.A	598.099	5.755	(16.511)	(96.151)	185.725	(41.157)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	2.958	91	(523)	646	2.579	(3)
Chapecoense Geração S.A.	103.743	1.147	(23.208)	(7.255)	6.369	(10.598)
Cia Hidrelétrica Teles Pires	-	-	(181)	-	(2.329)	(12)
CPFL Energia	3.715.427	155.463	(95.686)	(245.118)	405.302	(260.898)
CTEEP	200.818	93.677	(54.647)	(15.650)	70.991	(1.820)
Cesp	1.144.537	12.911	(93.242)	(230.139)	339.011	(191.622)
Energética Aguas da Pedra S.A	29.448	881	(5.267)	(1.094)	2.136	(3.091)
Enerpeixe S.A.	70.998	1.794	(10.689)	(7.092)	36.702	(8.231)
ESBR Participações S.A.	-	247	-	7.260	(10.617)	(46)
Inambari Geração de Energia	-	11	-	-	(1.068)	(8)
Integração Transmissora de Energia S.A	13.109	176	(3.237)	(1.494)	6.407	-
Interligação Elétrica do Madeira S.A	179.187	2.661	(35.361)	(13.801)	26.789	(5)
Itaipu	1.896.060	22.263	(659.545)	-	345.845	-
Madeira Energia S.A	242.238	4.898	(88.398)	(1.587)	(74.220)	(34.836)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	13.681	-	(9.903)	1.782	(3.458)	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	77.723	-	(10.882)	(1.376)	2.543	-
Norte Energia S.A	-	14.512	(15.264)	3.127	(6.235)	(575)
Serra do Facão Energia S.A	26.877	590	(6.790)	2.389	(27.093)	(7.261)
Sistema de Transmissão Nordeste S.A	32.122	-	(4.759)	(2.866)	21.233	(30)
Outros	1.127.228	139.884	(57.454)	(21.747)	21.284	(24.216)

I - Empresas de Distribuição:

a) Distribuição Alagoas - detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Alagoas mediante o Contrato de Concessão 07/2001-ANEEL, e seus aditivos celebrados, respectivamente, em 15 de maio de 2005 e em 08 de junho de 2010 com vigência até 07 de julho de 2015. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 68.825 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 39.531), prejuízos acumulados



Notas Explicativas

de R\$ 433.604 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 374.151) e passivo a descoberto de R\$ 55.334 (31 de dezembro de 2012 – patrimônio líquido positivo em R\$ 4.119) e depende do suporte financeiro da Companhia.

b) Distribuição Rondônia - detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Rondônia mediante o Contrato de Concessão 05/2001-ANEEL e seus aditivos celebrados, respectivamente, em 12 de fevereiro de 2001 e de 11 de novembro de 2005, com vencimento em 07 de julho de 2015. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 127.403 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 24.541), prejuízos acumulados de R\$ 1.190.167 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 1.190.628) e patrimônio líquido de R\$ 21.989 (31 de dezembro de 2012 – passivo a descoberto de R\$ 72.768) e depende do suporte financeiro da Companhia.

c) Distribuição Piauí – detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado do Piauí, mediante Contrato de Concessão 04/2001 de 12 de fevereiro de 2001, com a ANEEL, com vencimento em 07 de julho de 2015. A principal atividade é a distribuição de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 45.309 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 54.248), prejuízos acumulados de R\$ 1.035.462 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 999.171) e passivo a descoberto de R\$ 259.796 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 223.505) e depende do suporte financeiro da Companhia.

d) Amazonas Energia – tem como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Amazonas. A Amazonas Energia tem geração própria (1.600,60 MW) e complementa a sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia de produtores independentes. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 1.467.391 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 1.949.330), prejuízos acumulados de R\$ 5.503.748 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 5.445.438) e passivo a descoberto de R\$ 1.186.328 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 1.128.018) e depende do suporte financeiro da Companhia. A investida encontra-se em processo de desverticalização (cisão) das operações de geração da Empresa.

e) Distribuição Roraima - controlada diretamente pela Companhia a partir do ano de 2012 (anteriormente era uma controlada indireta, cujo acionista era a Eletronorte), com atuação na cidade de Boa Vista, suas funções principais são explorar os serviços de energia elétrica. A Distribuição Roraima detém concessão pelo Contrato 21/2001 – ANEEL, de 21 de março de 2001 e Termo Aditivo de quatorze de outubro de 2005, para distribuição de energia elétrica no município de Boa Vista, válida até o ano de 2015. A investida apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 22.686 (capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 41.725), prejuízos acumulados de R\$ 663.354 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 715.355) e patrimônio líquido de R\$ 17.049 (31 de dezembro de 2012 – passivo a descoberto de R\$ 23.562) e depende do suporte financeiro da Companhia.

f) Distribuição Acre – detém a concessão para distribuição e comercialização para todo o Estado do Acre, mediante contrato de concessão 06/2001, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 12 de fevereiro de 2001, com prazo de vigência até 07 de julho de 2015. O suprimento de energia elétrica da capital, Rio

Notas Explicativas

Branco, e das seis localidades interligadas ao Sistema Rio Branco, é feita pela ELETRONORTE. O interior do Estado, desde 1999, através de um contrato de Comodato, vem sendo suprido pela GUASCOR do Brasil Ltda., na forma de Produtor Independente de Energia- PIE, por intermédio de Sistemas Isolados de Geração. Destaque-se que, o suprimento de energia elétrica a todo o Estado, é feito através de Termoelétricas a Diesel (100%). A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 46.006 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 39.422), prejuízos acumulados de R\$ 297.915 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 306.761) e passivo a descoberto de R\$ 56.967 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 57.325) e depende do suporte financeiro da Companhia.

II – Empresas de Geração e Transmissão:

a) Eletrobras Termonuclear S.A. - controlada integral da Companhia, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, e a realização de serviços de engenharia correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. A Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a usina Angra 3. A energia elétrica gerada pela Companhia é fornecida exclusivamente para a controlada FURNAS, mediante contrato de compra e venda de energia elétrica.

b) Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - tem como objetivo principal a transmissão e a geração de energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos. A Companhia realiza estudos, projetos, construção, operação e manutenção das instalações dos sistemas de transmissão e de geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas. A Companhia detém o controle acionário das subsidiárias integrais Artemis, RS Energia, Porto Velho Transmissora, Cerro Chato I, II e III e o controle da Uirapuru.

c) Itaipu Binacional - entidade binacional criada e regida, em igualdade de direitos e obrigações, pelo Tratado internacional assinado em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, sendo seu capital pertencente em partes iguais à Eletrobras e a ANDE.

Seu objetivo é o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde o Salto de Guaíra até a foz do rio Iguazu, mediante a construção e operação de Central Hidrelétrica, com capacidade total disponibilizada de 12,6 milhões de kW.

d) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - concessionária de serviço público de energia elétrica que tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica. O seu sistema de geração é hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por percentual superior a 97% da produção total. O sistema de transmissão da Chesf é composto por 18.723 km de linhas de transmissão em operação, sendo 5.122 km de circuitos de transmissão em 500 kV, 12.792 km de circuitos de transmissão em 230 kV, 809 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores, 100 subestações com tensão maior que 69 kV e 762 transformadores efetivamente em operação em todos os níveis de tensão, totalizando uma capacidade de transformação de 44.181 MVA, além de 5.683 km de cabos de fibra óptica.

Notas Explicativas

e) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada pela Companhia, com atuação predominante nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. As operações da Companhia com a geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.860,05 MW e 7 usinas termelétricas, com capacidade de 601,08 MW, perfazendo uma capacidade instalada de 9.461,13 MW. A transmissão de energia é efetuada por um sistema composto de 9.287,13 km de linhas de transmissão, 45 subestações no Sistema Interligado Nacional - SIN, 695,89 Km de linhas de transmissão, 10 subestações no sistema isolado, perfazendo um total de 9.983,02 km de linhas de transmissão e 55 subestações.

A Companhia detém o controle acionário das subsidiárias integrais Estação Transmissora de Energia S.A. e Rio Branco Transmissora de Energia S.A., além de participação societária em diversas Sociedades de Propósito Específico - SPE, de geração e transmissão de energia elétrica.

f) Furnas Centrais Elétricas S.A. - controlada pela Companhia, atua na geração, transmissão e comercialização predominantemente na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Tocantins, além de participar de Sociedades de Propósito Específico. II. O sistema de produção de energia elétrica operado por FURNAS é composto por 8 usinas hidrelétricas de propriedade exclusiva, 2 em parceria com a iniciativa privada com uma potência instalada de 8.662 MW, e 2 usinas termelétricas com 962 MW de capacidade, totalizando 9.624 MW.

III - Demais Empresas

a) Companhia Energética do Maranhão - concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do Estado do Maranhão, regulada pelo Contrato de Concessão nº 60, de 28 de agosto de 2000, celebrado com a ANEEL, o qual permanece com o seu termo de vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

b) Eletrobras Participações S.A. - controlada pela Companhia, e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades.

c) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT - sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica.

d) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D - sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto a distribuição de energia elétrica em 72 municípios do Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 1,5 milhões de unidades consumidoras.

Notas Explicativas

e) Companhia Transmissão de Energia Elétrica Paulista - sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica.

f) Centrais Elétricas do Pará S.A. - sociedade de capital aberto, sob o controle acionário da Equatorial Energia S.A., que atua na distribuição e geração de energia elétrica no Estado do Pará, atendendo consumidores em 143 municípios, conforme Contrato de Concessão 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 181/98 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. A investida apresentava em 31 de dezembro de 2012 (última informação publicada) capital circulante líquido negativo de R\$ 33.510 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 1.191.873).

Conforme comunicado ao mercado em Fato Relevante publicado em 28 de fevereiro de 2012, a investida, nos termos da Instrução CVM 358/2002, informou que ajuizou, perante a Comarca da Capital do Estado do Pará, pedido de recuperação judicial, nos termos dos artigos 47 e seguintes da Lei 11.101/2005, com o objetivo de viabilizar a superação de sua situação de crise econômico-financeira, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. O pedido de recuperação judicial foi deferido em 29 de fevereiro de 2012.

Todos os créditos existentes contra a investida até a data do ajuizamento do pedido, ainda que não vencidos, ressalvadas as exceções legais, estão sujeitos à recuperação judicial, nos termos do artigo 49 da Lei 11.101/2005, e deverão ser pagos nos termos do plano de recuperação judicial. Em 01 de setembro de 2012 a CELPA divulgou ao mercado que, em assembleia geral de credores, foi aprovado o plano de recuperação judicial da Companhia.

g) Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - a concessionária de um complexo hidroenergético localizado no Alto Tietê, centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden. A EMAE dispõe, ainda, da UHE Rasgão e a UHE Porto Góes, ambas no Rio Tietê. No Vale do Paraíba, município de Pindamonhangaba, está instalada a UHE Isabel, atualmente fora de operação.

h) Lajeado Energia S.A. - companhia de capital fechado, controlada da EDP Energias do Brasil S.A., tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. A Companhia detém 73% do capital total da Investco S.A., que tem como objeto principal a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público 05/97 - ANEEL, com vigência até 2033.

i) Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário da Rede Energia S.A., sob intervenção federal, atuando na área de distribuição de energia elétrica, além da geração própria através de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que

Notas Explicativas

abrange o Estado de Mato Grosso, atendendo consumidores em 141 municípios. Conforme Contrato de Concessão de 03/1997, assinado em 11 de dezembro de 1997, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 11 de dezembro de 2027, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 04/1997, de 7 Usinas Termelétricas com suas respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027. A investida apresentava capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2012 (última informação disponível) de R\$ 438.922. A investida tem apresentado dificuldades de captação e renovação de seus empréstimos e financiamentos o que vem resultando em dificuldades de liquidar o serviço da dívida, a sua amortização e liquidação de outros compromissos operacionais de curtíssimo prazo.

Conforme comunicado ao mercado em anúncio de Fato Relevante publicado em 31 de agosto de 2012, a ANEEL decretou intervenção na CEMAT, a qual é regida pela Medida Provisória 577, publicada em 30 de agosto de 2012. Adicionalmente a Companhia divulgou ao mercado em 19 de dezembro de 2012 a postergação do pagamento de juros sobre capital próprio declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2012. Este pagamento está suspenso até que seja restabelecida a capacidade financeira da Companhia.

j) Norte Energia S.A. – sociedade de propósito específico, de capital fechado, com propósito de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), no rio Xingu, localizada no Estado do Pará e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A Companhia detém 49,98% do capital social da Norte Energia. Essa investida vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A investida necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montante significativo, para a conclusão de sua Usina Hidrelétrica.

k) Madeira Energia S.A. – sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio localizada em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, e do seu Sistema de Transmissão Associado. A Companhia detém 39% do capital social da Madeira Energia. A investida está incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento de projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. Em 31 de março de 2013, a investida apresentava capital circulante líquido negativo de R\$ 1.352.872 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 1.166.329).

IV – Sociedades de Propósito Específico

Ao longo dos últimos anos, as Empresas do Sistema Eletrobras firmaram investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo – Investimentos.

Notas Explicativas

No mesmo sentido, tendo em vista as necessidades de expansão dos investimentos no Setor Elétrico, as empresas controladas pela Companhia participam, também de forma minoritária, com ações ordinárias, em diversas empresas de concessão de serviços de energia elétrica, classificados em Ativo – Investimentos. Os investimentos mais relevantes com participação da Companhia e suas controladas em sociedades de propósito específico não diferem do apresentado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

15.6 – Ações em garantia

Tendo em vista a Companhia ter diversas ações no âmbito do judiciário, onde figura como ré (vide Nota 30), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 6,63% (9,02% em 31 de dezembro 2012) do total da carteira de investimentos, conforme abaixo descrito:

31/03/2013			
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	761.060	90,59%	689.444
EMAE	252.316	100,00%	252.316
CESP	133.863	95,88%	128.348
AES TIETE	592.744	88,94%	527.187
COELCE	249.682	86,56%	216.125
CGEEP	30.188	62,35%	18.822
CEMAT	420.787	86,66%	364.654
CELPA	94.673	5,31%	5.027
CELPE	29.162	70,41%	20.533
CEMAR	417.635	57,62%	240.641
OUTROS	875.925	99,78%	874.014
SUBTOTAL	3.858.035		3.337.111
Outros Investimentos	46.470.122		-
TOTAL	50.328.158	6,63%	3.337.111

NOTA 16 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica.

Notas Explicativas

CONSOLIDADO				
31/03/2013				
	Valor bruto	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão / <i>Impairment</i>	Valor líquido
Em serviço				
Geração	39.468.590	(17.382.267)	(2.562.987)	19.523.336
Administração	2.157.307	(1.152.808)	-	1.004.499
	<u>41.625.897</u>	<u>(18.535.075)</u>	<u>(2.562.987)</u>	<u>20.527.835</u>
Em curso				
Geração	8.511.722	-	-	8.511.722
Administração	498.942	-	-	498.942
	<u>9.010.664</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.010.664</u>
	<u>50.636.561</u>	<u>(18.535.075)</u>	<u>(2.562.987)</u>	<u>29.538.499</u>

CONSOLIDADO				
31/12/2012				
	Valor bruto	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão / <i>Impairment</i>	Valor líquido
Em serviço				
Geração	38.643.191	(17.156.638)	(2.575.555)	18.910.998
Administração	2.197.740	(1.130.055)	-	1.067.685
	<u>40.840.930</u>	<u>(18.286.692)</u>	<u>(2.575.555)</u>	<u>19.978.683</u>
Em curso				
Geração	9.088.072	-	-	9.088.072
Administração	428.077	-	-	428.077
	<u>9.516.149</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.516.149</u>
	<u>50.357.079</u>	<u>(18.286.692)</u>	<u>(2.575.555)</u>	<u>29.494.832</u>

Os bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviço público, não podem ser vendidos nem dados em garantias a terceiros.

As Obrigações Especiais correspondem a recursos recebidos de consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e são alocadas aos empreendimentos correspondentes. Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme disposições estabelecidas pela ANEEL. Em virtude de sua natureza essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

Notas Explicativas**Movimentação do Imobilizado**

	CONSOLIDADO					Saldo em 31/03/2013
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Transferência curso/serviço	Baixas	Depreciação	
Geração / Comercialização						
Em serviço	37.524.419	-	838.825	(1.772)	-	38.361.472
Depreciação acumulada	(17.156.638)	-	28.804	449	(254.882)	(17.382.267)
Em curso	9.088.072	399.746	(954.225)	(21.871)	-	8.511.722
Arrendamento Mercantil	1.118.772	-	-	-	(11.654)	1.107.118
Provisão p/ valor recuperação ativos (impairment)	(2.082.853)	(473)	8	4.624	5.423	(2.073.271)
	<u>28.491.772</u>	<u>399.273</u>	<u>(86.588)</u>	<u>(18.570)</u>	<u>(261.113)</u>	<u>28.524.774</u>
Administração						
Em serviço	2.197.740	1.836	(899)	(41.369)	-	2.157.307
Depreciação acumulada	(1.130.055)	(2.877)	2.725	5.263	(27.865)	(1.152.808)
Em curso	428.077	68.260	3.972	(1.367)	-	498.942
	<u>1.495.762</u>	<u>67.219</u>	<u>5.798</u>	<u>(37.473)</u>	<u>(27.865)</u>	<u>1.503.441</u>
(-) Obrigações Especiais Vinculadas à concessão						
Reintegração Acumulada	19.697	-	-	-	1.318	21.015
Participação da União Federal	(177.802)	-	-	-	7	(177.795)
Doações e Subvenções p/ investimentos	(532)	-	-	-	5	(527)
Participação da União, estados e Municípios	(19.389)	-	-	-	-	(19.389)
Reservas para Amortização	(81.998)	-	-	-	-	(81.998)
Outros	(232.678)	-	-	-	1.656	(231.022)
	<u>(492.702)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.986</u>	<u>(489.716)</u>
TOTAL	<u>29.494.832</u>	<u>466.492</u>	<u>(80.790)</u>	<u>(56.043)</u>	<u>(285.992)</u>	<u>29.538.499</u>

Taxa média de depreciação e Depreciação acumulada:

Geração	CONSOLIDADO			
	31/03/2013		31/12/2012	
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada
Hidráulica	2,13%	11.810.402	2,51%	11.923.483
Nuclear	0,09%	3.154.723	0,08%	3.080.265
Térmica	0,53%	2.334.700	0,47%	2.076.971
Eólica	7,70%	27.256	0,00%	21.749
Comercialização	3,24%	55.186	2,29%	54.170
		<u>17.382.267</u>		<u>17.156.638</u>
Administração	6,28%	1.152.808	6,76%	1.130.055
		<u>1.152.808</u>		<u>1.130.055</u>
Total		<u>18.535.075</u>		<u>18.286.692</u>

Notas Explicativas**NOTA 17 – ATIVO FINANCEIRO**

	Controladora	
	31/03/2013	31/12/2012
Contas a Receber	1.573.608	1.459.221
Direito de Ressarcimento	696.997	849.724
Fornecedores de Energia - Itaipu	(1.959.706)	(1.468.505)
Obrigações de ressarcimento	(954.628)	(1.627.555)
Total passivo circulante	(643.729)	(787.115)

Contas a Receber	894.847	894.847
Direito de Ressarcimento	4.809.775	4.919.758
Obrigações de ressarcimento	(2.932.039)	(2.999.085)
Total ativo não circulante	2.772.583	2.815.520

	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
Concessões de Transmissão		
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida	4.903.031	7.154.941
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	9.712.682	7.184.041
	14.615.713	14.338.982
Concessões de Distribuição		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	5.029.793	4.595.947
	5.029.793	4.595.947
Concessões de Geração		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	1.483.540	1.483.540
	1.483.540	1.483.540
	21.129.046	20.418.469
Ativo Financeiro Itaipu (item I)	2.128.855	2.028.405
	2.128.855	2.028.405
Total do ativo financeiro	23.257.901	22.446.874
Ativo Financeiro – Circulante	239.969	318.293
Passivo Financeiro – Circulante	643.729	787.115
Ativo Financeiro – Não Circulante	23.661.661	22.915.696
Total do ativo financeiro	23.257.901	22.446.874

Notas Explicativas

A parcela do Ativo Financeiro referente às concessões, no montante de R\$ 21.129.047 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 19.930.647) refere-se ao ativo financeiro a realizar, detido pelas empresas do Sistema Eletrobras, sendo nas concessões de distribuição, apurado pela aplicação do modelo misto, e nas concessões de geração (quando aplicável) e transmissão pela aplicação do modelo financeiro, ambos previstos no ICPC 01 (IFRIC 12).

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e são detalhados a seguir:

a - Valores Decorrentes da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

a.1 – Fator de ajuste

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, regulamentando a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um ativo referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008, praticado pela Companhia, preservando o fluxo de recursos, originalmente estabelecido.

Dessa forma, passou a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2011, encontra-se incluído o montante equivalente a US\$ 214,989, o qual será recebido pela Companhia através de cobranças aos consumidores, homologado pela portaria MME/MF 398/2008.

O saldo decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, inserido na rubrica Ativo Financeiro, apresentada no Ativo Não Circulante, monta a R\$ 4.809.775 em 31 de março de 2013, equivalentes a US\$ 2,388,407 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 4.919.758, equivalentes a US\$ 2,407,516), dos quais R\$ 2.932.039, equivalente a US\$ 1,455,993, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional, em 1999.

Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

Notas Explicativas

a.2 - Comercialização de energia elétrica

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Companhia a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora dessa energia elétrica.

Desta forma, foi comercializado no primeiro trimestre de 2013 o equivalente a 33.341 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu Binacional, de US\$ 22.60/kW e a tarifa de repasse (venda), US\$ 26.08/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu Binacional, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação:

1) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.

2) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

Essa operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e se negativo uma obrigação efetiva.

No primeiro trimestre de 2013 a atividade foi superavitária em R\$ 162.517 (R\$ 638.977 em 31 de março de 2012), sendo a obrigação decorrente incluída como parte da rubrica de ativo financeiro.

Notas Explicativas**NOTA 18 – ATIVO INTANGÍVEL**

	CONSOLIDADO				
	SALDO EM 31/12/2012	ADIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO
Vinculados à Concessão - Geração	118.949	1.874	-	(1.976)	-
Em serviço	55.299	-	-	(1.976)	-
Ativo Intangível	101.606	-	-	(179)	-
Amortização acumulada	(46.307)	-	-	(1.797)	-
Em curso	63.650	1.874	-	-	-
Ativo Intangível	63.650	1.874	-	-	-
Vinculados à Concessão - Distribuição	770.071	1.244	(24.991)	(19.398)	(6.620)
Em serviço	665.511	(15.152)	(23.378)	(17.696)	4.368
Ativo Intangível	2.547.969	-	(76.852)	-	5.034
Amortização acumulada	(1.243.884)	(20.601)	47.367	(32.245)	-
Obrigações especiais	(415.806)	-	6.107	14.549	(666)
Contrato de concessão oneroso	-	3.997	-	-	-
Impairment	(222.768)	1.452	-	-	-
Em curso	104.560	16.396	(1.613)	(1.702)	(10.988)
Ativo Intangível	228.691	16.506	-	-	(13.415)
Obrigações especiais	(40.205)	(110)	(1.613)	(1.702)	2.427
Impairment	(66.736)	-	-	-	-
Contrato de concessão oneroso	(17.190)	-	-	-	-
Não Vinculados à Concessão (Outros Intang)	315.543	1.947	(652)	(10.368)	1.870
Administração					
Em serviço	533.364	12	(2.503)	(2.248)	1.932
Amortização acumulada	(242.419)	(2.851)	1.851	(8.120)	-
Em curso	72.277	4.786	-	-	(62)
Outros	(47.679)	-	-	-	-
Total	1.204.563	5.065	(25.643)	(31.742)	(4.750)

O Ativo Intangível é substancialmente amortizado durante o seu prazo de concessão.

NOTA 19 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão. Quando identificada a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longo prazo, esta provisão é reconhecida no resultado do período na rubrica Provisões Operacionais.

Para o trimestre findo em 31 de março de 2013, a Companhia manteve a mesma base de 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas**NOTA 20 – FORNECEDORES**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	43.191	43.450	3.058.812	4.102.270
Energia Comprada para Revenda	435.324	424.354	2.034.682	2.164.593
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	297.193	156.211
	<u>478.515</u>	<u>467.804</u>	<u>5.390.687</u>	<u>6.423.074</u>
NÃO CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	-	-	849.636	-
	<u>478.515</u>	<u>467.804</u>	<u>6.240.323</u>	<u>6.423.074</u>

Em 2013, ocorreu a renegociação de vencimentos pela controlada Amazonas Energia junto ao seu fornecedor de óleo combustível (BR Distribuidora), ampliando os prazos de vencimento.

NOTA 21 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	45.583	45.583
Adiantamentos de clientes - PROINFA	430.025	424.309	430.025	424.309
	<u>430.025</u>	<u>424.309</u>	<u>475.608</u>	<u>469.892</u>
NÃO CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	818.034	830.234
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>818.034</u>	<u>830.234</u>
TOTAL	<u>430.025</u>	<u>424.309</u>	<u>1.293.642</u>	<u>1.300.126</u>

I – ALBRÁS

A controlada Eletronorte celebrou venda de energia elétrica com a ALBRÁS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescida de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange (LME)* - Inglaterra. Essa constituição de preço se constitui em um derivativo embutido (vide nota 44).

Com base nestas condições, a ALBRÁS, fez uma oferta de pré-compra de energia elétrica com pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia que serão amortizados durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressas

Notas Explicativas

em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento, como detalhado a seguir:

Cliente	Datas do contrato		Volume em Megawatts Médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007 de 304 a 328 de 353,08 a 492
Alcoa	01/07/2004	01/01/2024	
BHP	01/07/2004	02/01/2024	

II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

A Companhia assegura a compra da energia elétrica produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, e repassa esta energia às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Companhia o valor de energia em quotas, equipamento ao custo correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

As operações relativas à compra e venda de energia no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia.

NOTA 22 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

I - Contratos obtidos pela Companhia – Instituições Financeiras e Bônus

a) A Companhia possui empréstimos celebrados com agências multilaterais, tais como BID, BIRD, KFW e EXIMBANK/JBIC, nos quais há garantia da União. Tais contratos seguem ao padrão de cláusulas aplicáveis aos contratos com agências multilaterais, que são as usualmente acordadas em negociações com esse tipo de organismo. Em 2011 foi celebrado contrato com o BIRD no valor de US\$ 495,000 destinados a investimentos nas empresas de distribuição do Sistema Eletrobras, principalmente com o objetivo de redução do nível de perdas. Desse valor só foram sacados US\$ 1,237, em maio de 2011, para pagamento de taxa do próprio empréstimo, além de US\$ 400 até dezembro de 2012 ficando o saldo restante a ser sacado.

Nos contratos tipo empréstimos na modalidade *A/B Loan*, entre a CAF e bancos comerciais, sem garantia da União, a Companhia possui cláusulas usualmente praticadas no mercado, dentre as quais, existência de garantias corporativas, alteração de controle societário, conformidades às licenças e autorizações e limitação à venda significativa de ativos. Ainda, seguindo as cláusulas usuais de mercado, há dois contratos de financiamento coordenados pelo BNP e CDB, assinados em 2007, no valor de US\$ 149,000 e de US\$ 281,000, sem garantia da União, mas que se tornaram

Notas Explicativas

efetivos somente em 2008. Os recursos desses dois contratos foram destinados ao financiamento da Usina Termelétrica de Candiota II, Fase C, da CGTEE.

Em 1º de novembro de 2012, houve a assinatura da segunda tranche do contrato de financiamento celebrado junto ao KfW, no valor de EUR 45,900, com garantia da União, contando com 5 anos de carência e prazo total de 30 anos e taxa de juros média de 2,93% ao ano. Os recursos serão destinados ao projeto do Complexo de São Bernardo, pertencente à Eletrosul, que visa à implantação de 4 PCHs no estado de Santa Catarina. O contrato de empréstimo relativo a Tranche 1 foi assinado em 12 de dezembro de 2008, no valor de EUR 13,294.

Foi também assinado, em 21 de dezembro de 2012, o contrato de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 3.800.000, cujos recursos serão destinados à aquisição de máquinas e serviços importados da Usina nuclear de Angra III. Este contrato conta com garantia da União, taxa de juros de 6,5% ao ano e prazo de 25 anos de repagamento (com 5 anos de carência).

Além dos bônus emitidos em 2005, de US\$ 300,000, com o antigo Dresdner Bank AG, bem como outra emissão realizada pelo Credit Suisse em 2009, de US\$ 1,000,000, a Companhia emitiu notas no valor de US\$ 1,750,000, em operação conjunta dos bancos Santander e Credit Suisse, em outubro de 2011. Os recursos obtidos no mercado internacional, por meio das emissões citadas, foram destinados ao fundo financiador do Programa de Investimentos das empresas do Sistema Eletrobras.

Em outubro de 2012, Furnas celebrou um contrato de financiamento junto ao Banco do Brasil, no valor R\$ 750.000, com prazo total de pagamento de 6 (seis) anos, amortizados via *bullet* no último dia do contrato, contando com juros remuneratórios de 107,3% sobre a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Os recursos contratados serão destinados ao programa de investimento da controlada e contam com o aval corporativo da Companhia.

Foram celebrados 2 (dois) contratos de financiamento entre a RS Energia – empresa que tem 100% do seu capital social pertencente a Eletrosul – e o BNDES, com o objetivo de financiar a construção e operacionalização de Linhas e Subestações de Transmissão localizadas no estado do Rio Grande do Sul, objeto de concessão através do leilão da Aneel nº 008/2010.

O primeiro contrato de financiamento foi assinado em 04 de abril de 2012, no valor de R\$ 41.898, a uma taxa de juros média de 1,96% ao ano acrescidos da TJLP, sendo a amortização realizada via SAC, por um período de 168 meses. O segundo contrato de financiamento foi assinado em 30/04/2012, no valor complementar de R\$ 9.413, contando com as mesmas condições de juros e prazo do financiamento anterior. Vale ressaltar que os dois contratos contam com a interveniência e fiança corporativa da Companhia.

B) Reserva Global de Reversão (RGR)

A Companhia é autorizada a sacar recursos da RGR enquanto não são utilizados para os fins a que se destinam, aplicando-os na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal.

Notas Explicativas

Desta forma, a Companhia toma recursos junto à RGR, reconhecendo uma dívida para com este Fundo, e aplica em projetos específicos de investimento, por ela financiados, que tenham por objetivo:

- expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica;
- incentivo às fontes alternativas de energia elétrica;
- estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos;
- implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;
- iluminação pública eficiente;
- conservação de energia elétrica através da melhoria da qualidade de produtos e serviços;
- universalização de acesso à energia elétrica.

A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR e utilizados na concessão de financiamentos às empresas do setor elétrico brasileiro, com juros de 5% ao ano. Em 31 de março de 2013, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, totaliza R\$ 8.678.340 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 8.870.838), incluídos na rubrica Financiamentos e empréstimos, do passivo.

Os recursos que compõem o Fundo RGR não fazem parte destas informações trimestrais, constituindo-se em entidade distinta da Companhia.

		31/03/2013					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
		CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
		Tx. Média	Valor		Valor		
Moeda Estrangeira							
Banco Interamericano de Desenvolvimento	4,40%	4.283	37.469	168.610	4.810	37.469	297.588
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,51%	12.881	325.436	1.688.233	12.881	325.436	1.688.233
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	3,86%	174	-	34.368	174	-	34.368
Eximbank	2,15%	2.487	47.019	211.578	2.487	47.019	211.578
BNP Paribas	1,53%	2.614	69.741	586.971	2.614	69.741	586.971
Outras		23	2.033	20.847	188	3.257	25.884
		22.462	481.698	2.710.607	23.154	482.922	2.844.622
Bônus							
Vencimento 30/11/2015	7,75%	17.984	-	604.140	17.984	-	604.140
Vencimento 30/07/2019	6,87%	26.372	-	2.013.800	26.372	-	2.013.800
Vencimento 27/10/2021	5,75%	99.711	-	3.524.150	99.711	-	3.524.150
		144.067	-	6.142.090	144.067	-	6.142.090
Outros							
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-	43	799	399
MORGAN		-	-	-	363	712	6.113
LLOYDS		-	-	-	-	36	951
		-	-	-	406	1.547	7.463
		166.529	481.698	8.852.697	167.627	484.469	8.994.175
Moeda Nacional							
Reserva Global de Reversão		-	-	8.678.340	-	-	8.678.340
Outras Instituições Financeiras		-	-	-	6.388	70.007	848.085
Banco do Brasil		-	-	-	20.708	20.166	1.164.838
Caixa Econômica Federal		-	-	-	29.758	5.207	822.997
BNDES		-	-	-	38.720	349.951	4.578.050
		-	-	8.678.340	95.574	445.331	16.092.310
		166.529	481.698	17.531.037	263.201	929.800	25.086.485



Notas Explicativas

		31/12/2012					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		ENCARGOS CIRCULANTE	PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE	PRINCIPAL	
			NÃO			NÃO	
Tx. Média		Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Moeda Estrangeira							
Instituições financeiras							
Banco Interamericano de Desenvolvimento	4,40%	2.124	38.021	171.097	2.194	38.021	301.977
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,51%	12.978	330.237	1.862.530	12.978	330.237	1.862.530
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KfW	3,86%	2	-	35.832	2	-	35.832
Eximbank	2,15%	1.346	52.067	234.296	1.346	52.067	234.296
BNP Paribas	1,53%	330	70.769	595.628	330	70.769	595.628
Outras		146	2.064	9.655	672	6.379	33.970
		16.926	493.158	2.909.038	17.522	497.473	3.064.233
Bônus							
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	4.675	-	613.050	4.675	-	613.050
SANTANDER 1.75 BI	5,75%	42.431	-	3.576.125	42.431	-	3.576.125
Credit Suisse	6,87%	68.687	-	2.043.500	68.687	251	2.043.538
		115.793	-	6.232.675	115.793	251	6.232.713
Outros							
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-	20	810	405
LLOYDS		-	-	-	-	38	991
		-	-	-	20	848	1.396
		132.719	493.158	9.141.713	133.335	498.572	9.298.342
Moeda Nacional							
Reserva Global de Reversão		-	-	8.870.838	-	-	8.870.838
Outras Instituições Financeiras		-	-	-	22.119	253.142	827.740
Banco do Brasil		-	-	-	8.071	21.220	961.334
Caixa Econômica Federal		-	-	-	23.342	-	823.202
BNDES		-	-	-	36.568	340.910	4.511.415
		-	-	8.870.838	90.100	615.272	15.994.529
		132.719	493.158	18.012.551	223.435	1.113.844	25.292.871

a) As dívidas são garantidas pela União e/ou pela Eletrobras.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos correspondentes na controladora em 31 de março de 2013 é de R\$ 9.500.924, equivalentes a US\$ 4,717,908 e no consolidado a R\$ 9.646.273, equivalentes a US\$ 4,790,084. A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

	US\$	EURO	YEN
Controladora	96,89%	0,36%	2,75%
Consolidado	96,94%	0,36%	2,71%

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2013 e em 2012 foi de 5,04%.

d) A parcela longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de dólares norte-americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Controladora	336,423	145,073	145,700	83,090	534,354	7,460,812	8,705,451
Consolidado	481,413	207,596	208,493	118,899	764,648	10,676,239	12,457,287

II – Operação de arrendamento financeiro:

Na controlada Amazonas Energia os arrendamentos são classificados como financeiros quando os termos dos respectivos contratos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

Notas Explicativas

Os ativos adquiridos através do arrendamento financeiro são depreciados com base a vida útil econômica dos ativos.

O valor nominal utilizado no cálculo dos ativos e passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potencia mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.

A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, esta demonstradas no quadro abaixo:

	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
Menos de um ano	322.293	298.231
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.611.466	1.491.157
Mais de cinco anos	1.987.475	1.913.652
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	33.295	299.932
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento	3.954.529	4.002.972
Ajuste a valor presente	(1.928.328)	(1.979.939)
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiros	2.026.201	2.023.033
Menos de um ano	166.537	162.929
Mais de um ano e menos de cinco anos	832.685	814.644
Mais de cinco anos	1.026.979	1.045.460
Valor presente dos pagamentos	2.026.201	2.023.033

III – GARANTIAS

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados nos quadros abaixo.

Notas Explicativas

Empresa	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (*)	Saldo Devedor em 31/03/2013	Saldo Garantidor Eletrobras	Projeção de Saldo Devedor			a Liberar Após 2015	Término da Garantia
								2013	2014	2015		
Eletrobras	Norte Energia	BTG	SPE	15,00%	300.000	71.074	711	75.191	81.026	87.314	-	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	Fiel Cumprimento	SPE	15,00%	156.915	156.915	1.569	109.841	109.841	109.841	664.807	30/04/2019
Eletrobras	Norte Energia	BNDES	SPE	15,00%	3.075.000	727.488	7.275	766.474	821.501	880.524	-	15/01/2042
Eletrobr	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	1.909.000	1.914.514	19.145	1.975.591	1.850.747	1.775.419	-	15/01/2034
Eletrosul	Cerro Chato I, II e III	Banco do Brasil	SPE	100,00%	223.419	205.293	2.053	184.274	156.302	128.308	-	15/07/2020
Eletrosul	RS Energia	BNDES	SPE	100,00%	126.221	97.590	976	90.256	75.985	68.386	-	15/06/2021
Eletrosul	Artemis Transmissora de Energia	BNDES	SPE	100,00%	170.029	78.517	785	67.685	53.280	38.860	-	15/10/2018
Eletrosul	Norte Brasil Transmissora	BNDES	SPE	24,50%	257.250	228.001	2.280	279.426	244.077	210.891	-	15/01/2029
Eletrosul	Porte Velho Transmissora de Energia	BNDES	SPE	100,00%	283.411	286.592	2.866	311.372	297.557	267.801	-	15/08/2028
Eletrosul	UHE Mauá	BNDES	SPE	49,00%	89.384	89.190	892	84.665	78.668	72.655	-	15/01/2028
Eletrosul	UHE Mauá	BNDES/Banco do Brasil	SPE	49,00%	89.384	89.219	892	84.692	78.693	72.679	-	15/01/2028
Eletrosul	UHE Passo de São João	BNDES	Corporativo	100,00%	183.330	174.640	1.746	164.786	151.718	138.620	-	15/07/2026
Eletrosul	SC Energia	BNDES/Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	50.000	26.533	265	23.300	19.024	14.736	-	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES/BDRE	Corporativo	100,00%	50.000	26.488	265	23.261	18.971	14.676	-	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	103.180	53.662	537	47.124	38.434	29.732	-	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	67.017	45.449	454	41.180	35.507	29.826	-	15/03/2021
Eletrosul	UHE São Domingos	BNDES	Corporativo	100,00%	207.000	225.691	2.257	214.552	199.793	184.994	-	15/06/2028
Eletrosul	RS Energia	BNDES	SPE	100,00%	41.898	31.627	316	39.653	36.661	32.995	-	15/03/2027
Eletrosul	RS Energia	BNDES	SPE	100,00%	9.413	9.605	96	9.354	9.144	8.413	-	15/08/2027
Eletrosul	UHE Passo de São João	BNDES	Corporativo	100,00%	14.750	14.433	144	13.619	12.539	11.456	-	15/08/2027
Eletrosul	UHE Teles Pires	BNDES LP	SPE	24,50%	199.758	191.284	1.913	-	-	-	-	15/02/2036
Eletrosul	UHE Teles Pires	FI-FGTS	SPE	24,50%	160.680	171.341	1.713	-	-	-	-	31/05/2032
Eletrosul	Livramento Holding	BNDES	SPE	24,50%	91.943	44.161	442	97.628	97.927	91.615	-	15/06/2030
Eletronorte	São Luis II e III	BNDES	Corporativo	100,00%	13.653	11.377	114	10.646	9.671	8.695	-	15/11/2024
Eletronorte	Miranda II	BNDES	Corporativo	100,00%	47.531	33.933	339	31.099	27.320	23.541	-	15/11/2024
Eletronorte	Ribeirão Gonç./Balsas	BNB	Corporativo	100,00%	70.000	70.000	700	68.056	64.167	60.278	-	03/06/2031
Eletronorte	Leopoldo/J. Teixeira	BASA	Corporativo	100,00%	25.720	25.630	256	24.416	22.798	21.179	-	10/01/2029
Eletronorte	UHE Tucuruí	BNDES	Corporativo	100,00%	931.000	356.087	3.561	279.783	178.043	76.304	-	15/09/2016
Eletronorte	Norte Brasil Transmissora	BNDES	SPE	24,50%	257.250	228.001	2.280	279.426	244.077	210.891	-	15/01/2029
Eletronorte	Linha Verde Transmissora	BTG Pactual	SPE	49,00%	147.000	155.213	1.552	-	-	-	-	10/10/2013
Eletronorte	Manaus Transmissora	BASA	SPE	30,00%	75.000	85.457	855	91.911	101.236	108.604	-	10/07/2030
Eletronorte	Manaus Transmissora	BASA	SPE	30,00%	45.000	47.456	475	48.464	48.626	48.557	-	15/06/2032
Eletronorte	Manaus Transmissora	BNDES	SPE	30,00%	120.000	127.490	1.275	120.459	111.043	101.634	-	31/12/2026
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BNDES	SPE	100,00%	505.477	525.082	5.251	507.704	473.476	439.249	-	30/11/2028
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BASA	SPE	100,00%	221.789	236.618	2.366	232.868	219.625	206.381	-	30/07/2031
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BASA	SPE	100,00%	221.789	70.907	709	227.133	230.621	233.308	-	15/10/2030
Eletronorte	Rio Branco Transmissora	BNDES	SPE	100,00%	138.000	147.031	1.470	138.733	128.262	117.792	-	15/03/2027
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia	BASA	SPE	49,00%	39.200	39.798	398	39.819	39.819	39.819	-	01/02/2025
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia	BNDES	SPE	49,00%	42.777	40.379	404	38.070	35.012	31.945	-	15/05/2026
Eletronorte	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	19,98%	399.600	94.671	947	100.155	107.927	116.302	-	14/01/2042
Eletronorte	Norte Energia	BNDES LP	SPE	19,98%	4.095.900	969.014	9.690	1.020.943	1.094.239	1.172.857	-	15/01/2042
Eletronorte	Rei dos Ventos 1 Eolo	Votorantim	SPE	24,50%	30.851	26.329	263	32.952	30.893	28.962	-	15/11/2029
Eletronorte	Brasventos Massaba 3	Votorantim	SPE	24,50%	32.533	27.716	277	34.698	32.529	30.496	-	15/11/2029
Eletronorte	Rei dos Ventos 3	Votorantim	SPE	24,50%	30.984	26.448	264	33.150	31.079	29.136	-	15/11/2029
Eletro nuclear	Angra III	BNDES	Corporativo	100,00%	6.146.256	1.371.812	13.718	5.250.360	6.444.450	7.378.916	-	15/06/2036
Chesf	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	1.909.000	1.914.514	19.145	1.975.591	1.850.747	1.775.419	-	15/01/2034
Chesf	Manaus Transmissora	BASA	SPE	19,50%	48.750	55.547	555	59.742	65.804	70.593	-	10/07/2030
Chesf	Manaus Transmissora	BASA	SPE	19,50%	29.250	30.846	308	31.501	31.607	31.562	-	15/06/2032
Chesf	Manaus Transmissora	BNDES	SPE	19,50%	78.000	82.869	829	78.298	72.178	66.062	-	31/12/2026
Chesf	Norte Energia	BTG	SPE	15,00%	300.000	71.074	711	75.191	81.026	87.314	-	15/01/2042
Chesf	Norte Energia	BNDES	SPE	15,00%	3.075.000	727.488	7.275	766.474	821.501	880.524	664.807	15/01/2042
Chesf	IE Madeira	BNDES LP	SPE	24,50%	377.535	401.008	4.010	457.090	427.152	395.093	-	15/03/2030
Chesf	IE Madeira	DEBENTURES	SPE	24,50%	85.750	85.750	858	92.978	101.105	108.909	-	27/03/2025
Chesf	IE Madeira	BRADESCO - HEDGE	SPE	24,50%	3.901	3.901	39	-	-	-	-	30/09/2013
Chesf	IE Madeira	HSBC - HEDGE	SPE	24,50%	4.001	4.001	40	-	-	-	-	30/09/2013
Chesf	IE Madeira	BASA FNO	SPE	24,50%	65.415	50.968	510	69.190	72.623	76.008	-	10/07/2032
Chesf	Edifica Pedra Branca	Banco Itaú BBA S/A	SPE	49,00%	22.673	22.673	227	-	-	-	-	03/07/2013
Chesf	Edifica São Pedro do Lago	Banco Itaú BBA S/A	SPE	49,00%	20.895	20.895	209	-	-	-	-	03/07/2013
Chesf	Edifica Sete Gêmeiras	Banco Itaú BBA S/A	SPE	49,00%	13.535	13.535	135	-	-	-	-	03/07/2013
Chesf	TDG	BNB	SPE	49,00%	34.930	29.866	299	30.497	31.129	31.758	-	17/05/2031
Furnas	UHE Batalha	BNDES	Corporativa	100,00%	224.000	163.661	1.637	154.001	141.198	128.362	-	15/12/2025
Furnas	UHE Simplicio	BNDES	Corporativa	100,00%	1.034.410	884.841	8.848	834.842	768.640	702.282	-	15/07/2026
Furnas	UHE Baguari	BNDES	Corporativa	15,00%	60.153	50.205	502	47.295	43.436	39.567	-	15/07/2026
Furnas	UHE Santo Antônio	BNDES	SPE	39,00%	2.392.717	3.054.711	30.547	3.244.919	3.270.508	3.172.368	8.221	15/03/2034
Furnas	UHE Santo Antônio	BASA	SPE	39,00%	196.334	227.074	2.271	234.199	244.057	243.841	-	15/12/2030
Furnas	UHE Santo Antônio	DEBENTURES	SPE	39,00%	163.800	168.515	1.685	-	-	-	-	24/01/2023
Furnas	UHE Foz do chapecó	BNDES	SPE	40,00%	657.271	757.556	7.576	718.364	666.264	614.008	-	15/09/2027
Furnas	Centroeste de Minas	BNDES	SPE	49,00%	13.827	11.906	119	10.539	9.221	-	-	15/04/2023
Furnas	Serra do Fação	BNDES	SPE	49,47%	257.357	270.023	2.700	268.950	250.294	231.639	-	15/06/2027
Furnas	Goiás Transmissão	BNDES	SPE	49,00%	97.020	98.446	984	98.282	94.682	91.082	87.482	01/12/2031
Furnas	MGE	BNDES	SPE	49,00%	58.359	56.484	565	53.430	49.349	45.268	41.186	01/01/2027
Furnas	Transenergia São Paulo	BNDES	SPE	49,00%	18.963	19.185	192	18.737	17.936	17.134	-	15/08/2026
Furnas	Transenergia Renovável	BES	SPE	49,00%	77.910	75.316	753	73.771	68.392	63.013	-	15/11/2026
Furnas	Rei dos Ventos 1 Eolo	Votorantim	SPE	24,50%	30.851	26.329	263	32.952	30.893	28.962	-	15/11/2029
Furnas	UEE Massaba 3	Votorantim	SPE	24,50%	32.533	27.716	277	34.698	32.529	30.496	-	15/11/2029
Furnas	UEE Rei dos Ventos 3	Votorantim	SPE	24,50%	30.984	26.448	264	33.150	31.079	29.136	-	15/11/2029
Furnas	IE Madeira	BNDES LP	SPE	24,50%	377.535	401.008	4.010	457.090	427.152	395.093	-	15/03/2030
Furnas	IE Madeira	DEBENTURES	SPE	24,50%	85.750	85.750	858	92.978	101.105	108.909	-	27/03/2025
Furnas	IE Madeira	BRADESCO - HEDGE	SPE	24,50%	3.901	3.901	39	-	-	-	-	30/09/2013
Furnas	IE Madeira	HSBC - HEDGE	SPE	24,50%	4.001	4.001	40	-	-	-	-	30/09/2013
Furnas	IE Madeira	BASA FNO	SPE	24,50%	65.415	50.968	510	69.190	72.623	76.008	-	18/03/2013
Furnas	UHE Teles Pires	BNDES LP	SPE	24,50%	199.758	191.284	1.913	-	-	-	-	15/02/2036
Furnas	UHE Teles Pires	FI-FGTS	SPE	24,50%	160.680	171.341	1.713	-	-	-	-	31/05/2032
Total					33.808.458	20.017.360	200.174	23.428.708	24.016.536	24.294.993	1.576.344	

(*)Quota parte da controlada

A Companhia registrou na rubrica provisões operacionais no passivo não circulante o valor justo referente aos montantes garantidos pela Companhia sobre recursos já liberados pelos bancos financiadores. A provisão é efetuada com base no valor justo da garantia da Eletrobras, conforme demonstrado abaixo:

	Valor Provisionado
Garantia devida em 31/12/2012	189.114
Movimentação em 2013	11.060
Garantia devida em 31/03/2013	200.174

a) UHE Simplicio - empreendimento da controlada Furnas, com capacidade instalada de geração de 337,7 MW. O empreendimento tem 100% de participação de Furnas. Assim, a garantia da Companhia é de 100% do financiamento.

Notas Explicativas

- b) UHE Mauá – empreendimento com capacidade instalada de 361 MW, em parceria entre a controladora Eletrosul (49%) e a Copel (51%). Nesta UHE há dois contratos com o BNDES, o direto e o indireto, sendo a Companhia interveniente garantidora de 49% dos dois contratos.
- c) UHE Jirau - SPE Energia Sustentável do Brasil, formada pelas controladas Eletrosul, CHESF, GDF Suez Energy e Camargo Corrêa, com capacidade instalada de 3.450MW. Para o empreendimento foram contratados dois financiamentos junto ao BNDES, sendo um direto e outro indireto, via bancos repassadores, a serem pagos em 240 meses. A Companhia é interveniente garantidora da participação de cada uma das suas controladas – Eletrosul (20%) e CHESF (20%).
- d) UHE Santo Antônio - SPE Santo Antônio Energia, formada por Furnas, CEMIG, Fundo de Investimentos em Participação Amazônica Energia – FIP, Construtora Norberto Odebrecht S/A, Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda. e Andrade Gutierrez Participações S/A, com capacidade instalada de 3.150 MW. A Companhia é interveniente anuente em financiamentos junto ao BNDES e ao Banco da Amazônia, limitada a interveniência à participação de Furnas (39%).
- e) UHE Foz do Chapecó – SPE Foz do Chapecó Energia, cuja usina tem capacidade instalada de 855MW, tem a Companhia como garantidora dos instrumentos contratuais junto ao BNDES, que totalizam, em substituição às Fianças Bancárias anteriormente contratadas, limitadas ao percentual de Furnas na SPE (40%).
- f) UHE Baguari – Projeto corporativo de Furnas, com 140MW de capacidade instalada. A Companhia é garantidora de 15% do contrato de financiamento junto ao BNDES.
- g) UHE Serra do Facão – SPE Serra do Facão, formada por Furnas (49.5%), Alcoa Alumínio S.A.(35%), DME Energética (10%) e Camargo Corrêa Energia S.A (5,5%), com capacidade instalada de 210MW. A prestação de garantia pela Companhia no financiamento junto ao BNDES é referente à participação de Furnas no empreendimento.
- h) Eólicas Cerro Chato I, II e III – SPEs Eólicas Cerro Chato I, II e III com 100% de participação da Eletrosul tem capacidade instalada de 30MW cada. Possui 80% de financiamento com prazo de pagamento de 10 anos, sendo 2 anos de carência. O aval da Companhia é de 100% do financiamento.
- i) Norte Brasil Transmissora de Energia – SPE, com participação da Eletronorte (24,5%) e Eletrosul (24,5%) tem como objetivo a implantação, operação e manutenção da LT Porto Velho/Araraquara, com extensão de 2.375 km.
- j) Manaus Transmissora de Energia – SPE, que tem participação da Eletronorte (30%) e Chesf (19,5%) tem como objetivo implementar e operar 4 subestações e uma linha de transmissão de 586 km (LT Oriximiná/Itacoatiara/Cariri). A Companhia presta garantias em dois financiamentos neste empreendimento (BASA e BNDES).
- k) Mangue Seco 2 – SPE com participação de 49% da Companhia e 51% da Petrobras para construção e operação de três usinas eólicas em Guararé, no Rio Grande do Norte. Neste empreendimento há prestação de garantia pela Companhia,

Notas Explicativas

proporcional a sua participação no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB.

l) UHE Batalha – Empreendimento corporativo de Furnas com capacidade de gerar 52,5MW, com financiamento junto ao BNDES. A Companhia figura como garantidora do referido contrato.

m) RS Energia – Garantia à Eletrosul no financiamento junto ao BNDES e Bancos repassadores quando da compra da participação acionária das empresas Schahin Engenharia S/A e Engevix Engenharia S/A nas transmissoras. A Eletrosul tem 100% de participação na RS.

n) IE Madeira - SPE Interligação Elétrica do Madeira, com participações de Furnas (24,5%) e Chesf (24,5%). Neste empreendimento, há contra garantia da Companhia nos Contratos de Fiança Bancária, em garantia ao empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no limite de participação de suas controladas. Há ainda um empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no qual a Companhia figura como interveniente, na proporção de suas controladas.

o) UHE Belo Monte – SPE Norte Energia, com capacidade instalada de 11.233 MW, de Chesf (15%), Eletronorte (19,98%) e Eletrobras (15%), além de outros sócios. Prestação de garantia da Companhia em favor da SPE para as obrigações junto à seguradora JMALUCELLI, no âmbito do contrato de seguro garantia. A Companhia é também interveniente em um empréstimo de curto prazo firmado junto ao BNDES.

p) Angra III – A Companhia é garantidora no financiamento da Eletronuclear junto ao BNDES, para a construção do empreendimento corporativo da UTN Angra III.

NOTA 23 – DEBÊNTURES

Referem-se a debêntures emitidas pela controlada Eletronorte no valor de R\$ 70.524 (R\$ 69.320 em 31 de dezembro de 2012), remuneradas pela variação da TJLP acrescida de 0,15% ao ano, com vencimento em 10 de julho 2031.

NOTA 24 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes

Notas Explicativas

deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Companhia.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 a 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 31 de março de 2013, a R\$ 354.949 (31 de dezembro de 2012- R\$ 334.192), dos quais R\$ 343.225 no não circulante (31 de dezembro de 2012 - R\$ 321.894).

I - Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Companhia esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Companhia. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/1962.

A CVM, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que "as obrigações emitidas pela Companhia em decorrência da Lei 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários".

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Companhia em suas informações trimestrais, no que se referem às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais.

A inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

Notas Explicativas

	CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012
CIRCULANTE		
Juros a Pagar	11.724	12.298
	<u>11.724</u>	<u>12.298</u>
NÃO CIRCULANTE		
Créditos arrecadados	343.225	321.894
TOTAL	<u>354.949</u>	<u>334.192</u>

NOTA 25 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), criada pelo Decreto 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica, especialmente na Região Norte do país.

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Companhia administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em caixa restrito, e às quotas não quitadas pelas concessionárias.

NOTA 26 - TRIBUTOS A RECOLHER E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - PASSIVO**a) Tributos a recolher**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Passivo circulante:				
Tributos Retidos na Fonte (IRRF e CSRF)	11.419	6.695	38.581	109.729
PASEP e COFINS	-	1.021	202.021	125.021
ICMS	-	10	129.173	140.676
PAES / REFIS	-	-	133.051	139.116
INSS/FGTS	2.508	2.493	104.284	100.549
Outros	-	7.447	119.399	199.331
Total	<u>13.927</u>	<u>17.666</u>	<u>726.509</u>	<u>814.422</u>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Passivo não circulante:				
PASEP e COFINS	-	-	22.574	23.798
ICMS	-	-	16.197	16.567
PAES / REFIS	-	-	532.792	565.917
INSS/FGTS	-	-	13.264	14.115
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>584.827</u>	<u>620.397</u>

Notas Explicativas**b) Imposto de renda e contribuição social**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Passivo circulante:				
Imposto de Renda corrente	-	155.579	119.637	238.747
Contribuição Social corrente	-	57.805	35.735	75.141
	-	213.384	155.372	313.888
Passivo não circulante:				
IRPJ/CSLL diferidos	298.776	335.427	557.086	598.750

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA			
	31/03/2013		31/03/2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(156.166)	(156.166)	1.489.277	1.489.277
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(39.042)	(14.055)	372.319	134.035
Efeitos de adições e (exclusões):				
Receita de Dividendos	(845)	(304)	(98)	(35)
Equivalência patrimonial	(74.711)	(26.896)	(270.664)	(97.439)
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	33.390	13.100	41.803	16.129
Demais adições (exclusões)	(7.297)	(3.706)	18.510	6.752
Total da despesa (Receita) de IRPJ e CSLL	(88.504)	(31.861)	161.871	59.442

	CONSOLIDADO			
	31/03/2013		31/03/2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(13.818)	(13.818)	1.846.682	1.846.682
Prejuízos fiscais não reconhecidos	341.729	341.729	157.949	157.949
Base de cálculo	327.911	327.911	2.004.631	2.004.631
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas	81.978	29.512	501.158	180.417
Efeitos de adições e (exclusões):				
Receita de Dividendos	(845)	(304)	(98)	(35)
Equivalência patrimonial	(30.888)	(11.120)	(47.253)	(17.011)
Demais adições (exclusões)	(37.161)	(11.104)	(64.660)	21.696
Total da despesa (Receita) de IRPJ e CSLL	13.084	6.984	389.147	185.067

Notas Explicativas**d) Incentivos Fiscais - SUDENE**

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Sobre os contratos de concessões nº 006/2004 da geração e nº 061/2001 da transmissão (ambos assinados pela CHESF), o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto de renda abrange os anos de 2008 a 2017. Para os contratos da transmissão números 008/2005 e 007/2005 o direito ao incentivo da redução foi concedido para o período de 2011 a 2020. Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25% passa a ser de 6,25%. Nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, a CHESF não usufruiu dos benefícios.

e) Parcelamento Especial - PAES

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletronorte, Amazonas Energia e Distribuição Alagoas optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e SELIC.

NOTA 27 – ENCARGOS SETORIAIS

	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
PASSIVO CIRCULANTE		
Quota RGR	182.045	124.401
Quota CCC	9.956	30.695
Quota CDE	3.927	11.152
Quota PROINFA	21.612	23.012
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	100.070	85.950
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	6.524	6.088
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	312.942	329.591
Programa de Eficiência Energética - PEE	36.405	37.967
Outros	3.344	5.374
	<u>676.825</u>	<u>654.230</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Quota RGR	43.938	32.177
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	358.525	368.908
Programa de Eficiência Energética - PEE	31.751	27.298
	<u>434.214</u>	<u>428.383</u>
TOTAL	<u>1.111.039</u>	<u>1.082.613</u>

Notas Explicativas

a) Reserva global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR era de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota era computado como componente do custo do serviço das concessionárias.

As concessionárias recolhiam suas quotas anuais ao Fundo, não controlado pela Companhia, em conta bancária vinculada, administrada pela Companhia, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei 5.655/1971 e alterações posteriores, também não refletida nas informações trimestrais da Companhia, posto tratar-se de entidade autônoma em relação à Companhia.

Com a edição da Lei 12.783/2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, foram desobrigadas ao recolhimento das quotas anuais da RGR:

I - as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica;

II - as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e

III - as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei 12.783/2013.

b) Conta de Consumo de Combustível - CCC

Fundo setorial alterado pela Lei 12.111/2009, criado na década de 70, tem a finalidade de reembolsar parte do custo total de geração para atendimento ao serviço público de energia elétrica nos Sistemas Isolados, tendo sido mantida a cobertura para os empreendimentos sub-rogados.

Esse custo total de geração de energia elétrica para atender aos Sistemas Isolados abrange os custos relativos ao preço da energia e da potência associada contratada pelos agentes de distribuição, à geração própria desses agentes, inclusive aluguel de máquinas, e às importações de energia e potência associada, incluindo o custo da respectiva transmissão. Também estão compreendidos os encargos e impostos não recuperados, os investimentos realizados em geração própria, o preço da prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas, incluindo instalação, operação e manutenção de sistemas de geração descentralizada com redes associadas, e, ainda, a contratação de reserva de capacidade para garantir a segurança do suprimento de energia elétrica.

Do custo apurado, a CCC reembolsará a diferença em relação ao custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Notas Explicativas

Os recursos da CCC são provenientes do recolhimento de cotas pelas empresas distribuidoras, permissionárias e transmissoras de todo o país, na proporção e em valores determinados pela ANEEL. A partir da promulgação da Lei 12.111/2009, não há mais previsão de data para o encerramento das atividades desse fundo setorial e sua gestão não afeta o resultado da Companhia.

c) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é destinada a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada.

Criada em 26 de abril de 2002, a CDE tem duração de 25 anos e é gerida pela Companhia, cumprindo programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia, não afetando o resultado da Companhia.

A CDE também é utilizada para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional.

A partir do exercício de 2013, como um dos instrumentos para viabilizar a redução na conta de energia, essa contribuição foi reduzida para 25% da taxa vigente.

d) PROINFA

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, é gerenciado pela companhia e busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

O PROINFA prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa respondem pela geração de aproximadamente 12.000 GWh/ano - quantidade capaz de abastecer cerca de 6,9 milhões de residências e equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas, e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Essa energia tem garantia de contratação por 20 anos pela Companhia. As operações no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia (sendo esta a responsável pelo pagamento).

e) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Notas Explicativas

Conforme estabelecido na Lei 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis 9.433/1997, 9.984/2000 e 9.993/2000, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHEs, enquanto que os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), são dispensadas do pagamento da compensação financeira.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

f) Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica foi criada, pela Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto 2.410, de 28 de novembro de 1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica cobertura das suas despesas administrativas e operacionais.

A TFSEE equivale a 0,5% do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado, inclusive no caso de produção independente e autoprodução, na exploração de serviços e instalações de energia elétrica.

A TFSEE é devida desde 1º de janeiro de 1997, sendo fixada anualmente pela ANEEL e paga em doze cotas mensais.

NOTA 28 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/12/2012
Circulante		
JCP exercício	441.257	433.962
Dividendos não reclamados	100.211	100.826
Dividendos retidos exercícios anteriores	3.472.909	3.416.545
	4.014.377	3.951.333

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

I – Dividendos Retidos de Exercícios Anteriores

O Conselho de Administração da Companhia deliberou, em janeiro de 2010, pelo pagamento do saldo da Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos, em quatro parcelas anuais, a partir do exercício de 2010, inclusive.

Fazem jus ao referido recebimento as pessoas físicas e jurídicas que integram o quadro de Acionistas da Companhia em 29 de janeiro de 2010, restando ser liquidada a

Notas Explicativas

parcela de junho de 2013 (última), no total de R\$ 3.472.909 (R\$ 3.416.545 em 31 de dezembro de 2012).

Os créditos são remunerados pela variação da Taxa SELIC, até a data do efetivo pagamento de cada parcela, incidindo, sobre essa remuneração, retenção de IRRF, nos termos da legislação vigente.

II – Dividendos Prescritos

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante, contém a parcela de R\$ 100.211 (R\$ 100.826 em 31 de dezembro de 2012), referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2009, 2010 e 2011. A remuneração relativa ao exercício de 2008 e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

NOTA 29 - CRÉDITOS DO TESOIRO NACIONAL

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Aquisição de ações da CEEE-GT e CEEE-D	127.600	122.905	60	33.105
Outros	8.264	8.142	3.909	3.967
	<u>135.864</u>	<u>131.047</u>	<u>3.969</u>	<u>37.072</u>

NOTA 30 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD) e de contribuição definida (CD).

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Notas Explicativas

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas do Sistema Eletrobras					
Empresa	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X	X	
Amazonas	X		X		
Boa Vista	X		X		X
Ceal	X		X		X
Cepisa	X				
Ceron			X		
CGTEE	X				
Chesf	X	X	X	X	
Eletroacre			X		
Eletronorte	X		X	X	X
Eletronuclear	X			X	X
Eletrosul	X		X		X
Furnas	X		X	X	X

A Companhia e suas controladas avaliam seus passivos atuariais anualmente e consequentemente, os valores apresentados no balanço patrimonial podem sofrer alteração em razão da avaliação que será realizada para a data base de 31 de dezembro de 2013.

NOTA 31 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

A administração da Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, não é realizada provisão e suas informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, não é realizada provisão e somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações relevantes, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das informações trimestrais.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas as provisões para contingências, julgadas pela administração da Companhia e de suas controladas,

Notas Explicativas

amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais.

Na data de encerramento destas informações trimestrais, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo de risco provável:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	2.750	2.652
Cíveis	-	-	26.043	26.043
	-	-	28.793	28.695
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	113.457	109.577	1.092.244	1.026.545
Tributárias	-	-	516.590	465.100
Cíveis	1.295.528	1.085.127	3.592.716	3.608.743
	1.408.985	1.194.704	5.201.550	5.100.388
	1.408.985	1.194.704	5.230.343	5.129.083

Estas provisões tiveram, neste período, a seguinte evolução:

	MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2012	1.194.704	5.129.084
Constituição de provisões	230.101	350.543
Reversão de provisões	(15.820)	(75.471)
Atualização Monetária	-	953
Variação dos Depósitos	-	(5.473)
Pagamentos	-	(169.293)
Saldo em 31/03/2013	1.408.985	5.230.343

Para todos os processos abaixo descritos, as Administrações das referidas empresas e da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, entendem que a probabilidade de perda é possível sem haver necessidade de registro de provisão.

As informações referentes às contingências possíveis e a descrição das demandas judiciais relevantes para a Companhia e suas controladas encontra-se divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2012, não tendo ocorrido mudança relevante no período.

Notas Explicativas**NOTA 32 - OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS**

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas term nucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite dismantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

Dadas as características específicas de operação e manutenção de usinas term nucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

O saldo da obrigação, registrada a valor presente, em 31 de março de 2013 é de R\$ 1.000.574 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 988.490).

	<u>CONSOLIDADO</u>
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2012	988.490
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no período	12.084
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/03/2013	<u>1.000.574</u>

NOTA 33 – CONCESSÕES A PAGAR – USO DO BEM PÚBLICO

A Companhia tem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica, substancialmente em empreendimentos através das Sociedades de Propósito Específico - SPEs. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões de usinas hidrelétricas foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo.

Os valores estabelecidos nos contratos de concessão estão a preços futuros e, portanto, a Companhia ajustou a valor presente essas obrigações.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo durante a construção das Usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

A Companhia adota como política contábil, reconhecer a obrigação na data da obtenção da licença ambiental de instalação (LI).

Os pagamentos da UBP são realizados em parcelas mensais a partir do início da operação comercial do empreendimento até o final do prazo de concessão, e estão assim previstos:

Notas Explicativas

CONSOLIDADO		
Circulante		
	31/03/2013	31/12/2012
Passo São João	291	285
São Domingos	741	731
Mauá	873	854
Total	1.905	1.870

CONSOLIDADO		
Não Circulante		
	31/03/2013	31/12/2012
Passo São João	4.197	4.122
Mauá	12.780	12.547
São Domingos	9.911	9.838
Batalha e Simplicio	45.392	44.673
Balbina	283.389	279.392
Total	355.669	350.572

UHE	anos	Valor nominal original		Valores atualizados	
		Pagamento anual	Pagamento total	Pagamento anual	Pagamento total
Passo São João	28	200	5.944	291	8.269
Mauá	29	618	18.855	874	25.637
São Domingos	25	260	6.717	740	18.315
Batalha	35	206	8.725	293	8.464
Simplicio	35	692	34.036	986	36.930
		1.976	74.277	3.184	97.615

NOTA 34 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	31/03/2013	31/12/2012
Aquisição de participação acionaria CEEE / CGTEE	144.574	144.574
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	2.441	2.441
UHE de Xingó	6.857	6.857
Linha de transmissão no Estado da Bahia	1.073	1.073
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	6.363	6.363
	161.308	161.308

Notas Explicativas**NOTA 35 – CONTRATOS ONEROSOS**

	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
Transmissão		
Contrato 061/2001	76.477	84.139
Contrato 062/2001	1.459.557	1.407.057
	1.536.034	1.491.196
Geração		
Itaparica	990.017	1.018.534
Jirau	1.598.026	1.607.869
Camaçari	348.036	357.043
Termonorte II	113.588	131.200
Funil	83.158	83.158
Mauá - Klabin	30.338	33.833
Complexo Paulo Afonso	31.219	34.107
Coaracy Nunes	20.834	20.834
Outros	84.378	98.358
	3.299.594	3.384.936
TOTAL	4.835.628	4.876.132

Do montante da provisão para contratos onerosos reconhecida em 31 de março de 2013, R\$ 3.072.842 (R\$ 3.082.395 em 31 de dezembro de 2012) decorrem de contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei 12.783/13, pelo fato da tarifa determinada apresentar um desequilíbrio em relação aos atuais custos. Diante disto, a obrigação presente de acordo com cada contrato foi reconhecida e mensurada como provisão podendo ser revertida em função de ajustes na estrutura de custos.

Programa de Reassentamento de Itaparica

A partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica e em função da formação do lago de Itaparica, 10.500 famílias foram deslocadas, das quais 6.100 eram de pequenos agricultores, e entre estas, estavam 200 famílias indígenas da tribo Tuxá, tendo como consequência a criação do Programa de Reassentamento de Itaparica, que tem por objetivo reassentar as famílias deslocadas da área inundada pelo reservatório da usina, atual Luiz Gonzaga, localizada entre os estados de Pernambuco e Bahia.

Em sessão ordinária de 30.01.2013, o Tribunal de Contas da União editou o Acórdão nº 101/2013-TCU-Plenário, no qual determina à Casa Civil, órgão responsável pela coordenação e integração das ações do Governo, aos Ministérios de Minas e Energia e da Integração Nacional, à Chesf e à Codevasf, com amparo no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, combinado com o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, em conjunto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, elaborem e enviem ao Tribunal plano de ação da execução do Programa de Reassentamento de Itaparica, incluindo atividades, prazos e responsáveis, voltado à implementação das medidas necessárias à transferência, imediata ou progressiva, do patrimônio de uso comum dos perímetros públicos irrigados de Itaparica para a Codevasf e da gestão destes



Notas Explicativas

perímetros para os reassentados, inclusive quanto à implementação das medidas necessárias à regularização das ações junto às Prefeituras Municipais de Santa Maria da Boa Vista, Tacaratu e Belém do São Francisco, em Pernambuco, e de Curaçá, Rodelas e Glória, na Bahia, para que essas prefeituras assumam os serviços públicos de sua competência.

Neste sentido, a provisão para contrato oneroso relativa à UHE Itaparica poderá ser revista, em função do plano de execução que vier a ser implementado.

NOTA 36 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

1. Compra de energia

Empresas	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
Amazonas	582.540	609.258	637.718	662.694	695.106	5.369.786
Chesf	363.096	293.562	235.334	224.057	224.057	2.403.270
Distribuidora Alagoas	189.344	208.171	-	-	-	-
Distribuidora Piauí	290.945	294.100	-	-	-	-
Distribuidora Rondônia	729.979	800.750	-	-	-	-
Distribuidora Acre	63.471	136.955	-	-	-	-
Eletronorte	68.720	180.238	207.385	220.827	-	-
Eletrosul	14.191	14.191	739	-	-	-
Furnas	132.126	30.732	30.851	30.732	30.732	522.446
Total	2.434.413	2.567.958	1.112.027	1.138.310	949.895	8.295.503

2. Combustível nuclear (Eletronuclear)

Empresas	2014	2015	2016 e após
Eletronuclear	370.000	201.279	6.403.772

Contratos assinados com as Indústrias Nucleares Brasileiras - INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra I e UTN Angra II.

3. Compra de Energia de Produtor Independente - Proinfa

A Companhia apoia o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira. Através do programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, buscando soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia e incentivado o crescimento da indústria nacional.

O Proinfa prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa responderão pela geração de aproximadamente

Notas Explicativas

12.000GWh/ano, equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Em 2006, a Companhia concordou em adquirir energia elétrica produzida pelo PROINFA por um período de 20 anos e transferir essa energia elétrica às concessionárias de transmissão e distribuição, que por sua vez transferem a energia elétrica aos consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos. Cada concessionária de transmissão e distribuição pagam à Companhia o custo anual de energia elétrica fornecida aos consumidores cativos, consumidores livres e autoprodutores conectados às suas instalações, em doze pagamentos mensais, cada um deles antecipadamente ao mês no qual a energia deve ser consumida.

4. Venda de energia

Empresas	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
Chesf	994.482	614.878	216.224	215.633	215.633	246.999
Eletronorte	5.485.002	4.251.382	2.926.102	2.926.102	2.926.102	8.780.047
Eletrosul	272.118	272.118	272.118	272.118	272.963	5.633.006
Furnas	1.543.770	1.455.666	1.443.730	1.136.493	1.136.493	20.818.099
Total	8.295.372	6.594.045	4.858.173	4.550.346	4.551.191	35.478.151

Contratos assinados pelas empresas listadas acima com outras empresas do setor elétrico visando o suprimento/venda de energia elétrica. No caso no qual a Companhia não tenha geração de energia em quantidade suficiente em determinado período, pode-se recorrer a compra de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE para honrar o contrato de fornecimento de energia. Todavia, neste caso, a Companhia fica exposta ao valor do período do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, que pode ser maior que os valores de venda expostos nos contratos acima, ficando a Companhia sujeita a perdas financeiras nestas operações.

5. Compromissos sócio ambientais

Empresas	2014	2015	2016
Eletronuclear	7.507	4.047	127.085
Eletronorte	27.710	23.938	-
Eletrosul	338	22	-

A) Angra III

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados a UTN Angra III, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

Notas Explicativas

B) CGTEE - Usina termelétrica Presidente Médici

Em 13 de abril de 2011, foi celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a CGTEE, IBAMA, Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente e União, por intermédio da Advocacia Geral da União, para a adequação ambiental das Fases A e B da Usina Presidente Médici, localizada em Candiota - RS. O TAC prevê uma série de obrigações para a CGTEE até 31 de agosto de 2014 e conta com um investimento estimado da Companhia de R\$ 241.835. Após a conclusão do TAC, espera-se a renovação pelo IBAMA da licença de operação da Usina Termelétrica Presidente Médici.

A CGTEE assumiu diversos compromissos, destacamos alguns como: licitação internacional para a implantação do Sistema de Abatimento de Material Particulado e SO₂ na Fase B, recomposição de 1000 hectares de matas ciliares e/ou das áreas degradadas, localizadas nas bacias hidrográficas dos Rios Jaguarão e Arroio Candiota e revegetação na área de preservação permanente da bacia de acumulação da Barragem.

C) Plano de Inserção Regional

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí (UHE Tucuruí) e da elevação da cota do seu reservatório, de 72 para 74 metros, houve necessidade de se efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), do Estado do Pará, tendo sido definido por aquele órgão, como condicionante para liberação da Licença de Instalação (LI), que a ELETRONORTE implantasse diversos programas de mitigação e compensações socioambientais.

D) Licenças Ambientais

As ações de caráter socioambiental constituídas para provisões de contingências de riscos ambientais nas unidades de negócio da ELETROSUL asseguram o compromisso da obtenção de emissões de Licenças Ambientais, bem como autorização para corte de vegetação, com o respaldo do Ministério público que fiscaliza a edificação desses investimentos.

6. Aquisição de imobilizado e intangível

Empresas	2014	2015	2016
Eletronuclear	132.281	112.877	86.890
Chesf	249.941	-	-
Eletronorte	136.180	12.828	-

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado principalmente das usinas Angra I e Angra II, necessários à manutenção operacional desses ativos.

Notas Explicativas**7. Uso do bem público**

Empresas	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
Eletronorte	-	2.545	2.545	2.545	2.545	21.335
Eletrosul	1.869	1.869	1.869	1.869	1.869	42.339
Furnas	2.089	2.089	2.089	2.089	2.089	47.192

8. Fornecedores de combustíveis

Empresas	2014	2015
Eletronorte	46.049	49.067

NOTA 37 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**I - Capital Social**

O Capital Social da Companhia em 31 de março de 2013 é de R\$ 31.305.331 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 31.305.331) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.352.634.100 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, em 31 de março de 2013, conforme a seguir:

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	591.968.382	54,46	-	2.252	-	591.970.634	43,76
BNDESPAR	141.757.951	13,04	-	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES	76.338.832	7,02	-	18.262.671	6,88	94.601.503	6,99
FND	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB	1.000.000	0,09	-	-	-	1.000.000	0,07
FGI	-	-	-	8.750.000	3,30	8.750.000	0,65
FGO	-	-	-	468.600	0,18	468.600	0,03
Outros	230.363.543	21,19	146.920	219.262.258	82,60	449.772.721	33,25
	<u>1.087.050.297</u>	<u>100</u>	<u>146.920</u>	<u>265.436.883</u>	<u>100,00</u>	<u>1.352.634.100</u>	<u>100,00</u>

Do total das 441.071.030 (já deduzidas as 127 ações ordinárias, referentes aos Diretores e Membros do Conselho de Administradores da Companhia) ações em poder dos minoritários, 260.955.388, ou seja, 59,16% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 152.384.469 de ordinárias, 28 de preferenciais da classe "A" e 108.565.891 de preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 67.505.925 ações ordinárias e 24.535.441 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts* – ADRs.



Notas Explicativas**II - Reservas de Capital**

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	<u>26.048.342</u>	<u>26.048.342</u>

III - Reservas de Lucros

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de Reserva de Investimentos e de 1% para a Reserva de Estudos e Projetos, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
Legal (art. 193 - Lei 6.404/1976)	2.233.017	2.233.017
Estatutárias (art. 194 - Lei 6.404/1976)	8.603.397	8.603.397
	<u>10.836.414</u>	<u>10.836.414</u>

NOTA 38 – LUCRO POR AÇÃO**(a) Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Numerador	31/03/2013			
	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro/Prejuízo líquido atribuível a cada classe de ações	(28.771)	(4)	(7.025)	(35.800)
	<u>(28.771)</u>	<u>(4)</u>	<u>(7.025)</u>	<u>(35.800)</u>
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100,00%
Resultado por ação básico (R\$)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	

Notas Explicativas

31/03/2012				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	1.019.005	138	248.822	1.267.963
	1.019.005	138	248.822	1.267.963
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80%	0,01%	20%	100%
Resultado por ação básico (R\$)	0,94	0,94	0,94	

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível (empréstimo compulsório). Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

31/03/2013					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Prejuízo atribuível a cada classe de ações	(28.620)	(4)	(189)	(6.988)	(35.801)
	(28.620)	(4)	(189)	(6.988)	(35.801)
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	7.188	265.437	1.359.822
% de ações em relação ao total	79,94%	0,01%	0,53%	19,52%	100,00%
Resultado por ação diluído (R\$)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	(0,03)	

31/03/2012					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	1.015.644	137	4.180	248.001	1.267.963
	1.015.644	137	4.180	248.001	1.267.963
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	4.474	265.437	1.357.108
% de ações em relação ao total	80,10%	0,01%	0,33%	19,56%	100,00%
Resultado por ação diluído (R\$)	0,93	0,93	0,93	0,93	

Notas Explicativas**NOTA 39 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Geração				
Suprimento / Fornecimento	641.871	562.983	3.330.097	3.771.348
CCEE			816.181	344.083
Repasse Itaipu	(85.218)	706.182	(85.218)	706.182
	<u>556.652</u>	<u>1.269.165</u>	<u>4.061.059</u>	<u>4.821.613</u>
Transmissão				
Atualizações da taxa de retorno - Transmissão	-	-	156.048	667.567
Receita de operação e manutenção	-	-	451.545	605.370
Receita de construção	-	-	246.304	413.809
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>853.897</u>	<u>1.686.746</u>
Distribuição				
Fornecimento	-	-	1.355.614	1.222.656
Receita de construção	-	-	363.407	134.995
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.719.021</u>	<u>1.357.651</u>
Outras receitas	<u>5.232</u>	<u>4.805</u>	<u>165.402</u>	<u>191.141</u>
	<u>561.884</u>	<u>1.273.970</u>	<u>6.799.379</u>	<u>8.057.151</u>
(-) Deduções à Receita Operacional				
(-) Encargos setoriais	-	-	(216.837)	(431.345)
(-) ICMS	-	-	(313.838)	(285.217)
(-) PASEP e COFINS	(21.763)	(67.431)	(446.079)	(516.811)
(-) Outras Deduções	-	-	(15.307)	(28.937)
	<u>(21.763)</u>	<u>(67.431)</u>	<u>(992.061)</u>	<u>(1.262.310)</u>
Receita operacional líquida	<u>540.121</u>	<u>1.206.539</u>	<u>5.807.318</u>	<u>6.794.841</u>

NOTA 40 - RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	<u>230.876</u>	<u>886.098</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	<u>56.668</u>	<u>153.305</u>	<u>112.253</u>	<u>143.777</u>
Outros investimentos				
Juros sobre o capital próprio	1.139	2.642	1.139	2.642
Dividendos	3.379	393	3.379	393
Remuneração dos investimentos em parcerias	4.803	5.534	4.803	5.534
Rendimentos de capital - ITAIPU	1.978	34.682	1.978	34.682
	<u>11.298</u>	<u>43.252</u>	<u>11.298</u>	<u>43.252</u>
	<u>298.842</u>	<u>1.082.655</u>	<u>123.551</u>	<u>187.029</u>

Notas Explicativas**NOTA 41 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Pessoal	95.069	83.105	1.251.765	1.160.086
Material	1.653	1.121	82.854	80.720
Serviços	23.921	23.449	464.409	425.914
	<u>120.643</u>	<u>107.675</u>	<u>1.799.028</u>	<u>1.666.720</u>

NOTA 42 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA E USO DA REDE ELÉTRICA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Encargos de Uso da Rede	-	-	439.345	425.371
Energia comprada para revenda				
Suprimento	555.917	505.412	1.152.136	850.132
Comercialização na CCEE	91.524	79.210	331.076	137.170
Proinfra	-	-	4.136	2.519
Outros	331	215	331	216
	<u>647.772</u>	<u>584.838</u>	<u>1.487.679</u>	<u>990.037</u>
	<u>647.772</u>	<u>584.838</u>	<u>1.927.024</u>	<u>1.415.408</u>

NOTA 43 - PROVISÕES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Garantias	11.060	10.912	11.060	10.912
Contingências	214.281	24.690	275.072	103.359
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	91.872	237.178
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	21.643	23.901	21.643	23.901
Perdas na realização - AFAC	-	95.812	-	95.812
Passivo a descoberto em Controladas	126.035	112.388	-	-
Contratos Onerosos	-	-	(29.912)	(4.110)
Perdas em Investimentos	19.527	(28.990)	19.527	(28.990)
Passivo Atuarial	-	-	11.707	(1.410)
Impairment	-	-	(459)	(151)
Ajuste a Valor de Mercado	(5.486)	-	(5.486)	-
Outras	1.079	3.500	10.517	(79.181)
	<u>388.139</u>	<u>242.213</u>	<u>405.540</u>	<u>357.320</u>

Notas Explicativas**NOTA 44 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS****1 - Gestão do Risco de Capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
Total dos Empréstimos	26.279.486	26.630.150
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	4.553.029	2.501.515
Dívida Líquida	21.726.457	24.128.635
(+) Total do Patrimônio Líquido	67.008.000	67.280.593
Total do Capital	88.734.457	91.409.228
Índice de Alavancagem Financeira	24%	26%

2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, as quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos, conforme segue:

Notas Explicativas

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Empréstimos e Recebíveis	31.464.035	32.503.580	55.599.363	62.162.675
Clientes	312.290	477.104	4.874.746	5.339.380
Empréstimos e financiamentos	28.379.162	29.210.956	14.863.739	15.544.793
Direitos de Ressarcimento	-	-	8.909.016	8.203.189
Ativo Financeiro - Concessões geração/transmissão	2.772.583	2.815.520	18.871.835	18.150.220
Indenizações - Lei 12.783/2013	-	-	8.080.027	14.925.093
Mantidos Até o Vencimento	250.445	247.371	253.634	251.172
Títulos e Valores Mobiliários	250.445	247.371	253.634	251.172
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	5.331.824	5.462.141	14.217.426	9.475.868
Caixa e equivalentes de caixa	984.818	935.627	4.553.029	2.501.515
Títulos e Valores Mobiliários	4.347.005	4.526.514	9.373.457	6.501.989
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	290.939	472.364
Disponíveis para venda	1.255.736	1.422.821	6.360.949	6.108.986
Investimentos (Participações Societárias)	1.255.736	1.422.821	1.331.154	1.513.039
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	-	-	5.029.795	4.595.947
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados pelo Custo Amortizado	19.346.339	19.756.417	43.667.437	43.287.776
Fornecedores	478.515	467.804	6.240.323	6.423.074
Empréstimos e financiamentos	18.179.264	18.638.428	26.279.486	26.630.150
Debêntures	-	-	70.524	69.320
Obrigações de Ressarcimento	688.560	650.185	8.693.329	7.789.757
Arrendamento Mercantil	-	-	2.026.201	2.023.033
Concessões a Pagar UBP	-	-	357.574	352.442
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	58.334	68.153	371.280	476.283
Instrumentos Financeiros Derivativos	58.334	68.153	371.280	476.283

2.1 - Ativos Financeiros

- a) Equivalentes de caixa: mantidos para a negociação à curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- b) Títulos e valores mobiliários – Curto e Longo Prazo – usualmente mantidos para a negociação e designados no reconhecimento inicial pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado do período.
- c) Consumidores e revendedores: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.
- d) Financiamentos e empréstimos concedidos: são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No encerramento deste trimestre, a carteira consolidada de empréstimos e financiamentos concedidos totalizou R\$ 14.863.739 (R\$ 15.544.795 em 31 de dezembro de 2012), conforme demonstrado a seguir por moeda:

Moeda	31/03/2013			31/12/2012		
	US\$ (equivalentes)	%	R\$	US\$ (equivalentes)	%	R\$
US\$	5.546.971	75,15%	11.170.491	5.697.399	74,90%	11.642.635
R\$	1.833.970	24,85%	3.693.248	1.909.548	25,10%	3.902.160
	7.380.941	100,00%	14.863.739	7.606.947	100,00%	15.544.795

- e) Ativos financeiros da concessão: são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados com empréstimos e recebíveis, no caso dos ativos relacionados a geração e transmissão, e como disponível para venda no caso da distribuição.
- f) Derivativos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no Patrimônio Líquido, dependendo do tipo de cada designação de hedge (se hedge de fluxo de caixa ou de valor justo), de acordo com o CPC 38.

2.2 - Passivos Financeiros - classificados nas seguintes categorias:

- a) Fornecedores: são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.
- b) Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão – RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a agências multilaterais internacionais (BID, BIRD, CAF), não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia finalizou o primeiro trimestre de 2013 com contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R\$ 26.279.487 (R\$ 26.630.150 em 31 de dezembro de 2012), conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Moeda	31/03/2013			31/12/2012		
	US\$ (equivalentes)	%	R\$	US\$ (equivalentes)	%	R\$
US\$	4.643.285	35,58%	9.350.647	4.701.104	36,07%	9.606.706
REAL	8.259.615	63,29%	16.633.213	8.172.205	62,71%	16.699.901
YEN	129.647	0,99%	261.084	140.792	1,08%	287.709
EURO	17.152	0,13%	34.541	17.536	0,13%	35.834
	<u>13.049.700</u>	<u>100,00%</u>	<u>26.279.485</u>	<u>13.031.637</u>	<u>100,00%</u>	<u>26.630.150</u>

c) Empréstimo Compulsório: extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmente, a Companhia gerencia o estoque residual do Empréstimo Compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% ao ano, com prazo de resgate definido.

d) Demais passivos financeiros: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

3 - Gestão de Riscos Financeiros:

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com Itaipu Binacional. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros Libor, relativas a contratos de captação externa.

Nesse contexto foi aprovada a Política de *hedge* Financeiro da Companhia. O objetivo da atual política é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas Demonstrações Contábeis.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Notas Explicativas

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de *hedge* Financeiro no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de *hedge* a serem apresentados à Diretoria Executiva da Companhia.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Empresa, a política aprovada elenca uma escala de prioridades. Primeiramente, a solução estrutural, e, apenas nos casos residuais, seriam adotadas operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas, serão com o intuito exclusivo de proteger ativos e passivos indexados da Companhia e de suas controladas que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

A Companhia vem realizando estudos e discutindo, através do Comitê de Hedge Financeiro, a realização de operações de *hedge*. Em 2011 foi ampliado o Programa de Operações com Instrumentos Derivativos, o qual passa a abranger, além dos descasamentos de moeda até o período de dezembro de 2012, também as exposições à taxa de juros existentes em tal período.

A empresa realizou operações de trava de juros Libor com o intuito de neutralizar a volatilidade dos contratos de captação realizados à Libor de 6 meses. Além da operação de swap de Libor, estratégias de *hedge* cambial foram analisadas em 2011 e estão sendo implementadas, priorizando as soluções estruturais, em linha com a Política de Hedge Financeiro da Companhia. Dentro dessa estratégia tem-se levado em conta na estruturação das novas captações, não só o montante total do descasamento, mas também sua disposição ao longo do tempo, com vistas a efetuar tanto o *hedge* de balanço patrimonial da Companhia como o de seu fluxo de caixa.

Segue abaixo a posição destas operações de swap da taxa Libor por taxa fixa em 31 de março de 2013:

Transação	Montantes contratados (notional)	Taxas utilizadas	Vencimento	Valores justos	
				31/03/2013	31/12/2012
01/2011	20.192	2,4400%	25/11/2015	(1.425)	(1.139)
02/2011	20.192	2,4900%	25/11/2015	(1.463)	(1.169)
03/2011	50.000	3,2780%	10/08/2020	(7.622)	(8.929)
04/2011	100.000	3,3240%	10/08/2020	(15.640)	(18.694)
05/2011	50.000	2,1490%	10/08/2015	(1.713)	(2.357)
06/2011	100.000	2,2725%	10/08/2015	(3.688)	(5.088)
07/2011	100.000	2,1790%	10/08/2015	(3.521)	(4.836)
08/2011	100.000	2,1500%	10/08/2015	(3.437)	(4.683)
09/2012	25.000	1,6795%	27/11/2020	(1.546)	(1.459)
10/2012	25.000	1,6295%	27/11/2020	(1.193)	(1.360)
11/2012	75.000	1,6285%	27/11/2020	(3.572)	(4.074)
12/2012	75.000	1,2195%	29/11/2017	(2.424)	(2.607)
13/2012	75.000	1,2090%	29/11/2017	(2.844)	(3.009)
14/2012	50.000	1,2245%	29/11/2017	(1.949)	(2.060)
15/2012	50.000	1,1670%	29/11/2017	(1.747)	(1.920)
16/2012	50.000	1,1910%	29/11/2017	(1.828)	(2.003)
17/2012	50.000	1,2105%	29/11/2017	(1.895)	(2.070)
18/2012	25.000	1,1380%	29/11/2017	(827)	(695)
Total	1.040.384			(58.334)	(68.152)



Notas Explicativas

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte que, diante dos problemas apresentados pelas instituições financeiras em 2008 e 2009, se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar esse risco, a Companhia instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, rating e expertise no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Companhia. Atualmente, a Companhia seleciona semestralmente as 20 melhores instituições financeiras baseadas nos critérios mencionados como instituições credenciadas a efetuarem operações de derivativos com a Companhia. Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às Instituições credenciadas que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

A Companhia determina para que todas as operações com derivativos a serem realizadas sejam enquadradas no conceito de "hedge de proteção", ratificando, com isso, o intuito único e exclusivo de realizar hedge com tais posições. Essa medida contrapõe o risco de liquidação descasada das posições de hedge com os seus respectivos objetos, visto que os fluxos financeiros de ambos sempre estarão casados.

3.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa Libor. A Companhia monitora a sua exposição a taxa Libor e contrata operações de derivativos para minimizar esta exposição, conforme mencionado acima.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de análise de sensibilidade desta nota explicativa.

3.3 - Risco de commodities

a) Eletronorte

A controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

Cliente	Datas do contrato		Volumes médios de megawatts
	Inicial	Vencimento	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 MW - até 31/12/2006
Alcoa	01/07/2004	31/03/2014	800 MW - a partir de 01/01/2007
BHP	01/07/2004	31/12/2024	De 304 MW a 328 MW
			De 353,08 MW a 492 MW

Notas Explicativas

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2,773.21/ton e US\$ 1,450.00/ton, respectivamente.

O impacto do derivativo embutido no resultado foi negativo em R\$ 86.241 (R\$ 133.804 em 31 de dezembro de 2012) e a posição patrimonial apresentada é ativa em R\$ 290.939 (R\$ 472.364 em 31 de dezembro de 2012).

3.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. No segmento de distribuição, a Companhia, através de suas controladas, faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado exclusivo, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

A Companhia e suas controladas não apresentam concentração de crédito relevante, possuindo apenas um cliente representativo em valores superiores a 10% dos ativos monetários brutos em 31 de março de 2013, pois os valores a receber da CELG-D representavam 11% do contas a receber bruto nesta data (vide nota 7).

3.5 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Notas Explicativas

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas no item 3.1 desta nota explicativa. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

CONTROLADORA 31/03/2013					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	2.424.594	1.364.325	1.516.157	14.041.262	19.346.339
Fornecedores	478.515	-	-	-	478.515
Empréstimos e financiamentos	1.257.519	1.364.325	1.516.157	14.041.262	18.179.264
Obrigações de Ressarcimento	688.560	-	-	-	688.560
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	58.334	-	-	58.334
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	58.334	-	-	58.334
CONTROLADORA 31/12/2012					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	1.743.866	665.259	1.483.880	15.863.412	19.756.417
Fornecedores	467.804	-	-	-	467.804
Empréstimos e financiamentos	625.877	665.259	1.483.880	15.863.412	18.638.428
Obrigações de Ressarcimento	650.185	-	-	-	650.185
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	68.153	-	-	68.153
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	68.153	-	-	68.153
CONSOLIDADO 31/03/2013					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	13.597.847	5.366.606	7.344.084	16.513.094	42.821.632
Fornecedores	5.390.687	-	-	-	5.390.687
Empréstimos e financiamentos	1.193.001	3.175.765	6.494.813	15.415.906	26.279.486
Debêntures	3.545	4.684	14.524	47.771	70.524
Obrigações de Ressarcimento	6.842.172	1.851.157	-	-	8.693.329
Arrendamento Mercantil	166.537	333.074	499.611	1.026.979	2.026.201
Concessões a Pagar UBP	1.905	1.926	335.136	22.438	357.574
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	185.031	186.249	-	-	371.280
Instrumentos Financeiros Derivativos	185.031	186.249	-	-	371.280
CONSOLIDADO 31/12/2012					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	13.915.155	4.046.705	6.475.826	18.850.090	43.287.776
Fornecedores	6.423.074	-	-	-	6.423.074
Empréstimos e financiamentos	1.337.279	1.912.889	5.923.679	17.456.303	26.630.150
Debêntures	1.305	5.229	15.456	47.330	69.320
Obrigações de Ressarcimento	5.988.698	1.801.059	-	-	7.789.757
Arrendamento Mercantil	162.929	325.858	488.786	1.045.460	2.023.033
Concessões a Pagar UBP	1.870	1.670	47.905	300.997	352.442
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	185.031	291.252	-	-	476.283
Instrumentos Financeiros Derivativos	185.031	291.252	-	-	476.283

Notas Explicativas

4 – Análise de Sensibilidade dos instrumentos financeiros

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para o fim de 2013 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

4.1 – Empréstimos concedidos

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos concedidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

4.1.1 - Depreciação dos Índices - Empréstimos concedidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA							
Contratos Concedidos - Var. Negativa - 1º tri 2013			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	6.005.647	12.094.171	2,000	1,600	1,333	9.609.035	8.007.529
IGP-M	7.902.992	15.915.045	4,93%	3,94%	3,29%	311.694	259.745
EURO	17.175	34.587	2,541	2,033	1,694	34.918	29.098
IENE	166.530	335.359	0,025	0,020	0,017	3.356	2.796
TOTAL	14.092.343	28.379.162				9.959.002	8.299.168

CONSOLIDADO							
Contratos Concedidos - Var. Negativa - 1º tri 2013			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	5.546.971	11.170.491	2,000	1,600	1,333	8.875.154	7.395.962
IGP-M	1.833.970	3.693.248	4,93%	3,94%	3,29%	72.332	60.276
TOTAL	7.380.941	14.863.739				8.947.486	7.456.238

4.1.2 - Apreciação dos Índices - Empréstimos concedidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA							
Contratos Concedidos - Var. Positiva - 1º tri 2013			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar	6.005.647	12.094.172	2,000	2,500	3,000	15.014.118	18.016.941
IGP-M	7.902.992	15.915.045	4,93%	6,16%	7,40%	487.022	584.426
EURO	17.175	34.587	2,541	3,177	3,812	54.559	65.471
IENE	166.531	335.359	0,025	0,031	0,038	5.243	6.292
TOTAL	14.092.344	28.379.163				15.560.942	18.673.130

CONSOLIDADO							
Contratos Concedidos - Var. Positiva - 1º tri 2013			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar	5.546.971	11.170.491	2,000	2,500	3,000	13.867.428	16.640.914
IGP-M	1.833.970	3.693.248	4,93%	6,16%	7,70%	113.018	141.273
TOTAL	7.380.941	14.863.739				13.980.447	16.782.187

4.2 – Empréstimos obtidos

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Notas Explicativas**4.2.1 - Depreciação dos Índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)**

CONTROLADORA							
Contratos Obtidos - Var. Negativa - 1º tri 2013			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	4.571.109	9.205.299	2,000	1,600	1,333	7.313.774	6.094.812
IGP-M	4.309.435	8.678.340	4,93%	0,039	0,033	169.964	285.228
EURO	17.152	34.541	2,541	2,033	1,694	34.871	29.059
IENE	129.647	261.084	0,025	0,020	0,017	2.613	2.177
TOTAL	9.027.343	18.179.264				7.521.222	6.411.276

CONSOLIDADO							
Contratos Obtidos - Var. Negativa - 1º tri 2013			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	4.643.285	9.350.647	2,000	1,600	1,333	7.429.256	6.191.046
IGP-M	8.259.616	16.633.215	4,93%	3,94%	0,033	325.759	271.466
EURO	17.152	34.541	2,541	2,033	1,694	34.871	29.059
IENE	129.647	261.084	0,025	0,020	0,017	2.613	2.177
TOTAL	13.049.700	26.279.486				7.792.498	6.493.749

4.2.2 - Apreciação dos Índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 1º tri 2013			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar	4.571.109	9.205.299	2,000	2,500	3,000	11.427.772	13.713.327
IGP-M	4.309.435	8.678.340	4,93%	6,16%	0,074	265.569	641.763
EURO	17.152	34.541	2,541	3,177	3,812	54.486	65.383
IENE	129.647	261.084	0,025	0,031	0,038	4.082	4.899
TOTAL	9.027.343	18.179.264				11.751.909	14.425.371

CONSOLIDADO							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 1º tri 2013			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar	4.643.285	9.350.648	2,000	2,500	3,000	11.608.213	13.929.856
IGP-M	8.259.616	16.633.215	4,93%	6,16%	7,40%	508.999	610.799
EURO	17.152	34.541	2,541	3,177	3,812	54.486	65.383
IENE	129.647	261.084	0,025	0,031	0,038	4.082	4.899
TOTAL	13.049.701	26.279.488				12.175.780	14.610.936

4.3 - Derivativos embutidos indexados ao preço do Alumínio

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e Alumar, esta subdividida em Alcoa e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do Alumínio no mercado internacional (vide item 3.3 – Risco de Commodities desta nota explicativa acima).

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do Alumínio Primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da empresa.

Saldo em 31/03/2013	Cenário I (-25%) Índices e preços	Cenário II (-50%) Índices e preços	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
290.939	10.972	-	697.577	1.081.968

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US\$ 1,450.00), logo o valor tende a zero impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto a variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%) a grande variação apresentada refere-se a aplicação dos referidos percentuais nos valores de Câmbio, Preço de Alumínio e CDI.

Notas Explicativas

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

5 – Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

CONTROLADORA				
31/03/2013				
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.255.736	-	-	1.255.736
Investimentos (Participações Societárias)	1.255.736	-	-	1.255.736
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	5.331.824	-	-	5.331.824
Caixa e equivalentes de caixa	984.818	-	-	984.818
Títulos e Valores Mobiliários	4.347.005	-	-	4.347.005
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	58.334	-	58.334
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	58.334	-	58.334
CONTROLADORA				
31/12/2012				
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.422.821	-	-	1.422.821
Investimentos (Participações Societárias)	1.422.821	-	-	1.422.821
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	5.462.141	-	-	5.462.141
Caixa e equivalentes de caixa	935.627	-	-	935.627
Títulos e Valores Mobiliários	4.526.514	-	-	4.526.514
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	68.153	-	68.153
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	68.153	-	68.153

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	31/03/2013			
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.331.154	4.792.616	-	6.123.770
Investimentos (Participações Societárias)	1.331.154	-	-	1.331.154
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	-	4.792.616	-	4.792.616
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	13.926.487	290.939	-	14.217.426
Caixa e equivalentes de caixa	4.553.029	-	-	4.553.029
Títulos e Valores Mobiliários	9.373.457	-	-	9.373.457
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	290.939	-	290.939
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	371.280	-	371.280
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	371.280	-	371.280

	CONSOLIDADO			
	31/12/2012			
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.513.039	4.595.947	-	6.108.986
Investimentos (Participações Societárias)	1.513.039	-	-	1.513.039
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	-	4.595.947	-	4.595.947
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	9.003.504	472.364	-	9.475.868
Caixa e equivalentes de caixa	2.501.515	-	-	2.501.515
Títulos e Valores Mobiliários	6.501.989	-	-	6.501.989
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	472.364	-	472.364
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	476.283	-	476.283
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	476.283	-	476.283

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

NOTA 45 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, sobre os quais as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os segmentos operacionais da Companhia são Administração, Geração, Transmissão e Distribuição, não havendo agregação de segmentos.

O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

Notas Explicativas

As informações por segmento de negócios, correspondentes a 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012, são as seguintes:

31/03/2013					
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Receita Operacional Líquida	20.839	4.004.622	768.607	1.013.250	5.807.318
Despesas Operacionais	(599.045)	(3.630.325)	(1.018.279)	(885.954)	(6.133.603)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(578.206)	374.298	(249.672)	127.296	(326.284)
Resultado Financeiro	86.415	(85.702)	178.396	9.806	188.915
Resultado de Participações Societárias	123.551	-	-	-	123.551
Imposto de renda e contribuição social	120.859	(98.850)	(30.122)	(11.955)	(20.068)
Participação Minoritária	(1.914)	-	-	-	(1.914)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	(249.295)	189.746	(101.398)	125.147	(35.800)

31/03/2012					
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Receita Operacional Líquida	19.433	4.217.956	1.466.497	1.090.955	6.794.841
Despesas Operacionais	(552.444)	(2.774.352)	(1.028.254)	(845.393)	(5.200.443)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(533.011)	1.443.604	438.243	245.562	1.594.399
Resultado Financeiro	125.591	6.126	(80.753)	14.291	65.255
Resultado de Participações Societárias	179.422	(8.459)	16.066	-	187.029
Imposto de renda e contribuição social	(226.570)	(260.655)	(92.536)	5.547	(574.214)
Participação Minoritária	(4.506)	-	-	-	(4.506)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	(459.074)	1.180.616	281.020	265.401	1.267.962

NOTA 46 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Companhia é a União que detém 54,46% das ações ordinárias da Companhia (vide nota 37).

As transações da Companhia com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições compatíveis com as que seriam praticadas no mercado. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas em condições normais de mercado.

		CONTROLADORA					
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/03/2013			31/12/2012		31/03/2012
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
FURNAS	Financiamentos e empréstimos	3.381.289	-	-	3.525.382	-	-
	AFAC	530.814	-	-	525.450	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	58.964	-	-	231.658
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	56.248	-	-	52.434
		3.912.103	-	115.212	4.050.832	-	284.092
CHESF	Financiamentos e empréstimos	100.504	-	-	128.655	-	-
	Outros passivos	-	1.355	-	-	1.355	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	2.006	-	-	2.532
	Resultado de participações societárias	-	-	140.063	-	-	491.181
		100.504	1.355	142.069	128.655	1.355	493.713
ELETRONORTE	Financiamentos e empréstimos	4.139.575	-	-	4.232.588	-	-
	Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-
	AFAC	221.638	-	-	220.240	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	159.224	-	-	124.779
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	74.370	-	-	74.436
		4.361.213	-	233.594	4.452.828	-	199.215



Notas Explicativas

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONTROLADORA					
		31/03/2013			31/12/2012		31/03/2012
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
ELETROSUL	Financiamentos e empréstimos	1215.224	-	-	1142.217	-	-
	Dividendo a receber	-	-	-	15.613	-	-
	AFAC	554.877	-	-	554.768	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	64.991	-	-	39.674
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	18.715	-	-	16.491
		1770.101	-	83.706	1712.598	-	56.165
CGTEE	Financiamentos e empréstimos	1112.855	-	-	1074.018	-	-
	AFAC	222.230	-	-	160.949	-	-
	Dividendo a receber	54.611	-	-	53.723	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(188.184)	-	-	(9.146)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	6.847	-	-	8.913
		1389.696	-	(181.337)	1288.690	-	(233)
ELETRONUCLEAR	Financiamentos e empréstimos	1089.742	-	-	1099.311	-	-
	Outros ativos	-	-	-	264.404	-	-
	Outros passivos	-	236.448	-	-	237.215	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(16.009)	-	-	38.511
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	18.252
		1089.742	236.448	(16.009)	1363.715	237.215	56.763
ITAIPU	Financiamentos e empréstimos	-	-	-	5.821.318	-	-
	Dividendo a receber	-	-	-	8.164	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	196.557
		-	-	-	5.829.482	-	196.557
CEAL	Financiamentos e empréstimos	413.719	-	-	421.155	-	-
	AFAC	200.270	-	-	176.514	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	55.334	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(59.453)	-	-	(2.401)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	8.294	-	-	7.086
		613.989	55.334	(51.159)	597.669	-	4.685
CEPISA	Financiamentos e empréstimos	609.169	-	-	579.092	-	-
	AFAC	475.241	-	-	430.282	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	259.796	-	-	223.505	-
	Provisões operacionais	-	-	36.291	-	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	10.924	-	-	9.868
		1084.410	259.796	47.215	1009.374	223.505	9.868
AMAZONAS ENERGIA	Financiamentos e empréstimos	1032.797	-	-	1028.989	-	-
	AFAC	278.823	-	-	277.681	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	1.186.328	-	-	1.128.018	-
	Provisões operacionais	-	-	58.311	-	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	19.430	-	-	-
		1311.620	1.186.328	77.741	1306.670	1.128.018	-
CERON	Financiamentos e empréstimos	277.179	-	-	281.242	-	-
	AFAC	112.935	-	-	162.798	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	(34.096)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	5.562	-	-	3.208
		390.114	-	5.562	444.040	-	(30.888)
ELETROPAR	Dividendos a receber	3.099	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	396	-	-	7.921
		-	-	396	-	-	7.921
ELETROACRE	Financiamentos e empréstimos	148.555	-	-	154.954	-	-
	AFAC	220.407	-	-	217.497	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	53.694	-	-	-	-
	Fornecedores	-	-	-	-	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	2.942	-	-	3.071
		368.962	53.694	2.942	372.451	-	3.071
TESOURO NACIONAL	Obrigações	-	3.969	-	-	168.119	-
		-	3.969	-	-	168.119	-

Notas Explicativas

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		31/03/2013			31/12/2012		31/03/2012
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
PODER PÚBLICO FEDERAL	Consumidores e revendedores	-	-	-	13.539	-	-
	Contas a receber	2.978	-	-	3.008	-	-
	Outras contas a receber	5.477	-	-	-	-	-
	Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	4.255
	Outras receitas	-	-	17.862	-	-	15.728
		8.455	-	17.862	16.547	-	19.983
BNDES	Empréstimos e financiamentos a pagar	-	4.966.721	-	-	4.888.893	-
		-	4.966.721	-	-	4.888.893	-
REAL GRANDEZA	Contas a receber	-	-	-	5.411	-	-
	Outras contas a receber	19.228	-	-	-	-	-
	Contribuições previdenciárias	-	3.290	-	-	5.138	-
	Fornecedores	-	-	-	-	80	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	(267.534)	-
	Contratos de dívida atuariais	-	22.996	-	-	24.374	-
	Outros passivos	-	205.797	-	-	197.440	-
	Contribuições normal mantenedor	-	-	(4.243)	-	-	-
	Receitas financeiras	-	-	5	-	-	-
	Ativo atuarial - baixa e provisão atuarial	-	-	(3.349)	-	-	-
	Despesas atuariais	-	-	-	-	-	(25.098)
	Outras despesas	-	-	3.818	-	-	(14.571)
	Provisão atuarial	-	-	-	-	-	(1.410)
	Contribuições desp administrativa	-	-	(1.090)	-	-	-
	Reversão das contribuições	-	-	5.893	-	-	-
		19.228	232.083	1.034	5.411	(40.502)	(41.079)
NUCLEOS	Contribuições previdenciárias	-	3.391	-	-	2.942	-
	Reversão das contribuições	-	-	4.468	-	-	-
	Provisão atuarial	-	-	(8.358)	-	-	3.528
	Contribuições normal mantenedor	-	-	(5.977)	-	-	-
	Outras despesas	-	-	84	-	-	-
		-	3.391	(9.783)	-	2.942	3.528
RS ENERGIA	Contas a receber	1	-	-	1	-	-
	JCP / Dividendos a receber	2.461	-	-	2.332	-	-
	Participação societária permanente	235.222	-	-	221.325	-	-
	Outros passivos	-	2	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.432	-	-	2.445
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	10.594	-	-
	Outras ativos	-	-	-	1	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	855	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	348
	Outras receitas	-	-	3	-	-	2
		237.684	2	4.290	234.253	-	2.795
UIRAPURU	Contas a receber	5.103	-	-	1	-	-
	JCP / Dividendos a receber	1.906	-	-	1.908	-	-
	Participação societária permanente	42.618	-	-	33.111	-	-
	Outros passivos	-	1	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	7.271	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.234	-	-	2.590
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	366
	Receitas de prestação de serviços	-	-	596	-	-	-
		-	-	4	-	-	2
		49.627	1	2.834	42.291	-	2.958
ARTEMIS	Contas a receber	-	-	-	2	-	-
	JCP / Dividendos a receber	-	-	-	15.945	-	-
	Participação societária permanente	-	-	-	148.578	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	16.809	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.840	-	-	9.195
	Outras ativos	-	-	-	537	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	993
		-	-	3.840	181.871	-	10.188
PORTO VELHO	Contas a receber	5	-	-	2	-	-
	JCP / Dividendos a receber	-	-	-	1.351	-	-
	Participação societária permanente	294.672	-	-	297.793	-	-
	AFAC	15.000	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	3.238	-	-
	Outros passivos	-	3	-	-	-	-
	Outras receitas	-	-	16	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(7.710)	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	311
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	9
		-	-	10	-	-	-
		309.677	3	(7.684)	302.384	-	320

Notas Explicativas

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		31/03/2013			31/12/2012		31/03/2012
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
NORTE BRASIL	Participação societária permanente	196.856	-	-	189.640	-	-
	JCP / Dividendos a receber	-	-	-	805	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	3.984	-	-
	Outros ativos	25	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.854	-	-	35
	Outros passivos	-	321	-	-	-	-
		196.881	321	4.854	194.429	-	35
ETAU	Contas a receber	62	-	-	-	-	-
	JCP / Dividendos a receber	47	-	-	535	-	-
	Participação societária permanente	24.868	-	-	9.567	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	14.129	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.173	-	-	892
	Outros ativos	-	-	-	16	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	114
	Receitas de prestação de serviços	-	-	189	-	-	-
	Outras receitas	-	-	2	-	-	1
		24.977	-	1.364	24.247	-	1.007
ESBR	Participação societária permanente	1.025.546	-	-	952.342	-	-
	Outros passivos	-	311	-	(12.518)	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(2.123)	-	-	(1.088)
		1.025.546	311	(2.123)	939.824	-	(1.088)
CERRO CHATO I	Contas a receber	6	-	-	5	-	-
	Participação societária permanente	86.395	-	-	86.940	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	(440)	-	-
	Outros Ativos	1	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	34	1	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	7
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(105)	-	-	(2.023)
	Outras receitas	-	-	2	-	-	1
		86.402	-	(69)	86.506	-	(2.015)
CERRO CHATO II	Contas a receber	6	-	-	5	-	-
	Participação societária permanente	80.086	-	-	81.090	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	(1.084)	-	-
	Outros ativos	-	-	-	1	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	80	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	34	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	7
	Outras receitas	-	-	2	-	-	1
		80.092	-	116	80.012	-	8
CERRO CHATO III	Contas a receber	6	-	-	5	-	-
	JCP / Dividendos a receber	270	-	-	176	-	-
	Participação societária permanente	76.067	-	-	74.970	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	849	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	341	1	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	34	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	7
	Outras receitas	-	-	2	-	-	1
		76.343	-	377	76.001	-	8
TELES PIRES	AFAC	12.026	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	188.658	-	-	184.194	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(3.000)	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(686)
	Outras receitas	-	-	30	-	-	-
		200.684	-	(2.970)	184.194	-	(686)
INTEGRAÇÃO	Participação societária permanente	26.906	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	20.155	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	6.751	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(851)
		26.906	-	6.751	20.155	-	(851)
COSTA OESTE	AFAC	2.675	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	1.240	-	-	1.390	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	(252)	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	102	-	-	-
		3.915	-	102	1.138	-	-
TSBE	AFAC	1.389	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	6.352	-	-	6.408	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	(107)	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	50	-	-	-
		7.741	-	50	6.301	-	-

Notas Explicativas

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		31/03/2013			31/12/2012		31/03/2012
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
LIVRAMENTO	Contas a receber	10	-	-	-	-	-
	AFAC	28.605	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	30.740	-	-	36.055	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	(775)	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(4.540)	-	-	-
		59.355	-	(4.540)	35.280	-	-
SANTA VITÓRIA	Participação societária permanente	118.318	-	-	97.551	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	(492)	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	13	-	-	-
		118.318	-	13	97.059	-	-
MARUMBI	AFAC	1.389	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	562	-	-	622	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	(52)	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(8)	-	-	-
		1.951	-	(8)	570	-	-
CHUI	Participação societária permanente	63.543	-	-	33.887	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	(281)	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(51)	-	-	-
		63.543	-	(51)	33.606	-	-
AMAPARI ENERGIA	Participação societária permanente	-	-	-	39.191	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	3.419
		-	-	-	39.191	-	3.419
FACHESF	Fornecedores	-	627	-	-	2.160	-
	Contratos de dívida atuariais	-	644	-	-	2.523	-
	Contribuição normal	-	5.275	-	-	11.001	-
	Despesas atuariais	-	-	-	-	-	(7.663)
	Despesas financeiras	-	-	(55)	-	-	-
	Despesas operacionais	-	-	(4.030)	-	-	(4.163)
	Outras despesas	-	-	(27.553)	-	-	-
		-	6.546	(31.638)	-	15.684	(11.826)
TDG	Participação societária permanente	46.219	-	-	45.183	-	-
	Outros ativos	30.000	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.036	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	263
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(4.402)
		76.219	-	1.036	45.183	-	(4.139)
MANAUS TRANSMISSÃO	Participação societária permanente	193.962	-	-	187.758	-	-
	Outros ativos	1.341	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(5.571)	-	-	(1.094)
		195.303	-	(5.571)	187.758	-	(1.094)
IEMADEIRA	Participação societária permanente	525.036	-	-	514.112	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	10.924	-	-	5.086
		525.036	-	10.924	514.112	-	5.086
MANAUS CONSTRUÇÃO	JCP / Dividendos a receber	5.949	-	-	2.970	-	-
	Participação societária permanente	13.050	-	-	15.410	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.571	-	-	817
		18.999	-	1.571	18.380	-	817
STN	Contas a receber	-	-	-	177	-	-
	Outras contas a receber	203	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	199.265	-	-	188.861	-	-
	Fornecedores	-	1.831	-	-	1.226	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	10.404	-	-	14.647
	Receitas de JCP / Dividendos	-	-	-	-	-	712
	Receitas de prestação de serviços	-	-	571	-	-	537
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(4.174)	-	-	(2.880)
		199.468	1.831	6.801	189.038	1.226	13.016
INTESA	JCP / Dividendos a receber	821	-	-	762	-	-
	Participação societária permanente	36.656	-	-	35.646	-	-
	Fornecedores	-	1.407	-	-	924	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.069	-	-	961
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	(2.205)
		37.477	1.407	1.069	36.408	924	(1.244)
EAPSA	Clientes	142	-	-	-	-	-
	Consumidores e revendedores	-	-	-	242	-	-
	JCP / Dividendos a receber	2.921	-	-	3.090	-	-
	Participação societária permanente	86.691	-	-	261.301	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	3.475
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(185)	-	-	-
		89.754	-	(185)	264.633	-	3.475

Notas Explicativas

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		31/03/2013			31/12/2012		
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
SETE GAMELEIRAS	Contas a receber	-	-	-	15	-	-
	Outras contas a receber	14	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	19.615	-	-	19.810	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	25	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(195)	-	-	(30)
		19.629	-	(170)	19.825	-	(30)
S. PEDRO DO LAGO	Participação societária permanente	13.889	-	-	14.098	-	-
	Contas a receber	-	-	-	15	-	-
	Outras contas a receber	14	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	25	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(209)	-	-	(35)
		13.903	-	(184)	14.113	-	(35)
PEDRA BRANCA	Participação societária permanente	13.314	-	-	13.504	-	-
	Outras contas a receber	14	-	-	-	-	-
	Consumidores e revendedores	-	-	-	15	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	25	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(190)	-	-	(36)
		13.328	-	(165)	13.519	-	(36)
BRASVENTO MIASSABA	AFAC	22.885	-	-	22.885	-	-
	Participação societária permanente	9.260	-	-	9.534	-	-
	Outros ativos	3	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(274)	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(238)	-	-	-
		32.148	-	(512)	32.419	-	-
BRASVENTO EOLO	AFAC	16.691	-	-	16.691	-	-
	Participação societária permanente	6.538	-	-	6.938	-	-
	Outros ativos	3	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(400)	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(373)	-	-	-
		23.232	-	(773)	23.629	-	-
ANDE	Clientes	-	-	-	63.659	-	-
	Outros ativos	-	-	-	23.791	-	-
	Obrigações diversas	-	-	-	-	(38.078)	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	60.393
	Receitas financeiras	-	-	-	-	-	112
	Despesas financeiras	-	-	-	-	-	264
	Outras despesas	-	-	-	-	-	(9.734)
		-	-	-	87.451	(38.078)	51.035
FIBRA	Contas a pagar	-	-	-	-	(42.610)	-
	Contribuições previdenciárias	-	-	-	-	(2.888)	-
	Despesas financeiras	-	-	-	-	-	(2.714)
	Contribuições previdenciárias	-	-	-	-	-	(4.799)
		-	-	-	-	(45.499)	(7.513)
CAJUBI	Contas a pagar	-	-	-	-	(47.187)	-
	Contribuições previdenciárias	-	-	-	-	(6.190)	-
	Outros passivos	-	-	-	-	887.445	-
	Despesas financeiras	-	-	-	-	-	(520)
	Contribuições previdenciárias	-	-	-	-	-	(5.237)
		-	-	-	-	834.068	(5.757)
ENERPEIXE	Contas a receber	289	-	-	536	-	-
	JCP / Dividendos a receber	54.834	-	-	29.640	-	-
	Participação societária permanente	538.332	-	-	514.735	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	48.791	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	(23)	-	-	1.834
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	657	-	-	1.226
		593.455	-	49.425	544.911	-	3.060
TRANSLESTE	JCP / Dividendos a receber	632	-	-	(1.652)	-	-
	Participação societária permanente	25.767	-	-	25.687	-	-
	Fornecedores	-	(192)	-	-	(126)	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.363	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(433)	-	-	(302)
		26.399	(192)	1.930	24.035	(126)	(302)
TRANSUDESTE	JCP / Dividendos a receber	704	-	-	(379)	-	-
	Contas a receber	-	-	-	23	-	-
	Participação societária permanente	13.961	-	-	13.871	-	-
	Outros ativos	22	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	(117)	-	-	(79)	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	34	-	-	32
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.401	-	-	-
	Outras despesas	-	-	35	-	-	-
		-	-	(271)	-	-	(187)
		14.687	(117)	1.199	13.515	(79)	(155)

Notas Explicativas

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		31/03/2013			31/12/2012		31/03/2012
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
TRANSIRAPÉ	JCP / Dividendos a receber	594	-	-	(460)	-	-
	Participação societária permanente	11.435	-	-	11.360	-	-
	Fornecedores	-	(81)	-	-	(45)	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.130	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(186)	-	-	(129)
		12.029	(81)	944	10.900	(45)	(129)
CENTROESTE	AFAC	-	-	-	3.527	-	-
	Contas a receber	-	-	-	52	-	-
	Participação societária permanente	17.621	-	-	20.268	-	-
	JCP / Dividendos a receber	932	-	-	-	-	-
	Outros ativos	2.710	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	(81)	-	-	(54)	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	138	-	-	132
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	942	-	-	-
	Outras despesas	-	-	19	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(187)	-	-	(129)
		21.263	(81)	912	23.847	(54)	3
BAGUARI	Clientes	21	-	-	40	-	-
	AFAC	82.632	-	-	82.632	-	-
	Participação societária permanente	6.424	-	-	6.608	-	-
	JCP / Dividendos a receber	11.567	-	-	9.729	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.654	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	51	-	-	194
		100.644	-	1.705	99.009	-	194
RETIRO BAIXO	Contas a receber	-	-	-	11	-	-
	Empréstimos e financiamentos	2.234	-	-	2.550	-	-
	AFAC	58	-	-	58	-	-
	Participação societária permanente	110.352	-	-	110.020	-	-
	Outros ativos	10	-	-	-	-	-
	Receitas financeiras	-	-	169	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	332	-	-	-
	Despesas financeiras	-	-	(41)	-	-	-
		112.654	-	460	112.639	-	-
SERRA FACÃO ENERGIA	Participação societária permanente	79.312	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(24.786)	-	-	-
		79.312	-	(24.786)	-	-	-
CHAPECOENSE	JCP / Dividendos a receber	(2.773)	-	-	(2.773)	-	-
	Clientes	477	-	-	794	-	-
	Outros contas a receber	-	-	-	1.113	-	-
	Participação societária permanente	320.033	-	-	303.627	-	-
	Outros ativos	1.113	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	16.406	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	1.084	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	107	-	-	-
		318.850	-	17.597	302.761	-	-
MADEIRA ENERGIA	JCP / Dividendos a receber	89.700	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	1.640.096	-	-	1.669.041	-	-
	Contas a receber	1.762	-	-	3.073	-	-
	Outros contas a receber	-	-	-	1.903	-	-
	Outros ativos	3.318	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(28.945)	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	3.679	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	7.960	-	-	-
	Outras despesas	-	-	1.030	-	-	-
		1.734.876	-	(16.276)	1.674.017	-	-
INAMBARI	Participação societária permanente	6.553	-	-	6.640	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(193)	-	-	-
		6.553	-	(193)	6.640	-	-
TRANSENERGIA RENOVÁVEL	JCP / Dividendos a receber	3.814	-	-	-	-	-
	AFAC	-	-	-	24.556	-	-
	Contas a receber	-	-	-	17	-	-
	Participação societária permanente	117.333	-	-	83.308	-	-
	Fornecedores	-	(86)	-	-	(8)	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	13.282	-	-	-
	Outros ativos	17	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	-	(8)
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(170)	-	-	(28)
		121.164	(86)	13.112	107.881	(8)	(36)

Notas Explicativas

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		31/03/2013			31/12/2012		31/03/2012
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
MGE TRANSMISSÃO	Participação societária permanente	64.073	-	-	35.991	-	-
	JCP / Dividendos a receber	490	-	-	201	-	-
	AFAC	21.070	-	-	27.440	-	-
	Outros contas a receber	-	-	-	257	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	931	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	450	-	-	371
		85.633	-	1.381	63.889	-	371
GOIÁS TRANSMISSÃO	Participação societária permanente	102.807	-	-	44.806	-	-
	AFAC	9.310	-	-	56.840	-	-
	JCP / Dividendos a receber	979	-	-	300	-	-
	Outros contas a receber	-	-	-	38	-	-
	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.840	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	38	-	-	506
		113.096	-	1.878	101.984	-	506
REI DOS VENTOS	AFAC	12.894	-	-	12.894	-	-
	Participação societária permanente	8.475	-	-	8.914	-	-
	Outros ativos	3	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(438)	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(438)	-	-	-
		21.372	-	(438)	21.808	-	-
SEFAC ENERGIA	Participação societária permanente	-	-	-	104.098	-	-
	Despesas financeiras	-	-	-	-	-	(1.574)
		-	-	-	104.098	-	(1.574)
TRANS SÃO PAULO	AFAC	7.987	-	-	7.987	-	-
	Participação societária permanente	18.780	-	-	23.328	-	-
	JCP / Dividendos a receber	410	-	-	566	-	-
	Outros contas a receber	-	-	-	333	-	-
	Outros ativos	67	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	(31)	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	358	-	-	122
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(4.704)	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(106)	-	-	-
		27.244	(31)	(4.452)	32.214	-	122
TRANS GOIÁS	Participação societária permanente	2.333	-	-	2.513	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(179)	-	-	-
		2.333	-	(179)	2.513	-	-
CALDAS NOVAS	AFAC	-	-	-	6.417	-	-
	Outros contas a receber	-	-	-	98	-	-
	Participação societária permanente	5.513	-	-	50	-	-
	Outros ativos	98	-	-	-	-	-
	Outras despesas	-	-	293	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(954)	-	-	-
		5.611	-	(661)	6.565	-	-
IE GARANHUS	Participação societária permanente	15.351	-	-	14.956	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	395	-	-	-
		15.351	-	395	14.956	-	-
LUZITÂNIA NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA	AFAC	2.728	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	2.765	-	-	931	-	-
	Outros ativos	64	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	(2.728)	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(273)	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	64	-	-	-
	Outras despesas	-	-	59	-	-	-
		5.557	(2.728)	(150)	931	-	-
TSLE	AFAC	12.240	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	16.586	-	-	5.100	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	(5.100)	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(195)	-	-	-
		28.826	-	(195)	-	-	-
Energia dos Ventos I	AFAC	118	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	32	-	-	167	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(17)	-	-	-
		150	-	(17)	167	-	-
Energia dos Ventos II	AFAC	74	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	33	-	-	123	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(16)	-	-	-
		107	-	(16)	123	-	-

Notas Explicativas

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		31/03/2013			31/12/2012		31/03/2012
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Energia dos Ventos III	AFAC	103	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	33	-	-	152	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(16)	-	-	-
		136	-	(16)	152	-	-
Energia dos Ventos IV	AFAC	167	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	31	-	-	216	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(18)	-	-	-
		198	-	(18)	216	-	-
Energia dos Ventos V	AFAC	108	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	32	-	-	157	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(17)	-	-	-
		140	-	(17)	157	-	-
Energia dos Ventos VI	AFAC	157	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	31	-	-	206	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(18)	-	-	-
		188	-	(18)	206	-	-
Energia dos Ventos VII	AFAC	167	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	31	-	-	216	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(18)	-	-	-
		198	-	(18)	216	-	-
Energia dos Ventos VIII	AFAC	108	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	32	-	-	157	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(17)	-	-	-
		140	-	(17)	157	-	-
Energia dos Ventos IX	AFAC	118	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	31	-	-	167	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(18)	-	-	-
		149	-	(18)	167	-	-
Energia dos Ventos X	AFAC	88	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	33	-	-	137	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(16)	-	-	-
		121	-	(16)	137	-	-
JUNCO I	Participação societária permanente	103	-	-	106	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(3)	-	-	-
		103	-	(3)	106	-	-
JUNCO II	Participação societária permanente	108	-	-	111	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(3)	-	-	-
		108	-	(3)	111	-	-
CAIÇARA I	Participação societária permanente	108	-	-	114	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(6)	-	-	-
		108	-	(6)	114	-	-
CAIÇARA II	Participação societária permanente	64	-	-	67	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(3)	-	-	-
		64	-	(3)	67	-	-
EXTREMOZ	Participação societária permanente	148	-	-	53	-	-
	AFAC	-	-	-	34.525	-	-
	Outros ativos	113.977	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(201)	-	-	-
		114.125	-	(201)	34.578	-	-
NORTE ENERGIA	Outros ativos	23	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	498.450	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(3.204)	-	-	(1.636)
		498.473	-	(3.204)	-	-	(1.636)
AETE	Outros passivos	-	331	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.436	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	62	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(787)	-	-	-
		-	331	1.711	-	-	-
BRASNORTE	Outros ativos	763	-	-	-	-	-
	Outros passivos	-	209	-	-	-	-
		763	209	-	-	-	-
AGUAS DA PEDRA	Outros ativos	84	-	-	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	188	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(185)	-	-	(2.727)
		84	-	3	-	-	(2.727)

Notas Explicativas

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		31/03/2013			31/12/2012		31/03/2012
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
ESTAÇÃO TRANSM	Outros ativos	25.049	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	8.891	-	-	-
		25.049	-	8.891	-	-	-
INTEGRAÇÃO TRANS.	Outros ativos	1.395	-	-	-	-	-
	Outros passivos	-	966	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.297	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	77	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(2.310)	-	-	-
		1.395	966	1.064	-	-	-
LINHA VERDE	Outros ativos	90	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.230)	-	-	-
		90	-	(1.230)	-	-	-
RIO BRANCO	Outros ativos	66	-	-	-	-	-
	Outros passivos	-	321	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.560	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	27	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(735)	-	-	-
		66	321	1.852	-	-	-
CONSTRUTORA INTEG	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	488	-	-	-
		-	-	488	-	-	-
TRANSM MOTOG	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.594	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	36	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(758)	-	-	-
		-	-	872	-	-	-
TRANSNORTE	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	206	-	-	-
		-	-	206	-	-	-
CELG	Fornecedores	-	(2)	-	-	-	-
		-	(2)	-	-	-	-
DEMAIS	Despesas financeiras	-	-	(2.820)	-	-	-
		-	-	(2.820)	-	-	-
CTEEP	Participação societária permanente	14.382	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	468	-	-	-
		14.382	-	468	-	-	-
EMAE	Participação societária permanente	11.016	-	-	-	-	-
		11.016	-	-	-	-	-
Triângulo Mineiro Trans.	Adiantamento para futuro aumento de capi	1.500	-	-	-	-	-
	Contas a pagar	-	(1.500)	-	-	-	-
		1.500	(1.500)	-	-	-	-

NOTA 47 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE

A remuneração do pessoal chave da Companhia (diretores e conselheiros) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	1.138	1.118	5.339	4.594
Salários e encargos sociais	316	289	1.323	1.067
Outros	154	204	511	541
	1.608	1.611	7.173	6.202

Notas Explicativas**NOTA 48 – EVENTOS SUBSEQUENTES****3º ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das Distribuidoras**

A ANEEL aprovou as novas regras para o 3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das tarifas de energia elétrica, conforme Resolução Normativa nº 435 de 24 de maio de 2011, onde define a estrutura dos procedimentos de regulação tarifária – PRORET, que consolida a regulamentação a cerca dos processos tarifários, que impactará as empresas de distribuição da Companhia no ano de 2013.

O conjunto de mudanças aprovadas impacta diretamente a tarifa ao consumidor final, na chamada Parcela B, que reflete os custos relativos à atividade de distribuição, tais como os custos operacionais e os investimentos realizados. Essa parcela representa de 25% a 40% da conta de fornecimento de energia ao consumidor final. A outra parcela da tarifa, denominada Parcela A, é não gerenciável pelas distribuidoras e se refere aos custos com compra e transmissão de energia elétrica, além dos encargos setoriais.

Dentre os itens alterados, destaca-se a taxa de retorno do capital - WACC aplicado, que era de 9,95% (real e líquido de imposto), tendo sido reduzida para 7,5% (real e líquido de imposto). A alteração reflete a redução do risco percebido para se investir em distribuição de energia elétrica no País. Outras mudanças também impactarão a Companhia de forma significativa, tais como a adoção de bandeiras tarifárias aos clientes de baixa tensão, bem como o novo Fator X que traz três componentes como a captura dos ganhos de produtividade (P), incentivo a melhoria da qualidade (Q) e trajetória dos custos operacionais (T), refletindo diretamente na tarifa nos reajustes sequente ao ano da revisão tarifária.

A revisão das tarifas acontece em média a cada quatro anos e é o momento em que são reavaliados os custos das distribuidoras, revertendo-se para a modicidade tarifária os ganhos médios de eficiência por elas obtidos.

José da Costa Carvalho Neto
Presidente

Armando Casado de Araújo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Geração

Miguel Colasuonno
Diretor de Administração

Marcos Aurélio Madureira da Silva
Diretor de Distribuição

José Antônio Muniz Lopes
Diretor de Transmissão

João Vicente Amato Torres
Contador
CRC-RJ-057.991/O-S-DF



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva - Limitação de escopo de investimentos

A Companhia tem investimentos na Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, na Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, na Lajeado Energia S.A., na Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, na Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D e na Norte Brasil Transmissora de Energia S.A., coligadas ou controladas em conjunto avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujo saldo total em 31 de março de 2012 é de R\$ 2.513.334 mil, não sendo apurado resultado no período de três meses findo em 31 de março de 2013 pela participação nas investidas CEMAT e EMAE e resultado de R\$27.852 mil nas demais investidas. Não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação ao saldo dos investimentos na CEMAT, EMAE, Lajeado Energia S.A. e Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. em 31 de março de 2013 e ao resultado produzido no período de três meses findo nessa data, em virtude de não termos tido acesso às informações financeiras e ao resultado dos trabalhos dos auditores independentes dessas empresas. Com relação a CEEE-GT e CEEE-D, os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil decorrente da descontinuidade do “método do corredor” (CPC 33 -R1) não foram auditados ou revisados por nós ou outros auditores.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Impactos da Lei nº 12.783/2013

Em 11 de setembro de 2012, conforme descrito na Nota 2.1, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal Medida Provisória foi convertida, em 11 de janeiro de 2013, na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto nº 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização dos ativos vinculados às concessões foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Companhia.

No que se refere às concessionárias que optaram pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica, alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, a Lei nº 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pelas concessionárias e reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As concessionárias deverão submeter à ANEEL as informações para o cálculo dos ativos não depreciados. O prazo para envio destas informações será disposto pelo poder concedente.

Adicionalmente, para os empreendimentos de geração, exceto os respectivos projetos básicos, o Decreto nº 7.850/2012 em seu artigo 2º estipula que, até 31 de dezembro de 2013, devem ser submetidas à ANEEL as informações complementares para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados.

Em 31 de março de 2013, os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação correspondem a R\$ 8.857.107 mil e R\$ 1.483.540 mil, respectivamente, e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 4, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.

Os valores dos ativos de geração térmica que apresentam concessão a vencer entre 2015 e 2017 e que estão abrangidos pela referida legislação correspondem a R\$ 1.684.047 mil, em 31 de março de 2013, e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 4. Para esses ativos não foi divulgado pelo poder concedente o valor de indenização, podendo sofrer alterações até a determinação dos mesmos.

Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Ênfase - Continuidade operacional de empresas controladas e coligadas

Chamamos a atenção para a Nota 15, que descreve que as empresas controladas do segmento de distribuição têm apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentaram excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 1.754.934 mil e passivo a descoberto de R\$1.558.425 mil.

Em 31 de março de 2013, a investida Madeira Energia S.A., na qual a Companhia participa com 39%, apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.352.872 mil.

Conforme descrito na Nota 15, a empresa coligada Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA ajuizou em 28 de fevereiro de 2012, pedido de recuperação judicial e em 1º de setembro de 2012 obteve aprovação em assembleia geral de credores. A Companhia provisionou o investimento e avaliou os empréstimos a receber com base no cronograma previsto no plano de recuperação judicial da investida.

Conforme também descrito na Nota 15, a empresa coligada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT apresentou excesso de passivos sobre os ativos circulantes, em 31 de dezembro de 2012, última informação disponível, no montante de R\$ 438.922 mil, e pertence ao Grupo Econômico Rede Energia, o qual apresentou dificuldades de liquidar seus compromissos e de alongar o perfil de seu endividamento, sendo decretada intervenção pelo órgão regulador em 30 de agosto de 2012. A Companhia avaliou os ativos referentes aos empréstimos a receber e investimentos na referida empresa com base nos critérios e premissas descritos nas Notas 9 e 15.

A continuidade operacional das empresas controladas de distribuição e da investida Madeira Energia S.A. depende da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia. Já a realização dos ativos de empréstimos a receber da CELPA e CEMAT depende do sucesso do plano de recuperação judicial e do resultado da intervenção, bem como dos novos termos de negociação com os credores. Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações
do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Brasília, 15 de maio de 2013

PricewaterhouseCoopers Guilherme Naves Valle
Auditores Independentes Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF